

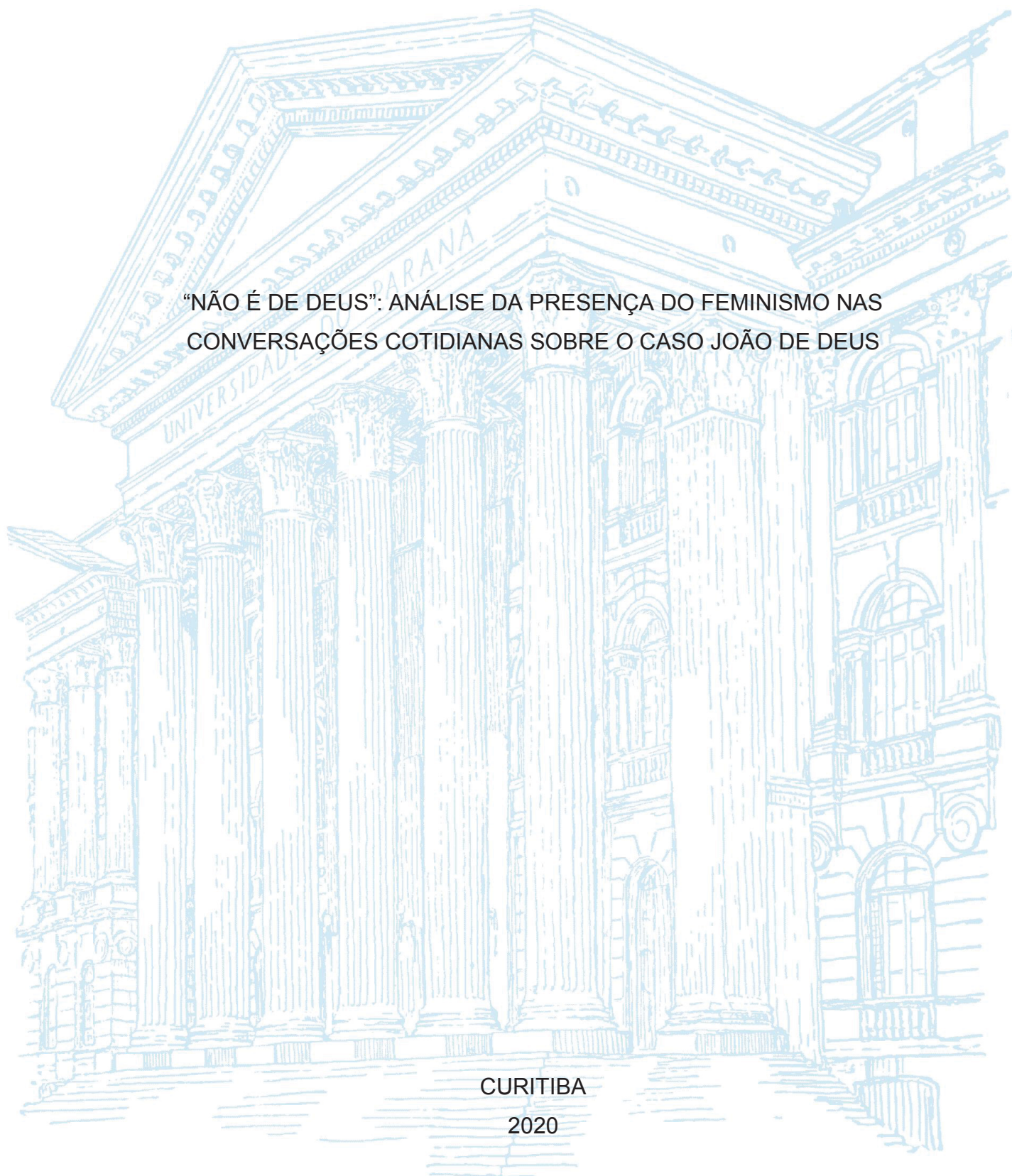
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALÉXIA SILVA SARAIVA

“NÃO É DE DEUS”: ANÁLISE DA PRESENÇA DO FEMINISMO NAS
CONVERSÇÕES COTIDIANAS SOBRE O CASO JOÃO DE DEUS

CURITIBA

2020



ALÉXIA SILVA SARAIVA

“NÃO É DE DEUS”: ANÁLISE DA PRESENÇA DO FEMINISMO NAS
CONVERSAÇÕES COTIDIANAS SOBRE O CASO JOÃO DE DEUS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Carla Candida Rizzotto.

CURITIBA

2020

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

SARAIVA, Aléxia Silva

“Não é de Deus”: análise da presença do feminismo nas conversações cotidianas sobre o caso João de Deus./ Aléxia Silva Saraiva. – Curitiba, 2020.

163 f: il. color.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Comunicação. 2. Feminismo. 3. Comentários - Análise. I.Título.

CDD 302.2

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALÉXIA SILVA SARAIVA** intitulada: **Não é de Deus: análise da presença do feminismo nas conversações cotidianas sobre o caso João de Deus**, sob orientação da Profa. Dra. CARLA CANDIDA RIZZOTTO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **aprovação** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Abril de 2020.



CARLA CANDIDA RIZZOTTO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



VIVIANE GONÇALVES FREITAS

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)



KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação fecha um ciclo de sete anos consecutivos estudando na Universidade Federal do Paraná. Sete anos de educação gratuita e de qualidade, que me fizeram crescer pessoal e profissionalmente e que me formaram enquanto comunicadora, jornalista e pesquisadora. Ter acesso a uma das melhores universidades do país é um privilégio, mas não deveria ser: a universidade pública e a educação são direitos de todo cidadão brasileiro, e são o caminho para uma sociedade mais justa. Obrigada, UFPR, por ter me acolhido durante anos tão importantes da minha vida;

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Carla Candida Rizzotto, pelo apoio incondicional e irrestrito, pela tranquilidade transmitida durante toda a pesquisa, pela confiança que me inspirou a ter no meu trabalho e, principalmente, pelo grande exemplo de mulher, de professora e de pesquisadora;

À Prof^a Dr^a Kelly Prudencio, que continuou acompanhando meu caminho acadêmico, e cuja amizade e contribuições foram fundamentais. À Prof^a Dr^a Viviane Freitas, pelo olhar cuidadoso e pelas contribuições generosas a esta pesquisa;

Ao Grupo Focal do Barmingham – Ana Carolina Maoski, Ana Luísa Pereira, Arthur Franco, Camila Recchia, Daniel Zierhut, Gabriel Spenassatto e Vivian Faria –, minha prova concreta do quanto a amizade segura as pontas em tempos difíceis, quando ninguém solta a mão de ninguém;

Às mulheres que me dão exemplo e forças todos os dias: Guta Boldrin, Amanda Pupo, Duane Kurten, Flavia Kroetz, Isabelle Santos, Karine Bravo, Flávia Schiochet, Janaina Santos. À Luciane Belin, pela montanha-russa de emoções e de opiniões compartilhadas. À minha família HAUS, Daliane Nogueira, Luan Galani e Sharon Abdalla, que desde o início estiveram ao meu lado tornando tudo não apenas possível como mais leve. Ao Bruno e ao Kaype, pela amizade sempre sincera;

Ao André, por ter ressignificado o que eu conhecia por amor, e por tantos dias em que rimos, pulamos, lemos e choramos juntos até acabar essa dissertação;

Aos meus pais, Darlete e Luciano, por me ensinarem desde cedo a importância da educação, por me apoiarem em todos os momentos que eu precisava e pelo exemplo de humanidade que sempre me deram;

À minha irmã, Jasmine, por ser a razão de tudo e por sempre fazer a felicidade se tornar real.

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes.

Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”

Simone de Beauvoir

RESUMO

O caso João de Deus se tornou o maior escândalo sexual na história do Brasil depois que mais de 500 mulheres o denunciaram, em dezembro de 2018, por crimes sexuais. Os relatos eclodiram em meio a uma nova potência dos movimentos feministas (BIROLI, 2018), que nos anos 2010 têm ocupado os espaços online e offline no combate à violência de gênero. Partindo de uma perspectiva ampliada da teoria deliberativa (YOUNG, 2014; MANSBRIDGE, 2009; DRYZEK, 2007), na qual as conversações políticas cotidianas são uma parte crucial do sistema deliberativo e ajudam a modular as opiniões dos cidadãos sobre temas políticos, este estudo responde à seguinte pergunta: de que forma as demandas, características e estratégias dos movimentos feministas contemporâneos se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus? Para tal, foi realizada uma análise de conteúdo em uma amostra de 6.472 comentários sobre o caso João de Deus, extraídos de publicações sobre o tema das fanpages dos jornais O Globo e Estadão no Facebook entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Foram analisadas dez variáveis: compreensão, tipo de pensamento (sociabilidade, metaconversação e problema), turno da fala, tema, forma, posicionamento, racionalidade, fonte da justificativa, retórica e recursos argumentativos (ameaça, sarcasmo, analogia, narração, humor, insulto). Os principais resultados encontrados mostram que o debate de gênero presente nas conversações sobre o caso se subdivide em dois grupos: os antifeministas e os pró-feministas. Os antifeministas se dividem entre os que não falam do caso João de Deus e representam uma reação conservadora contrária aos feminismos (2,46% dos comentários), e os questionadores das vítimas, que reforçam os estereótipos, culpabilizando a vítima em casos de violência contra a mulher (5,12%). Já os pró-feministas endossam a veracidade dos depoimentos das vítimas em diferentes níveis: desde os que apenas condenam João de Deus, confiando nas denúncias e almejando por justiça (54,7%), aos que efetivamente defendem as vítimas, buscando quebrar estereótipos ligados à violência contra a mulher (16,9%). Os movimentos feministas aparecem, portanto, sob a forma característica desta fase de popularização e de presença online, além reverberar suas pautas com um indício de quebra de paradigmas de gênero através dos que acreditaram nas vítimas.

Palavras-chave: Deliberação online. Conversação cotidiana. Análise de comentários. Feminismo. João de Deus.

ABSTRACT

John of God's case is the major sex scandal in Brazil's history, with more than 500 women victims of his sexual crimes. The reports emerged in the midst of a new power of feminist movements (BIROLI, 2018), which in 2010 has taken online and offline spaces to combat gender violence. Considering an expanded perspective of deliberative theory (YOUNG, 2014; MANSBRIDGE, 2009; DRYZEK, 2007), and qualifying everyday political talk as a crucial part of the deliberative system, this study seeks to answer: in what way the demands and strategies of contemporary feminist movements are put in everyday talk about sexual abuse? A content analysis was applied to 6,472 comments on John of God's case extracted from publications from the Facebook's page of the newspapers O Globo and Estadão between December 2018 and January 2019. Ten variables were analyzed: thought (sociability, meta-conversation and problem), speech shift, theme, form, positioning, rationality, justification source, rhetoric and argumentative resources (threat, sarcasm, analogy, storytelling, humor, insult). The main results shows that the gender debate present in the conversations about the case are divided into two groups: the anti-feminists and the pro-feminists. Anti-feminists are divided between those who do not speak about John of God's case and represent a conservative reaction against women (2.46% of comments), and the victims questioners, who reinforce the gender stereotypes against victims in cases of violence against women (5.12%). The pro-feminists, on the other hand, endorse the veracity of the testimonies of affected people in different levels: from people who condemn John of God, trusting the denunciations and asking for justice (54.7%), to people who effectively defend the victims, trying to break violence stereotypes against a woman (16.9%). The feminist movements appear, therefore, in the characteristic form of this phase of popularization and presence online, in addition to reverberating their agendas with an indication of breaking of gender paradigms through those who believed in the victims.

Keywords: Online deliberation. Everyday talk. Analysis of comments. Feminism. John of God.

ABSTRACT

Le cas de João de Deus est devenu le plus grand scandale sexuel de l'histoire du Brésil après que plus de 500 femmes l'ont dénoncé pour crimes sexuels en décembre 2018. Les rapports ont émergé au milieu d'une nouvelle puissance des mouvements féministes (BIROLI, 2018) qui en 2010 a pris des espaces en ligne et hors ligne pour lutter contre la violence de genre. Partant d'une perspective élargie de la théorie délibérative (YOUNG, 2014; MANSBRIDGE, 2009; DRYZEK, 2007), dans laquelle les conversations politiques quotidiennes sont un élément crucial du système délibératif et aident à moduler les opinions des citoyens sur les questions politiques, cette étude répond à la question suivante: comment les demandes, les caractéristiques et les stratégies des mouvements féministes contemporains sont-elles présentes dans les conversations en ligne quotidiennes sur les abus sexuels, se manifestant dans la formulation et la présentation d'opinions sur le cas de João de Deus? À cette fin, une analyse de contenu a été réalisée sur 6.472 commentaires sur le cas João de Deus, extraits de publications sur le thème des pages Facebook des journaux O Globo et Estadão entre décembre 2018 et janvier 2019. Dix variables ont été analysées : compréhension, type de pensée (sociabilité, méta conversation et problème), tour de la parole, thème, forme, positionnement, rationalité, source de justification, ressources rhétoriques et argumentatives (menace, sarcasme, analogie, narration, humour, insulte). Les principaux résultats trouvés montrent que le débat sur le genre présent dans les conversations sur le cas est divisé en deux groupes : les antiféministes et les pros féministes. Les antiféministes sont partagées entre celles qui ne parlent pas de l'affaire João de Deus et représentent une réaction conservatrice contre les féminismes (2,46% des commentaires), et les interrogatrices des victimes, qui renforcent les stéréotypes qui blâment la victime dans les cas de violence contre la femme (5,12%). Les pros féministes soutiennent la véracité des témoignages des victimes à différents niveaux : de ceux qui condamnent João de Deus, s'appuyant sur des dénonciations et visant la justice (54,7%), à ceux qui défendent efficacement les victimes, cherchant à briser les stéréotypes liés à la violence contre la femme (16,9%). Les mouvements féministes apparaissent donc sous la forme caractéristique de cette phase de vulgarisation et de présence en ligne, en plus de réverbérer leurs agendas avec un indication de rupture des paradigmes de genre à travers ceux qui croyaient aux victimes.

Mots-clés: Délibération en ligne. Discussion quotidienne. Analyse des commentaires. Féminisme. João de Deus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA ÉPOCA: A PRIMAVERA DAS MULHERES	46
FIGURA 2 – PUBLICAÇÃO D'O GLOBO INCLUÍDA NO RECORTE	64
FIGURA 3 – PUBLICAÇÃO DO ESTADÃO INCLUÍDA NO RECORTE	64
FIGURA 4 – PUBLICAÇÃO D'O GLOBO NÃO INCLUÍDA NO RECORTE.....	65
FIGURA 5 – PUBLICAÇÃO DO ESTADÃO NÃO INCLUÍDA NO RECORTE	65
FIGURA 6 – FLUXOGRAMA DE ANÁLISE.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE DADOS DE TIPO DE COMENTÁRIO E TURNO DA FALA ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO	82
GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA: TEMA (V4).....	83
GRÁFICO 3 – COMPARAÇÃO DOS DADOS DE TEMÁTICA ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO...	85
GRÁFICO 4 – FREQUÊNCIA: FORMA (V5).....	87
GRÁFICO 5 – FREQUÊNCIA: CONFLITO (V5.2).....	89
GRÁFICO 6 – FREQUÊNCIA: MAPEAMENTO (V6)	92
GRÁFICO 7 – COMPARAÇÃO DOS DADOS DE RACIONALIDADE ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO	106
GRÁFICO 8 – FREQUÊNCIA: FONTE DA JUSTIFICAÇÃO (V8).....	107
GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA: RETÓRICA (V9)	109
GRÁFICO 10 – FREQUÊNCIA: RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10)	111
GRÁFICO 11 – MAPEAMENTO (V6) X TURNO DE FALA (V3)	113
GRÁFICO 12 – MAPEAMENTO (V6) X RACIONALIDADE (V7).....	119
GRÁFICO 13 – MAPEAMENTO (V6) X FONTE DA JUSTIFICATIVA (V8).....	120

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – JUSTIFICATIVA DO RECORTE DE CONTEÚDO	63
QUADRO 2 – VARIÁVEIS DE CODIFICAÇÃO	67
QUADRO 3 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL COMPREENSÃO (V1)	68
QUADRO 4 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TIPO DE PENSAMENTO (V2)	69
QUADRO 5 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TURNO (V3).....	69
QUADRO 6 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TEMA (V4)	70
QUADRO 7 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL FORMA (V5)	71
QUADRO 8 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA SUBVARIÁVEL CONFLITO (V5.2)	72
QUADRO 9 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL MAPEAMENTO (V6)	73
QUADRO 10 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RACIONALIDADE (V7)	74
QUADRO 11 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL FONTE (V8)	75
QUADRO 12 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RETÓRICA (V9).76	
QUADRO 13 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10).....	76

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MAPEAMENTOS CRUZADOS.....	105
TABELA 2 – MAPEAMENTO (V6) X FORMA (V5)	115
TABELA 3 – MAPEAMENTO (V6) X ESTABELECIMENTO DE CONFLITO (V5.2)	117
TABELA 4 – MAPEAMENTO (V6) X RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10).....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AS MULHERES NO BRASIL: AVANÇOS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS	26
2.1 VIOLAÇÃO SEXUAL: DEFINIÇÃO	27
2.2 O AVANÇO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XX	29
2.3 OS FEMINISMOS DO SÉCULO XXI.....	38
2.3.1 A internet nos feminismos dos anos 2010.....	42
3 DELIBERAÇÃO E CONVERSAÇÃO POLÍTICA COTIDIANA	50
3.1 A DELIBERAÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA	50
3.2 DELIBERAÇÃO ONLINE E CONVERSAÇÃO POLÍTICA COTIDIANA.....	54
3.2.1. Medindo a deliberação online.....	55
3.1.1 As conversações cotidianas no sistema deliberativo	58
4 METODOLOGIA	62
5 “ELE NÃO É DE DEUS”	79
5.1 APRESENTANDO O DEBATE.....	79
5.1.1 Quantos falam sobre o caso João de Deus?.....	79
5.1.2 O que falam sobre o caso João de Deus?	83
5.1.3 Como falam sobre o caso João de Deus?.....	106
5.2 APROFUNDANDO O DEBATE: CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS	112
5.3 CONCLUINDO O DEBATE	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE 1 – POSTAGENS DA FANPAGE O GLOBO	149
APÊNDICE 2 – POSTAGENS DA FANPAGE ESTADÃO	159

1 INTRODUÇÃO

João de Deus foi preso no dia 16 de dezembro de 2018. Investigado por crimes sexuais após denúncias de mais de 500 mulheres, seu caso se tornou o maior escândalo sexual do Brasil¹. Os relatos de violência vão da década de 1980 até outubro de 2018. Desde janeiro de 2019, João de Deus responde pelos crimes de estupro, estupro de vulnerável e violação sexual, dentre outros. Até março de 2020, ele foi condenado a 63 anos de prisão em regime fechado por nove casos julgados, e 41 vítimas ainda aguardam julgamento².

João Teixeira de Faria, como consta seu nome em registro civil, é um médium conhecido internacionalmente por seus atendimentos e cirurgias espirituais que realizou incorporando entidades. Ele atendia na chamada Casa Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, cidade no interior de Goiás, com 19,6 mil habitantes, que recebia até 10 mil visitantes por mês para suas consultas, grande parte de fora do país³. Entre os nomes conhecidos que procuraram seus serviços, estão Lula, Dilma Rousseff, Xuxa, Naomi Campbell, Hugo Chávez e Marina Abramovic. Sua visibilidade era tamanha que João de Deus foi tema de um programa da apresentadora norte-americana Oprah Winfrey, que visitou a cidade para entrevistá-lo. Associados à fama, estão inúmeros relatos de cura, tanto físicas quanto espirituais⁴.

Apesar de ter sido denunciado por outros crimes anteriormente – tais como contrabando de minério, homicídio e prática ilegal da medicina⁵ –, foi a partir de denúncias feitas no programa da Rede Globo Conversa Com Bial, veiculado no dia 7

¹ “Se relatos se confirmarem, caso João de Deus será maior escândalo sexual do país, diz promotor”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/se-relatos-se-confirmarem-caso-joao-de-deus-sera-maior-escandalo-sexual-do-pais-diz-promotor-23307471>. Acesso em 9 de março de 2019.

² “João de Deus é condenado a 40 anos de prisão em regime fechado”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/joao-de-deus-e-condenado-a-40-anos-de-prisao-em-regime-fechado.shtml>. Acesso em 15 de março de 2020.

³ “Em entrevista a Bial, mulheres acusam médium João de Deus de abuso sexual: 'Ele dizia que minha doença ia voltar'”. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/em-entrevista-a-bial-mulheres-acusam-medium-joao-de-deus-de-abuso-sexual-ele-dizia-que-minha-doenca-ia-voltar.ghtml>. Acesso em 9 de março de 2019.

⁴ “Os poderes de João de Deus”, IstoÉ, 18 de janeiro de 2012. Disponível em: https://istoe.com.br/186615_OS+PODERES+DE+JOAO+DE+DEUS/. Acesso em 10 de março de 2019.

⁵ “Denúncias seguem carreira de João de Deus”, Folha de São Paulo, 18 de junho de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/cotidiano/4.html>. Acesso em 9 de março de 2019.

de dezembro de 2018, que se desenrolou a sequência de acontecimentos que levou João de Deus a ser preso.

No programa, o apresentador Pedro Bial e a repórter Camila Appel apuraram dez casos semelhantes – dos quais quatro foram televisionados – de vítimas que relatam os estupros e abusos sexuais que sofreram nas visitas ao médium. Elas contam que os episódios aconteciam durante supostos atendimentos espirituais realizados individualmente. Nos depoimentos, as mulheres também ressaltam sua vulnerabilidade, o que fez com que, por medo ou vergonha, muitas não denunciassem os crimes cometidos.

Junto do programa, o jornal O Globo também publicou mais relatos de assédios⁶, oriundos de uma investigação de três meses. O total de 13 casos deu início a um grande fluxo de denúncias, tomando as manchetes de jornais de grande visibilidade como Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, El País, BBC Brasil e Gazeta do Povo, e levou o Ministério Público de Goiás (MP-GO) a pedir que outras vítimas procurassem a instituição para denunciá-lo, criando um endereço de e-mail que facilitasse esse contato. Assim, mais de 500 mulheres utilizaram este canal para contar seus relatos⁷. No dia 12 de dezembro, o MP-GO pediu a prisão preventiva do médium, que foi acatada pela Justiça após dois dias. Depois de buscas da polícia em mais de 30 endereços e de ser considerado foragido, João de Deus se entregou às autoridades no dia 16 de dezembro de 2018, alegando inocência.

Até março de 2020, João de Deus já foi condenado três vezes: a primeira por posse ilegal de arma de fogo, com pena de quatro anos em regime semiaberto, com sentença proferida em novembro de 2019; a segunda, de dezembro de 2019, por dois casos de estupro de vulnerável e dois de violação sexual mediante fraude, com pena de 19 anos e quatro meses⁸; e a terceira, de janeiro de 2020, por estupros contra cinco mulheres, com pena de 40 anos. As condenações somam 63 anos e quatro meses,

⁶ “João de Deus é acusado de abuso sexual: leia na íntegra relatos de seis mulheres”, O Globo, 8 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/joao-de-deus-acusado-de-abuso-sexual-leia-na-integra-relatos-de-seis-mulheres-23288730>. Acesso em 10 de março de 2019.

⁷ “Prisão do médium João de Deus completa 1 mês; veja linha do tempo”, G1, 16 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/01/16/prisao-do-medium-joao-de-deus-completa-1-mes-veja-linha-do-tempo.ghtml>. Acesso em 10 de março de 2019.

⁸ “João de Deus é condenado a 19 anos de prisão por crimes sexuais contra quatro mulheres, em Abadiânia”. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2019/12/19/joao-de-deus-e-condenado-a-19-anos-de-prisao-por-crimes-sexuais-em-abadiania.ghtml>. Acesso em 15 de março de 2020.

mas ainda não foram transitadas em julgado: todas têm recursos em trâmite no Tribunal de Justiça de Goiás. Ainda aguardam julgamento outros dez processos que envolvem mais 41 vítimas⁹.

O caso João de Deus ganhou notoriedade principalmente pela fama do médium e pelo número impressionante de vítimas que se pronunciaram após as primeiras denúncias. No entanto, a violência sexual se constitui como uma realidade com dezenas de vítimas diárias no país.

Segundo Facuri et al. (2013),

A violência sexual é um fenômeno universal, em que não existem restrições de sexo, idade, etnia ou classe social. Embora atinja homens e mulheres, as mulheres são as principais vítimas, em qualquer período de suas vidas. E as mulheres jovens e adolescentes apresentam risco mais elevado de sofrer esse tipo de agressão (FACURI et al., 2013, p. 890).

No Brasil, dados demonstram o tamanho do problema: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, foram registrados 66.041 estupros em 2018 no país – 180 casos por dia, taxa de 4,1% maior com relação ao ano anterior. Desses, 81,8% das vítimas são do sexo feminino; 50,9% são negras e 48,5% são brancas.

O Atlas da Violência 2018 estima, ainda, que o número de estupros reportados e que constam em números oficiais representem de 10% a 15% do real número de estupros no Brasil – o que projetaria um número anual entre 300 e 500 mil casos. Segundo o documento, estupros realizados por desconhecidos representam 9,41% dos casos em crianças de até 13 anos, 32,50% em vítimas de 14 a 17 anos e 53,52% dos casos de pessoas com 18 anos ou mais. Além disso, o documento ressalta: “A força física e as ameaças foram, em grande parte, o meio empregado para coagir a vítima” (CERQUEIRA et al, 2018, p. 68).

O combate à violência contra a mulher – tanto sexual como em suas outras formas – vem ganhando espaço no campo jurídico brasileiro, com duas vitórias significativas nos últimos quinze anos: a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica, e a Lei nº 13.104/15, a Lei do Femicídio, uma nova modalidade de homicídio qualificado que aumenta a pena para este tipo de crime em casos de discriminação ao sexo feminino.

⁹ “Justiça condena João de Deus a mais 40 anos de prisão por crimes sexuais”. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/01/20/justica-condena-joao-de-deus-a-40-anos-de-prisao-por-crimes-sexuais.ghtml>. Acesso em 15 de março de 2020.

Ambas as leis representaram uma mudança de paradigma na forma com que esses crimes são julgados no país, uma vez que a visibilidade e consequente combate deste tipo de violência só ganham força a partir da sua tipificação (MELLO, 2016, p. 102).

Isso é visível, por exemplo, na ampliação do próprio conceito de violência trazido pela Lei Maria da Penha, que é definido em cinco pilares – violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Ibid, p. 114-5). Esses foram alguns pontos que permitiram que a lei fosse vista como a consolidação de conquistas que os movimentos feministas brasileiros buscavam desde a década de 1970 (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p.144).

Esses pontos colaboraram para uma criminalização de um espectro mais amplo dos tipos de violência sofridos em decorrência da desigualdade de gênero. No mesmo contexto, está a atualização do crime de estupro (Lei nº 12.015/09), ocorrida em 2009. Considerado hediondo¹⁰ – e por isso inafiançável – desde 1990, a lei de estupro foi reformada para se tornar mais abrangente.

O texto, que antes definia estupro como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”, passou a ser “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, englobando o que antes era tipificado como “atentado violento ao pudor”¹¹.

Essa lei, ao unificar os crimes de estupro e atentado violento ao pudor em uma única redação, a atual definição do crime de estupro, fez desaparecer qualquer referência a honestidade ou recato sexual da vítima, pois o foco da referida lei não é mais a forma como as pessoas agem perante a sociedade, e sim a proteção da liberdade sexual do indivíduo (OLIVEIRA, RODRIGUES, 2011, p. 27).

Embora essa reforma tenha permitido que muitos dos crimes sexuais relatados pelas vítimas de João de Deus possam ser enquadrados como estupro, ainda há empecilhos jurídicos que dificultam o processo quando a denúncia é feita

¹⁰ Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as principais características dos crimes hediondos são ferir a dignidade humana e causar grande comoção e reprovação da sociedade. Definidos pela Lei nº 8.072/1990, são crimes insuscetíveis de anistia, graça, indulto ou fiança. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-crimes-hediondos/>. Acesso em 2 de março de 2020.

¹¹ Outro ponto significativo alterado pela nova lei foi de que ela passou a ter mais abrangência: se, antes, apenas a mulher poderia ser considerada vítima do crime, agora considera-se qualquer ser humano.

mais de seis meses após o crime¹², o que demonstra que ainda há modificações a serem revogadas a partir da perspectiva feminista.

Essas mudanças na legislação estão associadas a um momento de crescimento dos feminismos no Brasil. Desde 2011, com a Marcha das Vadias, as mulheres têm conquistado o protagonismo de protestos em ambientes online e offline. Esse movimento teve um crescimento acelerado a partir da “Primavera das Mulheres”, iniciada em 2015, que inaugurou manifestações e campanhas de conscientização que reivindicam maior segurança no campo da violência contra a mulher e mais liberdade em suas escolhas, englobando a descriminalização do aborto. Esse momento do feminismo já levou a duas das maiores manifestações de mulheres já vistas no país: a #MulheresContraCunha¹³, em 2015, e #EleNão, em 2018¹⁴.

No ambiente offline, esse momento se caracteriza por uma pluralização dos feminismos, que fortalecem suas interseccionalidades. No ambiente online, por sua vez, as campanhas que denunciam assédio sexual e outras violências de gênero em massa – tais como #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto – levaram a um espaço em que os relatos pessoais de cada mulher se transformam em uma performance de grupo, e o que aconteceu com uma poderia ter acontecido com qualquer uma – e, conseqüentemente, o problema concerne a todas (BOGADO, 2018). Não à toa, “mexeu com uma, mexeu com todas” é uma das frases mais populares entre o movimento atualmente.

Mas será que esse contexto de feminismos plurais potencializados pela internet causa algum impacto concreto na forma com que as pessoas falam sobre abuso sexual ou apenas “prega para convertidos”, funcionando somente dentro de um nicho específico, sem conseguir estabelecer um diálogo com a sociedade?

É sob a ótica “maior escândalo sexual do Brasil” que vamos investigar se essa interlocução existe. Para isso, será realizada uma análise de conteúdo aplicada em comentários de redes sociais, que vai buscar compreender as estratégias

¹² “João de Deus: por que a lei pode dificultar processos em casos ocorridos há mais de seis meses”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46597668>. Acesso em 11 de março de 2019.

¹³ “Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/politica/1447346906_965515.html. Acesso em 15 de março de 2020.

¹⁴ “#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em 15 de março de 2020.

comunicativas utilizadas pelos usuários para falar sobre o caso João de Deus em fanpages dos jornais que cobriram o caso.

Este estudo se propõe, portanto, a responder à seguinte pergunta de pesquisa: de que forma as demandas, características e estratégias do movimento feminista contemporâneo se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus?

Assim, a pesquisa propõe-se a relacionar o atual estágio dos movimentos feministas com as conversações online sobre o caso João de Deus, identificando seu influxo nas estratégias comunicacionais dos indivíduos. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) discutir a importância e atual status da legislação brasileira sobre abuso sexual no contexto do combate à violência contra a mulher; 2) identificar as estratégias comunicacionais utilizadas nas conversações online sobre o caso, a partir de uma visão sistêmica e ampliada da deliberação, e 3) mapear os diferentes argumentos utilizados por vieses ideológicos divergentes no debate sobre o caso de João de Deus.

Para responder aos objetivos, esta pesquisa parte de um quadro teórico que nasce da vertente habermasiana da democracia deliberativa e que se amplia para outras perspectivas, como veremos a seguir.

Os estudos sobre a construção de um caráter deliberativo dentro da democracia são considerados “a corrente mais importante da teoria democrática das últimas décadas” (MIGUEL, 2014). Essa vertente foi marcada por Habermas, para quem “o mais importante é o entendimento de que o consenso é o objetivo implícito de todas as trocas comunicativas” (MIGUEL, 2014, p. 20). De forma sintética, deliberação, para ele, consiste em um grupo de indivíduos que trocam argumentos críticos e racionais sobre um problema para buscar uma solução que seja razoável para todos os envolvidos. Esses argumentos devem ser baseados em fatos ou ao menos compartilhar um senso de mútuo entendimento da realidade e que seja aberto para julgamentos e críticas, que posteriormente podem ser defendidos ou rebatidos (HABERMAS, 1984, apud. STROMER-GALLEY, 2007).

Nessa perspectiva, o processo da deliberação em si foi alvo de diversos estudos que exploram e aprofundam o conceito, sobre o qual não há consenso na literatura (STROMER-GALLEY, 2007). Schudson (1997), Shields e Edwards (2005), Gastil (2000, 2008), Young (2003), Guttman e Thompson (1998) e Page (1996) são

alguns dos pesquisadores que se debruçaram sobre esse processo, explorando dificuldades e novas perspectivas para que a deliberação aconteça e que possa ser estudada.

Mansbridge (2009, p. 207) vai ampliar o sentido de deliberação e afirmar que, junto a ela, as chamadas conversações cotidianas são uma “parte crucial do amplo sistema deliberativo”, mesmo que elas não sejam sempre “autoconscientes, reflexivas ou consideradas” – é o caso das mídias, de grupos de interesse e outros lugares de discussão, como a própria autora exemplifica.

Ela explica:

A conversação cotidiana às vezes providencia espaços, como os braços de um melhor amigo, nos quais as palavras rudes mais corrosivas podem ser pronunciadas, entendidas, assimiladas e retrabalhadas para um consumo mais público. Os corredores dos fóruns públicos exercem a mesma função. [...] a boa deliberação tem de incluir o que vem antes e depois, como a conversa de indivíduos sobre suas posições com pessoas que pensam de maneira semelhante e com opositores, como a raiva é trabalhada contra o inimigo a fim de providenciar o ímpeto da fala e como as fúrias são aplacadas, como desentendimentos são explicados, como compromissos são quebrados ou posições são bem marcadas, como pontos confusos e enviesados e preocupações pequenas com o consenso são reveladas como internamente contraditórias. (MANSBRIDGE, 2009, p. 224)

Desta maneira, como propõe a autora, as conversações cotidianas funcionam como processos “não oficiais” de deliberação, e mesmo assim são parte da formação de opinião dos indivíduos que integram o amplo sistema deliberativo. Por isso, critérios normativos do conceito de deliberação são questionados – sendo o próprio consenso um exemplo, uma vez que não cumpre mais o papel de objetivo final de uma discussão.

Sendo assim, segundo a pesquisadora, é justamente nas conversações que ativistas e não-ativistas de movimentos sociais trocam interações que constroem e ampliam a discussão em um ambiente não polarizado.

Nos movimentos sociais, novas ideias – e novos termos como “machismo” e “homofobia” – entram na conversação cotidiana através da interação entre ativistas políticos e não-ativistas. Os ativistas tecem, a partir de ideais ou ideias solidamente baseadas na cultura existente, ideais ou ideias que começam a sedimentar essa base. Enclaves sociais nos quais ativistas conversam intensamente um com os outros alimentam esse tipo de inovação. Os ativistas, junto com outros que, por várias razões, encontram-se nesses enclaves, discutem e tentam colocar em prática essas extensões e revisões das ideias recebidas. (MANSBRIDGE, 2009, p. 218)

Como propõe Iris Young (2001, p. 121), os indivíduos de um debate não devem deixar sua subjetividade ao argumentar sobre questões políticas e, por conseguinte, não deve ser só o discurso racional (tradicionalmente tido como o existente em deliberações democráticas) aquele que é considerado ao mensurar a qualidade de uma deliberação. Segundo ela, algumas destas estratégias são a saudação (que estabelece confiança e respeito mútuos), a retórica (estratégia de construção de texto para ter seu argumento considerado) e a narração (em situações que histórias se fazem valer como argumentos práticos de um debate). Assim, estas características também serão avaliadas neste estudo.

Ampliando ainda mais o espaço de discussão, Mendonça, Sampaio e Barros (2016) vão buscar a conversação cotidiana nos “terceiros espaços”: espaços que não são nem arenas privadas nem arena política, mas um “espaço de sociabilidade onde a política emerge” (MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016, p. 16) – e que podem acontecer de forma online, em fóruns mantidos por instituições políticas formais, sites de jornais ou ainda sites de redes sociais. Para eles, “apesar da concentração dos estudos nos espaços formais e/ou gestados para discutir política, boa parte da sociabilidade política ocorre fora destes espaços, o que demanda uma expansão dos objetos de estudo” (Ibid., p. 16).

Segundo os autores, essa abordagem caracteriza um novo marco na aproximação entre os estudos brasileiros sobre a deliberação online, que na primeira década dos anos 2000 eram centrados na possibilidade de a internet ser uma reconfiguração ou mesmo uma nova esfera pública.

No entanto, a segunda década trouxe esta nova vertente dos estudos nos terceiros espaços, que, embora embrionária, já delineia alguns pilares comuns: diferenças entre plataformas utilizadas para as conversações, os efeitos da moderação, os diferentes níveis de deliberatividade presentes nos espaços e o pouco grau de empoderamento político praticado em sites de instituições políticas.

Posto isso, o presente estudo integra uma pesquisa macro, coordenada pela pesquisadora Prof.^a Dr.^a Carla Candida Rizzotto, que busca compreender a que estratégias comunicacionais recorrem os indivíduos na formulação e na exposição de suas opiniões sobre temas polêmicos em terceiros espaços, visando ao convencimento de seus interlocutores (RIZZOTTO, 2018; RIZZOTTO, BELIN, 2019). A pesquisa realiza uma análise de conteúdo de comentários postados em vídeos do

YouTube, posts no Facebook e publicações do Twitter que tratam dos temas aborto, cotas raciais nas universidades, lei do feminicídio e, com este estudo, abuso sexual.

A metodologia é constituída por uma análise de conteúdo que utiliza uma combinação de critérios que investigam o grau deliberativo e os recursos comunicativos das conversações. São eles: 1) compreensão (que filtra os comentários ininteligíveis); 2) tipo de pensamento (se há presença de sociabilidade, metaconversação e problema); 3) turno (que avalia se o comentário é novo ou se é uma réplica a algum interlocutor); 4) tema (se o assunto do comentário está relacionado ao assunto principal da conversação); 5) forma (elencando um dos seguintes formatos para o comentário: declaração/afirmação, ponto de vista oposto, esclarecimento, questionamento, proposição de solução, chamada para ação ou estabelecer conflito); 6) mapeamento dos posicionamentos; 7) racionalidade (vista como justificação da opinião); 8) fonte da justificativa (se pessoal, midiática, religiosa, ou factual/lógica); 9) retórica (se propositiva/pragmática; sedutora/emocional; ético-moral/ideológica ou crítica/credibilidade); e 10) recursos argumentativos (que tipo de estratégias comunicativas estão presentes de forma a convencer o interlocutor: ameaça, sarcasmo/ironia, analogia, narração, humor, insulto).

Para compor o objeto de pesquisa, foram escolhidas as fanpages dos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo no Facebook a partir de um ranking de audiência entre jornais brasileiros: segundo dados do medidor de audiência online comScore MyMetrix, os três sites de jornal com maior número de usuários únicos em 2018 foram, respectivamente, Folha de S. Paulo (que não utiliza mais o Facebook como forma de divulgar suas notícias desde fevereiro de 2018, portanto excluído do recorte), O Globo e O Estado de S. Paulo (vulgo “Estadão”)¹⁵. Ambos os jornais escolhidos tiveram uma cobertura semelhante do caso João de Deus em seus sites: factual, com atualizações diárias e postagens no Facebook a cada nova publicação.

O período escolhido para o recorte vai de 7 de dezembro de 2018, que marca a primeira veiculação das denúncias pelas vítimas, até 9 de janeiro de 2019, quando João de Deus se torna réu pelos crimes sexuais. No total, foram selecionadas 54

¹⁵ O índice realizado pela empresa norte-americana especializada em análise de tráfego na internet Comscore leva em consideração o número de usuários únicos que acessou cada jornal. Em 2018, a Folha de S. Paulo teve média mensal de 24,1 milhões de usuários, seguido pelo O Globo, com 22,8 milhões, e Estadão, com 18,7 milhões. Fonte: Folha foi líder em audiência em 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/site-da-folha-lidera-audiencia-entre-os-jornais.shtml>. Acesso em 2 de março de 2020.

postagens n'O Globo e 38 postagens no Estadão. Destas publicações, foram extraídos, com auxílio da ferramenta Socialfy, 23.455 comentários d'O Globo e 9.991 comentários do Estadão, num total de 33.446 comentários. Para a pesquisa, será analisada manualmente uma amostra com 99% de confiança e 2% de margem de erro, calculada separadamente para cada um dos universos de comentários. Assim, o corpus desta pesquisa se consolida com 3.534 comentários d'O Globo e 2.938 do Estadão, totalizando 6.472 comentários.

Os resultados obtidos mostram que as conversações sobre o caso estudado se subdividem em oito categorias temáticas, das quais quatro se relacionam com a discussão de gênero. Duas delas são entendidas como pró-feministas: a condenação de João de Deus, que representa 54,7% dos comentários, parte do pressuposto de que as acusações das vítimas são verdadeiras e, portanto, que o réu é culpado. Já a defesa das vítimas, categoria que apresenta uma argumentação claramente feminista, representa 16,9%. Entre os grupos antifeministas, estão o questionamento das vítimas, que endossam estereótipos de gênero, com 5,12%, e o conflito contra feministas, que não necessariamente adentra a discussão do caso João de Deus mas confronta grupos que defendem pautas de gênero, com 2,46%. Além de mais volumosos, os grupos pró-feministas também tendem a apresentar melhores índices de argumentação do que os antifeministas.

As outras quatro categorias de mapeamento se dividem em piadas com o caso (15,27%), defesa da religião (8,8%), indignação com o sistema (9,36%) e questionamento da religião (5%). Na sequência, o primeiro capítulo teórico vai abordar o contexto de reivindicações de gênero que se dá no Brasil neste novo momento do feminismo, no qual é forte a luta por uma legislação específica que tipifica a violência contra a mulher. Para compreender como se chegou a este momento, traçaremos um panorama dos feminismos no Brasil desde o fim do século XIX ao início do século XXI.

No capítulo seguinte, explanaremos a corrente dos estudos de comunicação que versam sobre deliberação, conversações políticas e terceiros espaços, explicitando a fundamentação teórica que baseia esta pesquisa.

Na sequência, um capítulo detalha a metodologia a ser aplicada sobre o objeto de pesquisa. Por fim, seguimos com a análise dos resultados obtidos, subdividida entre 1) a frequência das variáveis; 2) cruzamentos relevantes entre variáveis e 3) conclusão da análise.

2 AS MULHERES NO BRASIL: AVANÇOS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS

O caso João de Deus eclodiu durante um período marcado pela forte presença do feminismo em ambientes online e offline. Durante a década de 2010, o movimento social ganhou uma amplitude que permitiu que interseccionalidades passassem a ser protagonistas. O feminismo ganhou uma característica plural, transformando-se em “feminismos”. Dessa maneira, uma ampla gama de demandas passou a ser reivindicada, dentre as quais estão uma legislação que busque minimizar as desigualdades de gênero em suas diversas acepções e políticas públicas que erradiquem a violência contra a mulher (BIROLI, 2018).

Para analisar como se chegou ao cenário atual, o presente capítulo tem por objetivos compreender de que forma o abuso sexual das mulheres é uma ferramenta de manutenção do patriarcado, além de demonstrar um breve histórico da evolução do feminismo no Brasil que parte do fim do século XIX até chegar à década que origina o objeto deste estudo.

O capítulo se inicia com uma breve explanação dos crimes de violação sexual pelos quais João de Deus é réu. A partir disso, explicamos como a incontrollabilidade sexual masculina é um mito instaurado em sociedades ocidentais que integra um sistema de submissão das mulheres aos homens.

Em seguida, desenvolvemos uma linha do tempo do movimento feminista no Brasil que irá incluir os principais marcos legais na inclusão de direitos específicos da mulher na legislação brasileira – bem como a onda conservadora que, principalmente durante os últimos dez anos, tem feito movimentos para reter esse avanço e retroceder em conquistas já alcançadas – e como esses direitos estão em consonância com o contexto internacional de influência dos direitos humanos.

Esse panorama é essencial para compreender o contexto político que favoreceu que o caso João de Deus ganhasse tamanha visibilidade no final de 2018 – mesmo o médium já tendo sido alvo de outras denúncias em anos anteriores – e como os relatos das vítimas de abuso sexual vão impactar na sociedade. Sua relevância também se dá para explicitar como o abuso sexual é um dos instrumentos de manutenção do patriarcado vigente na sociedade brasileira, criando um sistema de discriminação das mulheres que, mesmo com os levantes feministas e os atuais avanços da pauta de gênero, continuam a se estender pela história.

2.1 VIOLAÇÃO SEXUAL: DEFINIÇÃO

Mais de 500 mulheres denunciaram João de Deus por abuso sexual. Um mesmo caso só pode alcançar tamanha proporção com, no mínimo, um sistema conivente com os crimes. Há denúncias contra o médium que datam da década de 1980 – e, como vimos, muito da configuração da sociedade e do papel da mulher já mudou desde então. Dentre outros crimes, João Teixeira de Faria é acusado de violação sexual mediante fraude e de estupro de vulnerável.

Ambos os crimes são regidos pelo artigo 213 do Código Penal que, como dissemos, foi alterado em 2009 e define violação sexual como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Para explicar as especificidades legislativas às quais o réu responde, citamos a Escola Brasileira de Direito (2017):

[...] podemos definir o delito de violação sexual mediante fraude como o ilícito penal denominado pela doutrina como estelionato sexual, no qual o sujeito ativo não se vale de violência ou grave ameaça e sim de meios capazes de levar a vítima a erro ou mantê-la em erro. Em outras palavras, o sujeito ativo vale-se de fraude (engodo, ardil, artifícios) ou qualquer outro meio que dificulte a livre manifestação de vontade da vítima, a fim de abusar sexualmente desta, pois – pela circunstância do momento – a vítima não é capaz de manifestar livremente sua vontade. (ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO, 2017, s.p.)

Já o estupro de vulnerável é caracterizado por “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”, sendo vulnerável alguém que, “por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”¹⁶.

Não cabe a este trabalho discutir a aplicabilidade da legislação tendo como base os depoimentos das vítimas, nem o processo judicial do réu. Em vez disso, resgataremos de modo breve alguns conceitos da teoria feminista que explicam de que maneira o sistema patriarcal das sociedades ocidentais cria um problema estrutural de violência contra a mulher, na qual os homens dispõem de um sistema de

¹⁶ Lei de Crimes Sexuais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm. Acesso em 20 de julho de 2019.

dominação e exploração que cria acesso sistemático aos corpos femininos (PATEMAN, 1993; SAFFIOTI, 2004).

As diversas formas que esse sistema patriarcal faz das mulheres seres submissos aos homens foi destrinchada por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, ainda em 1949. Segundo ela,

[...] a situação privilegiada do homem vem da integração de seu papel biologicamente agressivo em sua função social de chefe, de senhor; é através dessa situação que as diferenças fisiológicas adquirem todo seu sentido. Por ser, neste mundo, soberano, o homem reivindica como sinal de sua soberania a violência de seus desejos; diz-se de um homem dotado de grandes capacidades eróticas que é forte, que é potente: epítetos que designam como que uma atividade e uma transcendência. (BEAUVOIR, 2016, p. 128)

Para Saffioti, a incontrollabilidade da sexualidade masculina é um mito criado pelos condicionamentos sociais dos homens. Ela argumenta que, se esse fosse o caso, relações sexuais e estupros seriam comuns em espaços públicos, e que obviamente qualquer pessoa é capaz de controlar seu desejo sexual (SAFFIOTI, 2004, p. 28).

Esse papel masculino é consolidado através da própria organização da sociedade. Pateman (1993) vai explicar que a sociedade civil moderna foi constituída a partir de um contrato original, do qual se originam a autoridade legal do Estado, a legislação civil e a própria legitimidade do governo civil. Tal visão nasceu nos séculos XVII e XVIII. A teórica, no entanto, vai além e propõe que concomitantemente a todo o processo de evolução deste tipo de sociedade sempre esteve atrelado o contrato sexual, que criou um pacto sexual-social suprimido pela história. O contrato sexual entende que o direito político é, na realidade, um direito patriarcal, garantindo o poder que os homens exercem sobre as mulheres: “a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal” (1993, p. 16).

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. [...] O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p. 17)

Segundo Biroli (2018, p. 11), o patriarcado pode ser resumido como um “complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens

para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas”. Ele está presente concretamente em instituições e em relações cotidianas que criam diferentes formas de opressão. É seguindo esta lógica que, historicamente, as desigualdades entre os gêneros – bem como as de classe, raça e sexualidade – estão subentendidas nas abordagens dos direitos, da liberdade e da autonomia, sem serem problematizadas (BIROLI, 2018, p. 139).

É inevitável pensar na figura de João de Deus como uma figura de grande poder, detentora de diversos privilégios. Como vimos, as conquistas de gênero demoram a atingir toda a territorialidade do país. Em Abadiânia (GO), uma cidade com 19,6 mil habitantes¹⁷ cuja economia girava em torno do turismo espiritual protagonizado por João de Deus, os abusos sexuais aconteceram impunemente durante pelo menos três décadas.

2.2 O AVANÇO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XX

Para chegar ao momento em que as denúncias eclodiram, temos como ponto de partida deste panorama um Brasil de meados do século XIX, ainda monarquista e escravocrata. Com uma sociedade caracterizada pela família tradicional, mão-de-obra escrava, patrimonialismo e concentrada em espaços rurais, a maioria das mulheres não tinha acesso a oportunidades de emprego extra domésticos ou ao ensino formal, e a desigualdade de gênero era ampla, geral e irrestrita (ALVES et al., 2017).

A primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, dois anos após a independência de Portugal, tem seus direitos estendidos aos “cidadãos brasileiros”. Estes, no entanto, correspondiam apenas à figura do homem com propriedades: mulheres, escravos e homens livres pobres não tinham acesso a uma série de direitos políticos, como votar ou exercer cargos públicos. Neste período, a estrutura social brasileira teve poucas mudanças, com um sistema tradicional, patriarcal, agrário e de pouca mobilidade – um conjunto de fatores que reforçava a discriminação (ALVES et al., 2017).

¹⁷ Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada de Abadiânia em 2018 era de 19.614 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/abadiania/panorama>. Acesso em 20 de julho de 2019.

A Constituição seguinte, de 1891, já dizia respeito ao período da República e pós-abolição da escravatura, e foi inspirada pelos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade. Mesmo assim, ainda não estendia seus direitos às mulheres (CORTÊS, 2012; PRADO, FRANCO, 2012).

Da mesma maneira foi sancionado o Código Civil de 1916, vigente no país durante 86 anos – embora suas atualizações tenham superado diversos aspectos discriminatórios da época, tornando-o uma “colcha de retalhos”. Segundo Cortês, o conjunto de leis “esbanjou em discriminações, tratando-a [a mulher] como um ser inferior, ‘relativamente incapaz’, necessitada da proteção, orientação e aprovação masculina” (CORTÊS, 2012, p. 265).

No entanto, as leis retratavam a mentalidade da época:

Na verdade, havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres. Respalhando tal oposição, a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidade e menor inteligência, inadequadas para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que, inclusive, ridicularizavam as militantes. (SOIHET, 2012, p. 219)

As garantias legais às mulheres só começaram efetivamente a aparecer em 1934, quando a equidade de gênero se tornou uma premissa especificada no texto da Constituição e estabeleceu direitos como a proibição da diferença salarial entre homens e mulheres para o mesmo cargo, a assistência médica e sanitária à gestante e o voto. Este foi estabelecido ainda em 1932, através do novo Código Eleitoral (Decreto 21.076), após décadas de mobilização feminista, que caracterizou o primeiro momento de ascensão do feminismo no país. Ainda assim, foi um dos primeiros países a garantir o sufrágio feminino.

O movimento sufragista no Brasil teve como expoente a feminista Bertha Lutz, que mobilizou mulheres para este fim desde o final da década de 1910. À época, o movimento era caracterizado por pronunciamentos públicos, artigos e entrevistas a jornais, visando pressionar parlamentares, autoridades políticas, educacionais e ligadas à imprensa (SOIHET, 2012, p. 220). O feminismo brasileiro também buscou alianças internacionais, participando, com Lutz, da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres.

No entanto, o sufrágio feminino foi um movimento articulado às elites e apresentava uma série de restrições¹⁸, o que reduzia significativamente o acesso das mulheres ao direito. Essas restrições seriam retiradas na Constituição seguinte, de 1937, promulgada durante a ditadura do Estado Novo (1937-1946). Apesar do avanço legal, a ditadura impediu que os movimentos sociais, inclusive o feminista, pudessem se manifestar.

Segundo Blay (2017), com o retrocesso democrático, as décadas de 1930 a 1950 foram difíceis para os avanços políticos de maneira geral. O Partido Comunista do Brasil (PCB), criado em 1922 (e considerado ilegal diversas vezes deste então), passou a abarcar as pautas da esquerda, mas limitava a participação das mulheres, fazendo com que estas tivessem um esforço duplo na luta por seus direitos: “tinham de enfrentar a luta contra os grupos no poder e conquistar um espaço dentro do próprio partido. [...] Militantes políticos eram (e são) tratados permanentemente como agentes da desordem e por isso apenados com prisão, tortura, morte, deportação” (BLAY, 2017, p. 71).

Ou seja: além do contexto antidemocrático, outro desafio era tornar a luta das mulheres reconhecida entre os movimentos sociais de esquerda. Soma-se a isso uma lógica que ignorava as dinâmicas brasileiras: ao importar esquemas prontos de movimentos políticos internacionais nos quais se inspiravam, os grupos feministas vinculados a partidos eram ineficazes (SOIHET 2012, p. 233).

Deixar as reivindicações feministas em segundo plano foi uma característica marcante do período, o que extrapolou o Estado Novo e se seguiu por décadas (Ibid.). As próprias organizações internas dos partidos tidos como progressistas reproduziam relações de gênero “moldadas pelo patriarcado” (BLAY, 2017, p. 73).

Para Soihet,

¹⁸ “O exercício do voto seria limitado às mulheres maiores de 21 anos, solteiras, viúvas e casadas que auferissem renda própria; aquelas que, por declaração judicial da ausência do marido, estivessem na direção dos bens do casal; às desquitadas e àquelas que tivessem sido deixadas pelo marido por um período maior que dois anos, encontrando-se este ‘em um lugar sabido’” (RODRIGUES, 1962, p. 78).

Para aqueles que seguiam mais de perto as posturas do PCB, a luta contra a discriminação sexual a favor da emancipação feminina era considerada secundária e, de certo modo, perniciosa, já que contribuiria para retardar a luta pela conquista do objetivo principal – a instauração de uma sociedade sem classes. Com o advento do comunismo, tais questões seriam automaticamente resolvidas, já que, na sua avaliação doutrinária, a opressão das mulheres era resultante unicamente das condições existentes na sociedade capitalista. (SOIHET, 2012, p. 233-4)

Com esta visão, chega-se ao ponto de negar a violência estrutural de gênero contra a mulher. Nesta interpretação, ela se caracteriza, na realidade, como uma violência “contra o homem e a mulher da classe operária”: “O cansaço, a bebida e a exploração capitalista justificavam a agressão contra a mulher, a própria companheira, e isso não deveria ser punido”¹⁹ (BLAY, 2017, p. 83).

A dificuldade em dar protagonismo ao movimento colaborou para que as décadas seguintes não tivessem grandes avanços na pauta. As Constituições subsequentes, de 1946 e de 1967 (esta já referente à ditadura militar), apresentaram um retrocesso ao suprimir a expressão “sem distinção de sexo” na igualdade entre “todos os cidadãos” e, em termos gerais, não apresentou avanços significativos (CORTÊS, 2012, p. 262). Alguns avanços pontuais foram as publicações do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), que garantiu mais liberdades civis às mulheres, e a Lei do Divórcio (Lei nº 6.515/1977), que tornou possível a dissolução do vínculo matrimonial – embora, assim como havia sido com o voto, houvesse uma série de condições para que isso de fato ocorresse²⁰.

A ditadura militar brasileira (1964-1985) foi um período particularmente difícil para os movimentos sociais, inclusive o das mulheres. Caracterizada por violência, extinção da liberdade partidária, intervenção nos sindicatos e censura a meios de comunicação (BLAY, 2017, p. 75), além de um processo de reconstrução em novas bases dentro de um contexto de repressão e autoritarismo (COSTA, 2009), essa fase

¹⁹ Este exemplo é dado por Blay ao contar sua experiência no II Congresso da Mulher Paulista, já em 1980, período em que tal dicotomia ainda estava presente nos movimentos sociais. No evento, foram explicitadas diversas divergências entre os grupos presentes, algumas inclusive com princípios antifeministas. O discurso que buscava protagonizar a luta de classes em detrimento de outras pautas era compartilhado pelo Movimento Revolucionário 8 de Março (MR8), grupo que detém a autoria da frase citada.

²⁰ A saber: o divórcio só poderia ocorrer uma vez, antecedido por uma separação judicial de três anos ou, caso isso não fosse possível, com uma separação de fato por cinco anos. Essas restrições foram sendo afrouxadas com o passar dos anos, até que foram completamente extintas pela Emenda Constitucional n. 66, publicada em 2010, na qual o divórcio direto sem prazo preestabelecido foi garantido.

colaborou para criar uma bifurcação nos caminhos do feminismo do Brasil com relação às demandas internacionais. Em outros países, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo chamado “feminismo de segunda onda”: influenciadas pelo clássico *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado originalmente em 1949, as militantes passaram a incluir pautas referentes à sexualidade e ao corpo, como o direito ao prazer e ao aborto (PEDRO, 2012). Por estar em outro momento político, os problemas sociopolíticos do Brasil fizeram com que as feministas se voltassem às suas particularidades locais, mais do que defender a liberdade sexual da mulher ou lutar contra o patriarcado, como era o caso da França naquele momento (PEDRO, 2012, p. 252). Realidade próxima do Brasil, no entanto, era de países latino-americanos como Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia, que passaram por ditaduras contemporâneas à brasileira e igualmente violentas.

Nessa época, os movimentos avançavam principalmente por debaixo dos panos:

Nas universidades, resistir significava manter, sob pena de demissão ou prisão, as orientações acadêmicas e conteúdos dos cursos e pesquisas tidos como “subversivos”, tais como as pesquisas sobre a realidade do país [...]. O que não aparecia na mídia era visibilizado nas pesquisas que mostravam a realidade: a enorme elevação do custo de vida, a alta mortalidade em geral, a ausência de serviços públicos. Havia uma simbiose entre os dados produzidos pela academia, as reivindicações das mulheres e os movimentos sociais; a universidade devolvia à sociedade os dados das pesquisas, o conhecimento chegava à sociedade apesar da censura. (BLAY, 2017, p. 75)

Não sem repressão, as mulheres protestavam nas ruas por demandas que se ouviam desde o início do século, denunciando a violência doméstica e a ausência de creches e serviços de saúde. Além disso, parte do movimento tinha adesão e apoio da Igreja Católica – excluindo questões que tratavam da liberdade sexual e do aborto – através da ala mais progressista da instituição, representada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O cenário, até então estagnado e ainda sem protagonismo, começa a mudar a partir da década de 1970: grupos de mulheres dão voz às suas “lutas específicas” – mesmo ainda sem o reconhecimento da esquerda. Segundo Pedro (2012), os partidos políticos ainda na clandestinidade passaram a estranhar a emergência do novo feminismo, “achando ‘um absurdo’ que atuassem como movimento autônomo” (PEDRO, 2012, p. 252). As militantes eram criticadas por empregar seu tempo em

uma luta específica, quando este poderia ser melhor empregado se destinado à luta “maior” e “geral”.

Mesmo assim, os grupos feministas passaram a se articular com grupos de mulheres – o que nem sempre era um sinônimo – e a reivindicar direitos nas portas de autoridades, tais como as prefeituras (BLAY, 2017, p. 76). Esses grupos eram frequentemente compostos por mulheres de classe média, com nível superior de instrução e inspiradas pelos feminismos norte-americano e europeu (BARSTED, 1994, p. 39).

Também nos anos 1970, esse *boom* feminista passou a ter consonância internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e a década seguinte como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Este marco motivou uma sequência de eventos internacionais nos quais os direitos humanos das mulheres passaram a ser discutidos de modo amplificado, “evidenciando que, em diferentes sociedades e culturas, as mulheres não gozavam, na teoria ou na prática, de direitos já garantidos aos homens” (LAGE, NADER, 2012, p. 310).

Uma das pautas que marcou esta década foi a demanda pela anistia dos presos políticos e retorno dos exilados durante a ditadura. Foi criado o Movimento Feminino Pela Anistia, que posteriormente se ampliou e, em 1979, se tornou o Movimento Nacional pela Anistia – grupo que foi marco no processo de redemocratização do país (BLAY, 2017).

Outra pauta de impacto da década foi o questionamento da violência contra a mulher – maus-tratos físicos e psicológicos, assédio sexual, estupro, espancamentos e assassinatos de mulheres –, que cresceu consideravelmente e ganhou novas vozes. Segundo Lage e Nader (2012, p. 310), “o questionamento da situação subalterna e vulnerável a que as mulheres estavam submetidas foi minando a legitimidade das formas de violência específicas contra elas”.

Participante e signatário de acordos internacionais para coibir tal tipo de violência, aos poucos o Estado brasileiro passou, minimamente, a encarar o assunto como um problema a ser combatido. Um destes acordos foi a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês), aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 1984. Em 1994, foi vez da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará),

aprovada no Brasil por Decreto Legislativo em setembro de 1995, considerado um marco. Com eles, o Brasil se responsabilizava por assumir medidas concretas no combate à violência contra a mulher, tais como incluir em sua legislação interna normas penais, civis e administrativas que visem a erradicar a violência contra a mulher, além de estabelecer meios de ressarcimento e reparação de danos (MELLO, 2016, p. 38).

O retorno concreto às demandas sobre violência começou a aparecer na década de 1980²¹. Esta é marcada pela organização da sociedade objetivando a redemocratização do país, em movimentos que já tinham identidades consolidadas durante a ditadura e que passaram a dialogar com o Estado, funcionando como sujeitos políticos: a visibilidade dos movimentos e o campo de poder que se desenhou a partir de seu engajamento os tornou “interlocutores das instituições governamentais e da sociedade com potencialidade de mudar práticas e padrões culturais discriminadores” (BARSTED, 1994, p. 39).

Em contrapartida, esse também foi o cenário de oportunidades políticas e culturais para o aumento das organizações de mulheres negras no país. A resistência contra a ditadura teve sua participação demarcada, mas foi principalmente o momento político pós-ditadura que propiciou a formação de lideranças negras que contribuíram para a construção de um sujeito coletivo entre os movimentos de mulheres: “esse contexto efervescente criou a necessidade de autonomia política e a formação de um novo agente político, que articulava as dimensões da dominação sexual, étnico-raciais e da exploração de classe, portanto, a emergência do feminismo negro brasileiro” (RIOS, 2017, p. 239). A partir de 1986, se viu um aumento significativo do movimento, espalhando-se pelo território brasileiro e constituindo uma identidade própria. Mesmo assim, o diálogo entre as duas pautas se fortaleceu e criou um vínculo de protagonismo na militância que se seguiu:

²¹ Alguns exemplos são a criação dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, a partir de 1983; a Campanha Nacional “Denuncie a violência contra a mulher”, em 1986; o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, efetivado em 1986 e as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, a partir de 1985, são alguns exemplos (BARSTED, 1994; LAGE, NADER, 2012).

Aliás, uma das alianças mais significativas desse contexto foi justamente aquela entre os movimentos feministas e de negros, mediados, sobretudo, pelo emergente movimento de mulheres negras, que teve papel decisivo na articulação de pautas conjuntas e ampliação do discurso étnico-racial para o interior dos setores femininos mobilizados, ao mesmo tempo que introduziu nos círculos negros ideias sobre a emancipação da mulher e a luta contra o machismo. A mobilização das ativistas negras fez-se visível nesse período tanto por sua inserção na esfera dos conselhos como nas suas formas organizativas na sociedade civil. (RIOS, 2017, p. 241)

De modo mais amplo, o feminismo não só ganhava impulso como respaldo institucional para garantir conquistas. Sua força de ação era organizada e composta por várias frentes: imprensa alternativa, centros de estudos e pesquisas, organizações não-governamentais, grupos autônomos, encontros nacionais, publicações, manifestações de rua. A onda de democratização também atingiu o movimento. Entre os temas que passaram a ser debatidos com o Estado, estavam trabalho, direitos civis, creche, participação política, saúde, direitos reprodutivos, aborto, violência, etc; posteriormente, eles se aglutinaram em dois eixos principais: saúde/sexualidade e violência. Tal multiplicidade de estratégias e assuntos se engajou para mobilizar mulheres em prol de um objetivo ‘especial’: a elaboração da nova Constituição (BARSTED, 1994, p. 41-3).

“A Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, teve larga participação da sociedade durante sua concepção pela Assembleia Nacional Constituinte. Incluído no rol de setores engajados, o “*lobby do batom*” – como ficou conhecido o movimento de mulheres nesse contexto – foi um dos mais ativos no processo e incluiu na nova Carta Magna diversas das suas reivindicações. Cortês (2012) levanta algumas de suas principais conquistas: a isonomia (igualdade de todos perante a lei) sem distinção de qualquer natureza; a igualdade de direitos e deveres referentes à sociedade conjugal para homens e mulheres, retirando o papel de chefe da família do homem; a inclusão do planejamento familiar como obrigação do Estado; o divórcio como preceito constitucional; o direito ao título de domínio e a concessão de uso da terra, entre outros. Costa (2005) estima que 80% das demandas feministas foram atendidas na Constituição, estabelecendo-se como o movimento social que mais foi contemplado no novo texto. Entre as exceções, encontram-se os direitos reprodutivos e o aborto –

o que Blay atribui como consequência da força de segmentos religiosos conservadores (BLAY, 2017, p. 88)²².

Na mesma medida em que os anos 1980 trouxeram avanços, a década de 1990 “se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e o descrédito no movimento autônomo” (COSTA, 2005, p. 8). A unidade que havia sido criada para concentrar as forças na elaboração da Constituição em pautas comuns se dissolveu em múltiplas organizações, com diferentes identidades: organizações não-governamentais (ONGs)²³, associações de moradoras, sindicatos.

Se, antes, o feminismo era um movimento branco e de classe média, com “outras” mulheres do lado de fora da articulação, é nesse momento em que esses grupos viram “outros feminismos”, com suas lutas específicas abarcadas no grande movimento (ALVAREZ, 2014, p. 29). Uma das definições que explicam como funciona essa dualidade foi dada por Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Nessa época, essa pluralidade já era explícita, subdividindo-se em suas pautas.

A partir dos anos 1990, a categoria aglutinadora “mulher” é ressignificada em uma multiplicidade de vivências e questões que colocam em cheque [sic] a visão unificada da mulher como apenas uma luta que concentra todas as mulheres, assim, o gênero se expande em sua luta de classes, diversidade e sexualidade. O discurso da igualdade dá lugar ao reconhecimento das múltiplas diferenças e que elas não nascem em binarismos universais. (SANTOS, 2018, p. 47)

²² Por mais que a década de 1980 concentre um período de grandes conquistas feministas, essas não se deram sem luta. O antifeminismo era muito forte à época, mostrando que a força antagonista se faz sempre presente para tentar frear o avanço das pautas de minorias.

²³ Mesmo sob muitas críticas de que seriam instituições a serviço do Estado e de organizações intergovernamentais, as ONGs feministas foram “as atoras mais visíveis (e mais controversas) nos campos feministas brasileiro e latino-americana (e global) nos anos 1990” (ALVAREZ, 2014, p. 26).

O que marcou a década foi o diálogo do feminismo brasileiro com seu contexto latino-americano, que vinha acontecendo por redes informais, tais como os Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, originados em 1981. Essa articulação transnacional se deu, em especial, durante a preparação para o Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing, na China. Este evento estabeleceu a agenda feminista em torno da qual o debate se concentrou ao longo da década (COSTA, 2005).

No campo da legislação, a primeira lei de cotas (Lei nº 9.100/1995), que prevê 20% de candidaturas femininas nas listas partidárias para as eleições, foi aprovada em 1994, para vigorar a partir das eleições de 1996, colaborando no fortalecimento da figura da mulher enquanto agente política e combater a desigualdade também nessa esfera.

No campo do combate à violência contra a mulher, outro avanço relevante foi a adição dos crimes de estupro e estupro de vulnerável na lista de crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990) e, portanto, são inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça e de anistia.

O século XX foi marcado por transformações sociais, culturais, econômicas e políticas na sociedade brasileira. As mudanças estruturais tornaram o início do século XXI o período mais propício da história à conquista da equidade de gênero e da construção de uma arquitetura social baseada nos direitos humanos, sem discriminar sexo, idade, origem social, cor, orientação sexual ou qualquer outra distinção (ALVES et. al., 2017).

Contudo, ainda há muitas etapas a serem superadas para alcançar tal objetivo – algumas das quais de fato se concretizaram no início do século seguinte. Apesar dos avanços significativos, no final dos anos 1990 a legislação brasileira ainda apresentava falhas na cobertura dos direitos humanos da mulher, especialmente com relação à violência de gênero. Este assunto é o gancho que inicia a seção a seguir.

2.3 OS FEMINISMOS DO SÉCULO XXI

O início do novo século foi marcado por uma percepção de que o feminismo havia perdido sua razão de ser, sem encontrar ressonância nas novas gerações de mulheres brasileiras. As críticas, feitas principalmente por meios de comunicação, afirmavam que o movimento era o responsável por gerar nas mulheres militantes um

“individualismo exacerbado”, com uma “superexposição da sexualidade das mulheres” que reproduziriam “posturas tipicamente masculinas” e teriam comportamentos de “predadoras sexuais” (GOMES, SORJ, 2014, p. 433). Além disso, são novamente evocadas críticas comuns ao movimento durante muitos anos anteriores: sem sucesso em promover o ideal da equidade de gênero entre as mulheres, o movimento “teria degenerado em demandas menos relevantes ou nobres” (Ibid.) – apresentando novamente o argumento de que demandas específicas não deveriam ser abarcadas pelo movimento, tal como visto anteriormente.

As autoras Gomes e Sorj (2014) elencam ainda duas outras críticas comuns ao movimento naquele momento. A primeira era de que a missão do feminismo já tinha sido cumprida – estando as mulheres inseridas no mercado de trabalho, garantindo sua liberdade sexual e alcançando oportunidades equivalentes às dos homens – e, portanto, estava obsoleta, sobrando ao movimento a função de estender tais direitos a regiões ermas do país em que as mudanças ainda não teriam chegado.

A segunda crítica, por sua vez, é que o feminismo “foi longe demais” e “trouxe sobrecarga de responsabilidades às mulheres e desorientação aos homens, que não sabem mais que papel devem desempenhar” (GOMES, SORJ, 2014, p. 434).

Essas críticas não eram exclusivas de veículos externos ao movimento. Parte das feministas acusavam as novas gerações de não reconhecer a batalha por direitos das mulheres desempenhadas nas décadas de 1970 e 1980. As jovens, “ao crescerem em uma sociedade que ampliou as liberdades de escolha das mulheres, teriam perdido a noção da transformação histórica das relações de gênero provocadas pelas lutas feministas dessa geração” (Ibid.)²⁴.

No entanto, o distanciamento criado entre a geração de 1980 e a geração atual marcou uma nova maneira de encarar o feminismo, com características diversas das fases precedentes que ainda estavam sendo desenhadas.

²⁴ Como exemplo, cito o depoimento da socióloga Heloísa Buarque de Hollanda, que se autoidentifica como uma feminista da terceira onda, tendo participado ativamente da geração da década de 1980. Ela conta, na introdução do livro *Explosão Feminista*: “Há pouquíssimo tempo, por volta de 2015, eu acreditava que a minha geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. Até que um vozerio, marchas, protestos, campanhas na rede e meninas na rua se aglomeravam [...]. Levei um susto. Um susto alegre. Mais alegre ainda ao perceber que aqueles não seriam gritos passageiros. A novidade era tão repentina quanto forte. Pelo menos, ninguém menor de dezoito anos precisava disfarçar seu feminismo, como era a tônica das simpatizantes do movimento no meu tempo” (HOLLANDA, 2018, p. 11).

O primeiro fato que desmente as afirmações de que o feminismo havia acabado está nos números: segundo uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), o percentual de mulheres autodeclaradas feministas aumentou de 21% para 31% de 2001 para 2010. A identificação encontra maior contingente entre as mais jovens pesquisadas: 40% das jovens entre 15 e 17 anos se autodeclararam feministas, seguidas por 37% das jovens entre 25 a 34 anos.

O entendimento do que é feminismo também aumentou. O número de mulheres que afirmou “não saber se é feminista / não sabe o que é feminismo” caiu de 25% para 18%, e o número de mulheres que “confunde feminista com feminina” caiu de 13% para 8% (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010, p. 60).

Esse cenário se expressa na construção de diversos coletivos de jovens feministas, “que emergem como um segmento específico dentro do movimento, indicando que o feminismo continua relevante para as novas gerações, ainda que objeto de disputas” (GOMES, SORJ, 2014, p. 435).

Outro indicador que demonstra um fortalecimento no feminismo dos anos 2000 é o que Alvarez (2014, p. 44) identifica como uma herança do fim do século anterior: a relação institucionalizada entre instâncias do Estado e grupos mobilizados do movimento social – uma relação chamada de “feminismo estatal participativo”. Esse relacionamento é uma das vias por quais se dá uma das características marcantes deste novo momento do feminismo a ser vivido no século XXI: um “*sidestreaming* via *mainstreaming*”, ou “fluxos horizontais do feminismo em consequência da transversalidade vertical do gênero”.

Esses processos estão talvez entre os principais pontos articuladores do campo brasileiro hoje em dia, juntando um leque amplíssimo de expressões organizadas de mulheres, no interior do qual as feministas atuantes nos variados espaços reunidas pelas conferências precisam se articular para marcar presença e tentar estabelecer hegemonia. (ALVAREZ, 2014, p. 440)

Um dos exemplos de concretização dessa característica de diálogo estatal é a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), sancionada em 2006 e um grande marco para a luta feminista no Brasil e no mundo, considerada um exemplo de legislação na área pela ONU (CAMPOS, CARVALHO, 2011, p. 144). Segundo Cortês (2012), a lei foi elaborada a partir da colaboração de um grupo formado por seis entidades feministas que se reuniu em um consórcio. A discussão ocorreu durante dois anos para a elaboração de um formato de lei adequada de combate à violência doméstica,

“nos moldes das reivindicações e sonhos presentes no movimento de mulheres feministas desde a década de 1970, quando resolveram dar visibilidade à violência contra a mulher e combatê-la por todos os meios” (CORTÊS, 2012, p. 277).

Importante notar que a lei foi elaborada em resposta à condenação que o Estado brasileiro sofreu pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) por negligência e omissão em relação ao caso de Maria da Penha Fernandes, vítima que sofreu duas tentativas de homicídio pelo então marido, ficando paraplégica na segunda. O réu recorreu da condenação em liberdade durante quinze anos.

O caso foi apresentado à CIDH por entidades brasileiras em 1998. O Estado foi julgado como culpado por violar uma série de artigos de duas convenções das quais é signatário: a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e a Convenção de Belém do Pará. Ambas exigiam uma garantia da segurança e da proteção às mulheres no país. A condenação gerou, enfim, o processo para a elaboração da lei, iniciado em 2004 (MELLO, 2016; SARAIVA, 2017).

A Lei Maria da Penha criou artifícios para diminuir a violência doméstica e familiar, criminalizando a violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial²⁵. As medidas de coibição da violência previstas na Lei podem ser subdivididas em três eixos de atuação, como explica Pasinato (2010): medidas criminais para a punição da violência, medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher e medidas de prevenção e educação.

O primeiro eixo trata das medidas criminais, para a punição da violência [...]. No segundo eixo encontram-se as medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher que se executam através de um conjunto de medidas protetivas com caráter de urgência para a mulher aliado a um conjunto de medidas que se voltam ao seu agressor. Integram também esse eixo as medidas de assistência, o que faz com que a atenção à mulher em situação de violência se dê de forma integral, contemplando o atendimento psicológico, jurídico e social. Finalmente, no terceiro eixo, estão as medidas de prevenção e de educação, compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a reprodução social da violência e da discriminação baseadas no gênero. (PASINATO, 2010, p. 220)

Dados da pesquisa “Panorama da violência contra as mulheres no Brasil”, realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência e publicada em 2016, ajudam a compreender o tamanho do problema que a Lei Maria da Penha combate: no Brasil,

²⁵ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 19 jul. 2019.

em 2016, foram abertos 290.423 novos inquéritos policiais de violência doméstica e concedidas 195.038 medidas protetivas (SENADO FEDERAL, 2016).

É evidente a importância desta lei para o Brasil, bem como os esforços para sua aplicação. No entanto, ela não está isenta de críticas, que vão desde seu emprego no dia a dia brasileiro, com desafios que se multiplicam, quanto à sua área de cobertura, já que não prevê o último estágio de violência contra a mulher: o feminicídio. Este, por sua vez, foi tipificado na legislação brasileira em 2015, e é uma qualificadora no crime de homicídio nos casos em que este é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, envolvendo ou violência doméstica e familiar ou menosprezo contra a condição de mulher²⁶.

No mesmo rol de acontecimentos, o crime de estupro também sofreu alterações. A Lei nº 12.015/2009 alterou o artigo 213 do Código Penal e passou a considerar estupro o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, englobando o que antes era tipificado como “atentado violento ao pudor”²⁷. Na prática, isso significa que práticas de cunho sexual contrárias ao consentimento da vítima também passam a ser consideradas estupro – e qualquer tipo de coerção já é suficiente para configurar estupro²⁸.

2.3.1 A internet nos feminismos dos anos 2010

Além do diálogo estatal com o movimento e dos avanços significativos na legislação, outra característica fundamental para compreender este novo momento do feminismo é a internet, em especial os sites de redes sociais²⁹.

²⁶ Para um debate do termo feminicídio e sua trilha legislativa no Brasil, ver Saraiva (2017); Mello (2016); Campos, Carvalho (2011); e Campos (2015).

²⁷ Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>. Acesso em 18 de julho de 2019.

²⁸ “O que configura um estupro. E como a lei mudou no Brasil”. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/06/06/O-que-configura-um-estupro.-E-como-a-lei-mudou-no-Brasil>. Acesso em 18 de julho de 2019.

²⁹ Aqui brevemente entendidas na acepção de Recuero (2009), a qual define os SRS como ferramentas de comunicação mediadas pelo computador, com “sistemas que permitem a construção de uma persona através de perfil ou página pessoal, a interação através de comentários e a exposição pública da rede social de cada ator” (p. 102), tal como o Facebook. Este tema será melhor aprofundado no capítulo seguinte).

Segundo Alvarez (2014, p. 45), a internet passou a ser importante já nos anos 1990, e continuou ganhando importância até chegar a um papel de destaque, popularizando os feminismos específicos e articulando os campos incipientes e mais precarizados.

Um dos primeiros exemplos de impacto ocorridos no Brasil neste cenário foi a chegada da Marcha das Vadias ao país. O movimento surgiu em 2011 em Toronto, no Canadá, sob o nome *SlutWalk*. A primeira manifestação aconteceu em protesto à fala de um policial, durante um fórum universitário sobre segurança na universidade, de que as mulheres poderiam evitar estupros se não se vestissem como “vadias”. Coletivos feministas da cidade, então, organizaram-se em prol da liberdade das mulheres sobre seus corpos e do fim da violência sexual e da culpabilização das vítimas (GOMES, SORJ, 2014, p. 437).

Logo a Marcha das Vadias foi traduzida e “exportada” para diversos países, chegando ao Brasil já em 2011 com uma primeira manifestação em São Paulo³⁰. Segundo as autoras,

A rapidez com que a *marcha* se disseminou pelo país e mobilizou a juventude é indissociável das possibilidades que as novas tecnologias de comunicação oferecem ao ativismo político. Já em 2012, no segundo ano do advento da *Marcha das vadias*, 23 cidades de todas as regiões do Brasil organizaram protestos usando ferramentas como Facebook, Twitter, Youtube, blogues e emails. (GOMES, SORJ, 2014, p. 437)

Esse *modus operandi* se repetiu e ganhou maior proporção nas Jornadas de Junho de 2013, quando milhões de pessoas ocuparam pelo menos 130 cidades do Brasil protestando por um grande leque de pautas – contra o aumento das tarifas de transporte público e a vinda da Copa do Mundo no ano seguinte. Os SRS se tornaram não apenas um veículo de informações e propaganda, mas também “as bases desejadas para um novo tipo de organização política: uma democracia conectada, participativa, transparente” (BOGADO, 2018, p. 28).

³⁰ Apesar de sua importância enquanto manifestação protagonizada por mulheres, a Marcha das Vadias trouxe diversas controvérsias entre diferentes vertentes do feminismo por não levantar causas unânimes entre eles. Um dos exemplos é a própria auto intitulação de “vadias”, o que não representaria as experiências de determinados grupos sociais. Ribeiro, O’Dwyer e Heilborn (2018, p. 87) explicitam esse questionamento principalmente com relação à pauta racial, uma vez que a reivindicação do termo “vadia” endossa diversos estereótipos relativos à “suposta sexualidade exacerbada das mulheres negras”: “[...] normalizar o termo “vadia” significaria reafirmar representações machistas sobre a mulher negra, pois esse termo e outros correlatos sempre foram utilizados para ‘desumanizá-la’” (RIBEIRO, O’DWYER, HEILBORN, 2019, p. 87).

Esse poder de mobilização via internet ganhou particular adesão feminista no uso de hashtags de campanhas de conscientização a partir de 2014. Segundo Costa (2018, p. 47), o uso da hashtag no Brasil costumava ser mais associado à publicidade, e acabou sendo apropriado pelo movimento feminista como sua principal ferramenta política. Segundo a pesquisadora, isso se dá porque seu uso “não dispõe de lideranças ou representantes. Seu potencial mobilizador tem um caráter de horizontalidade momentânea, em que o ponto central não é a figura de *quem* disse, mas *o que e como* disse” (COSTA, 2018, p. 48). O *sidestreaming*, com seus feminismos plurais e multiplicação de campos feministas, passa a ganhar uma nova forma de organização e fortalecimento. Ainda segundo Costa (Ibid.), ao atuar nessa esfera particular da sociedade civil na qual o consenso não é necessário, as hashtags se tornam flexíveis tanto do ponto de vista organizacional como do político.

Uma das primeiras campanhas que alcançou grande visibilidade online foi a #PrimeiroAssédio, em outubro de 2015. A hashtag foi promovida pelo coletivo feminista Think Olga em resposta ao assédio machista e pedófilo sofrido por Valentina Schulz, participante do programa da Rede Bandeirantes MasterChef Júnior, à época com 12 anos. Na rede, circularam comentários do tipo “Se tiver consentimento é pedofilia?” e “A culpa da pedofilia é dessa molecada gostosa”. A hashtag, então, estimulou mulheres a compartilhar a ocasião e a idade que tinham em sua primeira lembrança de assédio sexual. A hashtag foi usada 82 mil vezes em três dias, segundo levantamento do Think Olga, e teve grande repercussão internacional, com a hashtag equivalente #FirstHarrassement, denunciando casos similares nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Novas campanhas de cunho feminista se seguiram à #PrimeiroAssédio. A #MulheresContraCunha mobilizou mulheres contra o projeto de lei (PL) 5069/2013, de autoria do então deputado federal e presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB/RJ). O PL pretendia restringir o atendimento às vítimas de violência sexual no sistema público de saúde, punindo profissionais que induzissem, instigassem ou auxiliassem a prática do aborto – o que dificultaria o acesso ao procedimento em casos previstos por lei³¹, restringindo o uso da pílula do dia seguinte (BRITO, 2017).

³¹ A legislação brasileira criminaliza o aborto com exceção de três casos: em gestação resultante de estupro, em casos de risco de vida materna – ambos inseridos como exceções no Código Penal de 1940 – e em casos de anencefalia fetal – aprovado pelo Supremo Tribunal Federal em 2012.

Além disso, o projeto reconhecia como violência sexual apenas as práticas que resultam em danos físicos e psicológicos – excluindo uma gama de violências previstas na lei, como vimos anteriormente.

A mobilização feminina extrapolou o meio online e tomou as ruas com protestos, com milhares de mulheres demonstrando seu descontentamento com a proposta. Para Biroli (2015), as manifestações são marcadas pelas duas grandes demandas da agenda política feminista naquele momento: a realidade da violência contra as mulheres e a realidade dos danos produzidos pela criminalização do aborto no Brasil.

Poucos dias depois, a Primeira Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver reuniu 50 mil ativistas em Brasília, virando um marco no movimento (BOGADO, 2018).

A eclosão do movimento protagonizado pelas figuras femininas ficou conhecido como a “Primavera das Mulheres”. O termo estampou a capa da Revista Época na edição 909 (Figura 1), de novembro de 2015, junto da chamada: “As mulheres tomam as ruas e as redes sociais e criam um movimento que agita o país”. Apesar de batizado pela mídia, o termo foi apropriado pelas próprias mulheres em diferentes meios. Como afirma Brito (2017, p. 2), “Sem se constituir como uma identidade para grupos, as manifestações se tornaram um marco na trajetória política das mulheres e do país”.

FIGURA 1 – CAPA ÉPOCA: A PRIMAVERA DAS MULHERES



FONTE: Revista Época (2015)

Outras hashtags contemporâneas ao movimento estenderam as discussões, mostrando que o movimento feminista tinha ganhado um novo formato: #AgoraÉQueSãoElas, que demandava mais espaço feminino em veículos de mídia tradicional (e deu origem à coluna homônima no jornal Folha de S. Paulo, assinada por Antonia Pellegrino); #MeuAmigoSecreto, que delatava atitudes machistas incorporadas ao dia a dia, mencionada 170 mil vezes no Twitter³²; #NãoMereçoSerEstuprada, que reage aos resultados da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que mostrava que 65% dos brasileiros entrevistados concordavam total ou parcialmente com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”³³; #VaiTerShortinhoSim e #VamosFazerUmEscândalo, também sobre

³² Dados do Think Olga disponibilizados no texto “Uma Primavera Sem Fim”. Disponível em: <https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acesso em 19 de julho de 2019.

³³ Sete dias depois da publicação da pesquisa, o Ipea divulgou uma errata com a correção dos dados divulgados, alegando que, na realidade, 26% dos entrevistados concordavam com a afirmação. A culpa do erro foi atribuída a uma confusão entre gráficos. No entanto, a indignação já tinha sido demonstrada pelo uso da hashtag.

denúncia de restrições ao comportamento das mulheres; #SomosTodosTaísAraújo e #SomosTodosMaju, em apoio à atriz Taís Araújo e à jornalista Maria Júlia Coutinho, ambas mulheres negras com grande visibilidade na televisão que receberam ataques racistas e machistas em seus perfis nas redes sociais (SANTOS, 2018); e ainda #EuEmpregadaDoméstica, com denúncias de abusos sofridos por empregadas domésticas no ambiente de trabalho³⁴.

As hashtags demonstram um vislumbre do caráter plural que o movimento feminista ganha a partir da internet, dando voz a minorias e pautas interseccionais.

Mais de uma vez, os abusos sexuais se demonstraram ponto central na pauta de gênero neste momento de mobilização online. As hashtags #EstuproNuncaMais e #PeloFimDaCulturaDoEstupro surgiram em maio de 2016 depois de uma onda de indignação advinda de dois casos de estupro coletivo ocorridos à época. A #EstuproNuncaMais chegou ao primeiro lugar dos *trending topics* do Twitter no Brasil e em terceiro lugar no mundo (COSTA, 2018).

Uma grande denúncia de assédio sexual ganhou visibilidade nacional em abril de 2017, mantendo o assunto na mídia. A figurinista da Rede Globo Suslem Tonani publicou, em artigo na Folha de S. Paulo, denunciou uma sequência de assédios que sofreu pelo ator José Mayer. Em apoio à vítima, diversas funcionárias da emissora criaram um movimento para dar visibilidade ao caso. O grupo se auto intitulou “Mexeu com uma mexeu com todas” e teve ampla divulgação nacional, reunindo nomes como Taís Araújo, Camila Pitanga, Gloria Pires, Drica Moraes e Leandra Leal, que protagonizaram uma campanha em defesa da figurinista nas redes sociais. Na sequência, José Mayer foi suspenso das produções da emissora por tempo indeterminado.³⁵

Em setembro de 2018, mais uma leva de manifestações organizada pelas mulheres toma o país, dessa vez protestando contra o então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro (PSL). O ex-deputado federal é conhecido pelo seu comportamento e falas discriminatórias contra as mulheres e outras minorias. Líder das pesquisas eleitorais naquele momento, o grupo do Facebook “Mulheres Unidas

³⁴ Um levantamento das hashtags feministas de maior visibilidade entre 2015 e 2016 pode ser encontrado em Reis (2017).

³⁵ Um compilado do caso pode ser encontrado na reportagem da Revista Época “Mexeu com uma mexeu com todas”. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/noticia/2017/04/mexeu-com-uma-mexeu-com-todas.html>. Acesso em 25 de maio de 2020.

Contra Bolsonaro” criou o movimento #EleNão, hashtag postada no Twitter mais de 1,2 milhão de vezes entre os dias 12 e 24 de setembro. Nas ruas, #EleNão se tornou a maior manifestação de mulheres na história do Brasil (RIZZOTTO, SARAIVA, NASCIMENTO, 2019).

Para Bogado, ao avaliar as características dos modos de organização dos ativismos contemporâneos que marcam o movimento feminista atual, dois pontos se sobressaem: o primeiro é a busca pela horizontalidade do movimento, priorizando o coletivo em detrimento de líderes políticos. O segundo é a “linguagem política que passa pela performance e pelo uso do corpo como a principal plataforma de expressão” (BOGADO, 2018, p. 32).

Para além das manifestações nas ruas, o “caráter performático” da mensagem também marca os relatos pessoais compartilhados nas hashtags: “o que importa é menos buscar culpados ou resolver uma situação individual, e mais trazer à tona testemunhos pessoais, numa performance narrativa pública” (COSTA, 2018, p. 52). Para Vergara (2015, p. 119), é por meio das performances que aqueles que são subalternos na hierarquia de poder se empoderam e passam a criticar as posições de privilégio, criando um meio em que essas relações de poder são desestruturadas.

Dessa maneira, a narrativa perde seu caráter pessoal, íntimo, e é assumida por uma experiência de grupo: o que aconteceu com uma poderia ter acontecido com qualquer uma, criando uma espécie de consciência coletiva feminista – um rol de violência de gênero de toda sorte aos quais as mulheres foram submetidas. Essa razão é condensada em uma das frases mais populares neste momento do movimento feminista: “Mexeu com uma, mexeu com todas” – a mesma divulgada pelas funcionárias da Rede Globo em defesa à vítima de assédio no caso José Mayer.

Se as narrativas pessoais são marcadas pela posição social em que cada eu se insere, a repetição pela multidão provoca a sensação de que poderia ter acontecido com qualquer uma, ou pelo menos de que o que aconteceu deveria concernir a qualquer uma. Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida que ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços. (BOGADO, 2018, p. 36-7)

É importante ressaltar que a popularidade do feminismo no momento atual não se dá sem sua força antagonista, com uma forte reação conservadora que se esforça não só em barrar novos avanços, mas também em retroceder em pontos já

efetivados³⁶. Essa reação tem como base fundamental a negação às transformações dos papéis de gênero – que, dentre outras pautas, analisa criticamente a idealização da mulher no papel de mãe, provoca mudanças na vivência dos afetos e na conjugalidade. Esse movimento encontra ampla adesão de grupos religiosos conservadores, que investem na pauta com recursos econômicos e simbólicos. Para Biroli,

Atores políticos conservadores têm recorrido a uma suposta defesa da família na construção de suas identidades políticas. Isso não significa que procurem de fato tornar mais sólidos os laços familiares existentes. Trata-se de reações a transformações profundas nos papéis sociais, na conjugalidade, na sexualidade. Atuam para restringir a pluralidade dos arranjos familiares e pelo retorno a padrões sociais de controle que foram, em muitos sentidos, superados no cotidiano das pessoas e nos marcos legais adotados no ciclo democrático iniciado com a Constituição de 1988 e consolidados em vários aspectos no Código Civil de 2002, bem como em decisões posteriores da justiça brasileira e em compromissos internacionais assumidos pelo país. (BIROLI, 2018, p. 16)

É nesta dinâmica que surgem as denúncias de abuso sexual de João de Deus em dezembro de 2018. Por um lado, as redes ganharam uma configuração de denúncia e apoio mútuo entre as mulheres, fornecendo um espaço aberto e receptivo para que elas sejam recebidas. Ao mesmo tempo, as reações conservadoras e patriarcais continuam a questionar o feminismo, seja culpabilizando a vítima, seja criticando o movimento. São estas movimentações que vamos procurar evidenciar nos comentários analisados, buscando compreender de que forma os grupos expressam suas opiniões em conversações políticas cotidianas. No capítulo a seguir, explicaremos a fundamentação teórica que dá base a esta pesquisa.

³⁶ Além do PL 5069/2013, já citado anteriormente, podemos elencar como exemplo o golpe parlamentar que afastou a ex-presidenta da República Dilma Rousseff em 2016, a partir de um processo marcado pela misoginia que ativou estereótipos de gênero obsoletos (BIROLI, 2018, p. 17).

3 DELIBERAÇÃO E CONVERSAÇÃO POLÍTICA COTIDIANA

O percurso intelectual desta pesquisa segue uma vertente oriunda dos estudos deliberacionistas. Neste capítulo, vamos explicar o que são as conversações políticas cotidianas e como elas são parte integrante do chamado sistema deliberativo (MANSBRIDGE, 2009), além de retomar o caminho trilhado pelas pesquisas na área da comunicação e política até chegar a este momento. De início, refletimos sobre a deliberação para, posteriormente, chegarmos às reflexões atuais, das quais derivam a metodologia desta pesquisa.

3.1 A DELIBERAÇÃO COMO PONTO DE PARTIDA

Os estudos sobre o conceito de deliberação em um novo modelo de democracia foram um marco nas pesquisas sociais a partir da década de 1980. Mesmo que a troca de argumentos racionais com o objetivo de debater e explorar melhores soluções para um problema dentro de um contexto político seja uma ideia presente na teoria política desde a Grécia Antiga, foi principalmente a partir de Habermas que se deu um *boom* de estudos que contribuíram para a construção de um caráter deliberativo dentro da democracia – construindo o que Vieira e Silva (2013) chamam de uma “viragem para a deliberação” no campo da teoria política nos anos 1990, e que Luis Felipe Miguel (2014, p. 13) considera como “a corrente mais importante da teoria democrática das últimas décadas”.

Na *International encyclopedia of political communication*, o termo “deliberação”, escrito por Richards Jr. e Gastil (2015), é definido resumidamente como

Uma forma de tomada de decisão coletiva, na qual um grupo analisa minuciosamente um problema, investiga propostas que refletem uma variedade de perspectivas para então escolher uma solução racional. A deliberação política trata de assuntos que afetam um público grande, e essa deliberação é democrática na medida em que os participantes têm oportunidades iguais para participar. (RICHARDS JR., GASTIL, 2015, p. 1, tradução nossa)

Os pesquisadores afirmam que, ao longo do tempo, diferentes formas de deliberação política apareceram nas sociedades. Eles dividem o termo ao longo do verbete conforme seus momentos e contextos mais significativos na história,

geográfica e teoricamente. Eles elencam três “fundações contemporâneas”: Habermas, Rawls e Dahl.

A contribuição de Rawls foi significativa pelo seu conceito de “véu da ignorância”, no qual enaltece a imparcialidade como um valor essencial para a sociedade. Sob esse véu, os cidadãos seriam desprovidos de seus valores e características sociais, e tudo o que contaria seria a força do seu argumento: “graças ao véu da ignorância, o empecilho está eliminado e a razão pode se manifestar por inteiro. Seu resultado é a adoção de princípios aceitos unanimamente” (MIGUEL, 2014, p. 17). Assim, uma das qualidades da deliberação é que ela aconteça livre do conflito de interesses.

Já Dahl propõe cinco critérios para um processo democrático. Dentre eles, elenca o entendimento esclarecido (“enlightened understanding”) como um dos pilares: ele preza por cidadãos que tenham o direito de exercer seus direitos mesmo sem consciência do bem comum ou de seu contexto social. Também defende um “mini-populus”, espaço de deliberação pública que receberia milhares de cidadãos para deliberar, e cuja opinião teria total influência sobre os responsáveis por produzir as leis (RICHARDS JR., GASTIL; 2015, p. 9).

Habermas, por sua vez, é um dos filósofos que mais contribuíram para a aceção moderna do termo, utilizando a deliberação como ponto chave de suas principais obras. De forma sintética, a deliberação acontece quando um grupo de indivíduos troca argumentos críticos e racionais sobre um problema para buscar uma solução que seja razoável para todos os envolvidos. Esses argumentos devem ser baseados em fatos ou em um senso de mútuo entendimento da realidade, e devem ser abertos para julgamentos e críticas, que posteriormente podem ser defendidos ou rebatidos. O espaço comunicativo no qual essa discussão ocorre deve garantir a inclusão em termos de igualdade de acesso e oportunidades de participação para diferentes assuntos e posicionamentos (FRIESS, EILDERS, 2015).

Para Habermas, o ponto principal é o mútuo entendimento entre as partes envolvidas na deliberação, que acontece no “lugar ideal de fala”, com condições de igualdade para se expressar e sem qualquer forma de repressão. A partir da apresentação e troca de argumentos racionais, as partes chegam a um consenso com a força do melhor argumento (MIGUEL, 2014).

Essa visão sofreu uma série de críticas ao longo dos anos que se seguiram, as quais Miguel divide em três principais vertentes. A primeira problematiza o lugar de

fala ideal, que dificilmente seria atingido e, portanto, alguns grupos de indivíduos se sentiriam impelidos ao consenso por sua posição social, excluindo-os do debate pleno. A segunda é relativa à importância excessiva dada à deliberação feita fisicamente, face a face, que se encontra em decadência uma vez que só através de uma série de mediações que alguns tipos de deliberação são permitidos (como através da internet). Por fim, ele elenca a “negligência em relação ao caráter conflitivo da política, reverso da valorização do consenso” (MIGUEL, 2014, p. 22).

Conforme Habermas avançou nesse campo, o processo da deliberação em si foi alvo de diversos estudos que exploram e aprofundam esse conceito, contribuindo para o seu avanço. Schudson (1997), Shields e Edwards (2005), Gastil (2000, 2008), Young (2003), Guttmann e Thompson (1998) e Page (1996) são alguns dos pesquisadores que se debruçaram sobre esse tema, explorando dificuldades e novas perspectivas para que a deliberação aconteça e que possa ser estudada.

Schudson (1997) aponta a deliberação como essencial para a democracia, embora o processo deliberativo, tal como em sua concepção, raramente seja uma prática. Para ele, a deliberação requer que pessoas discutam um problema em comum e alcancem um consenso em como resolver esse problema através da clareza e da força de seus próprios argumentos. Gastil (2000), na mesma linha, define deliberação como uma discussão que envolve argumentos sensatos, escuta crítica e decisão cuidadosa. Page (1996) explora e critica uma diferença de classes inerente aos participantes, que influencia no resultado dos debates: a deliberação aconteceria, primeiramente, entre elites para depois ser transmitida através das mídias de massa, já que discussões face a face entre cidadãos comuns seriam impraticáveis.

Guttmann e Thompson (1996) vão mais além e definem a deliberação como um procedimento para engajar opiniões em desacordo na sociedade, não com o objetivo final de se chegar a um consenso através do convencimento racional mas para ao menos fazer com que as partes discordantes entendam melhor cada um dos lados, compreendam suas posições e continuem trabalhando nos pontos em que concordam. É a ideia de abrigar desavenças morais dentro do que seria uma “discordância deliberativa”.

Outra grande contribuição para a área foi realizada por Iris Young (2001). Ela vê que outros tipos de comunicação poderiam ser incorporados à deliberação – alternativa que chama de democracia comunicativa.

Young defende que a igualdade entre os interlocutores não advém somente da privação de poderes políticos e econômicos, já que a desvalorização do estilo do discurso de alguns indivíduos e até mesmo a internalização do direito de fala – que diferem conforme a cultura e a posição social de cada um – são elementos que influem nessa igualdade entre pares. Um exemplo é o fato de que, na deliberação, o discurso assertivo ou confrontacional é mais valorizado do que o discurso conciliatório ou exploratório, o que privilegia estilos masculinos aos femininos. Assim, em situações em que a firmeza e a competição de argumentos têm mais relevância, mulheres tendem a se silenciarem (YOUNG, 2001, p. 371). Ela explica:

Em muitas situações formais os brancos de classe média que tiveram acesso à educação agem como se tivessem um direito de falar e como se suas palavras fossem carregadas de autoridade, enquanto os locutores de outros grupos sentem-se intimidados pelos requisitos de argumentação e pela formalidade das regras do procedimento parlamentar. Portanto, deixam de falar, ou falam de um modo que aqueles em posição de dominância consideram “perturbador”. Normas de assertividade e combatividade e a obrigação de falar de acordo com as regras da disputa são poderosos silenciadores ou avaliadores de discurso em diversas situações reais de discurso num contexto de grupos cultural e socialmente diferenciados. Os grupos dominantes tendem, além do mais, a não notar essa desvalorização e esse silenciamento, enquanto os menos privilegiados sentem-se diminuídos ou frustrados, perdendo confiança em si ou enraivecendo-se. (YOUNG, 2001, p. 372)

Desta maneira, a autora chega à conclusão de que a igualdade almejada pela democracia deliberativa presume que a deliberação seja sempre culturalmente neutra e universal. Por isso, a democracia deliberativa deveria ser mais inclusiva, tratando das diferenças sociais e da maneira em que o poder entra no discurso em si, reconhecendo as marcas de privilégio social e cultural das práticas deliberativas (YOUNG, 2001, p. 370). Ela chama essa proposta de “democracia comunicativa”, que indica “a atribuição igual de privilégios a qualquer forma de interação comunicativa em que os indivíduos objetivam chegar a um entendimento” (YOUNG, 2001, p. 373).

Três elementos a serem incorporados na deliberação marcam a democracia comunicativa: a saudação, a retórica e a narração. A primeira é definida como a marca de um mútuo reconhecimento entre as partes, embora não traga nenhum conteúdo específico: bom dia, como vai, bem-vindo, até logo. A retórica, por sua vez, caracteriza o ato de se fazer escutar perante pessoas com objetivos, valores e interesses diferentes. Ela tem função de atrair e manter a atenção por meio de uma estilização de discurso, que “determina as formas e estilos de falar” (YOUNG, 2001, p. 382).

Segundo Young, “a retórica constrói o orador, a plateia, e a ocasião ao invocar significados, conotações ou símbolos específicos, e tem essa função de conexão tendo ou não a plateia e o orador significados compartilhados” (Ibid.) Por fim, a narração promove o entendimento por meio da diferença. Ela promove a empatia compartilhando experiências de determinadas posições sociais, revela valores, cultura e significado e ainda mostra conhecimento social de determinada posição de fala. Como todos têm autoridade sobre suas próprias histórias, a narração acaba sendo igualitária do processo comunicativo.

Essas contestações criaram novos caminhos possíveis a serem seguidos pelos deliberacionistas. O potencial deliberativo de novos espaços e seu intercâmbio com formas comunicativas alternativas, tais como as propostas por Young, foram percursos que ganharam força ao longo do tempo. Vamos nos aprofundar em algumas destas possibilidades a seguir, as quais formam o campo de referências no qual esta pesquisa está embasada.

3.2 DELIBERAÇÃO ONLINE E CONVERSAÇÃO POLÍTICA COTIDIANA

Já nos anos 2000, os estudos da democracia deliberativa se desmembram em duas principais vertentes, segundo Ercan, Hendriks e Boswell (2017). A primeira delas é resultado de uma “virada empírica”: um número crescente de estudos empíricos em sites que promovem a deliberação se voltam a examinar como os participantes se comportam e a medir a qualidade dessas deliberações.

A segunda vertente vai além desses fóruns e propõe uma apreciação mais ampla de vários espaços, sites e atores que contribuem para a deliberação – abordagem conhecida como “sistema deliberativo”, que congrega uma multiplicidade de espaços mais restritos e que converge para a ideia de uma grande esfera pública aberta a todos. Nesse sistema, a deliberação se conceitua como algo que ocorre dentro de um amplo sistema, composto desde conversas cotidianas até espaços formais (ERCAN, HENDRIKS, BOSWELL, 2017, p. 196). É nesta vertente que se insere esta pesquisa.

O restante do capítulo será subdividido na mesma proposta: a normatização de critérios que analisam a qualidade da deliberação online e, posteriormente, a importância das conversações cotidianas para o sistema deliberativo. Por mais que este estudo se filie à vertente do sistema deliberativo, é importante entender o

percurso teórico pelo qual as pesquisas da área passaram. Os critérios de medição de qualidade deliberativa – fase já ultrapassada pelos estudos – criaram pilares normativos que são intercambiados também para o sistema deliberativo, deixando claro que as duas áreas têm um diálogo que vai para além da fundamentação teórica. Por isso, faremos agora um percurso por ambas.

3.2.1. Medindo a deliberação online

Com a percepção de que, da maneira proposta, a deliberação ficaria restrita a espaços desenvolvidos com esse fim foi difundida uma compreensão de que outras arenas também poderiam ter um potencial deliberativo. A capacidade deliberativa de novos espaços e a forma como estes colaboram para o fortalecimento da democracia passou a ser estudada, englobando a mídia e as conversações informais (MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016).

É neste cenário que, ao final dos anos 1990, começam os primeiros estudos que interseccionam deliberação pública e internet. No Brasil, da mesma maneira, tais estudos chegam aproximando a internet e a agenda de democracia deliberativa, investigando em um primeiro momento a internet como a possível concretização da esfera pública habermasiana ou ainda como o surgimento de uma nova esfera pública (MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016; GOMES, 2005; MARQUES, 2006; LEMOS, 2009; SILVEIRA, 2009).

Segundo Mendonça, Sampaio e Barros (2016, p. 13), o novo momento impressiona pela nova “possibilidade de diálogo entre pessoas espaço-temporalmente afastadas”, pela “constituição de gigantescos reservatórios de informação facilmente acessíveis”, pela “formação de redes com um grande número de pessoas dispostas a discutir determinados temas; e pela “possibilidade de vocalização de argumentos críticos de forma barata e não mediada por jornalistas profissionais e instituições políticas”.

Segundo Recuero (2008), o debate que acontece mediado pelo computador acaba proporcionando diferenças significativas no processo de deliberação, se comparado à conversação presencial. O debate online, por exemplo, privilegia o anonimato do usuário, construindo sua identidade através do uso da sua linguagem e de seus argumentos; permite o distanciamento físico do interlocutor; está permanentemente registrado e dá mais destaque ao conteúdo do texto do que ao seu

formato. Essas características ganham corpo a partir dos anos 2000 com estudos que investigam o papel do anonimato, da moderação, do design institucional das plataformas, entre outros (MAIA et al., 2015; MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016; SAMPAIO, 2012; BARROS, 2013; COLEMAN, MOSS, 2012; JANSSEN, KIES, 2004; WRIGHT, STREET, 2007).

Se, de um lado, fatores como esses podem estimular a deliberação, de outro, são os próprios participantes da deliberação que vão utilizar as tecnologias estrategicamente conforme suas necessidades. Karlsson (2012, p. 65) destaca que “a discussão política online é formada não por instituições políticas, designers de plataformas ou moderadores online, mas pelos próprios participantes, utilizando fóruns de modo estratégico em relação às suas necessidades e objetivos”.

Para Friess e Eilders (2015), o design das plataformas pode, sim, colaborar para melhorar a deliberação, mas novas tecnologias não são garantia de que isso de fato aconteça. Por isso, paralelamente ao contexto em que as deliberações acontecem, os estudos se voltam a entender *como* as pessoas se comunicam. Nasce uma necessidade metodológica de avaliar a qualidade das deliberações que acontecem em arenas online, o que acontece a partir de critérios que avaliam características das deliberações.

Nesse cenário, Jennifer Stromer-Galley (2007) cria um marco teórico ao propor critérios de mensuração da qualidade das deliberações que acontecem online. Para ela, a avaliação da deliberação se baseia na qualidade e refinação de cada colocação dos participantes, balizando os argumentos presentes. Para realizar essa análise, a pesquisadora elenca seis variáveis para serem analisadas em um debate deliberativo: a justificação expressa da opinião, as fontes utilizadas, a divergência, a igualdade de condições, a relação do conteúdo com o assunto principal e o engajamento entre atores. Cada um, a seu modo, colabora na identificação de características específicas que integram a discussão.

Um mapeamento desses critérios utilizados ao longo dos anos no campo da deliberação online (tanto no Brasil como em outros países) é realizado por Sampaio, Barros e Morais (2012), elencando os oito principais pilares que norteiam essa discussão. São eles: 1) justificação (sustentação racional dos posicionamentos individuais); 2) reciprocidade (que visa à construção do consenso e leva em conta os argumentos apresentados pelos outros participantes); 3) pluralidade (diferentes pontos de vista devem ser apresentados e avaliados); 4) reflexividade (reavaliação

dos próprios argumentos a partir dos argumentos e experiências dos outros); 5) respeito pelos argumentos do outro; 6) igualdade de condições entre os participantes; 7) informação, vista como “insumo essencial para a construção (e julgamento) de argumentos racionais, lógicos e sustentados na realidade”; e 8) tópico, que avalia se os participantes do debate estão falando sobre o tema da deliberação (SAMPAIO, BARROS, MORAIS, 2012, p. 481).

Nesse momento, ainda eram poucos os estudos que tinham como foco a Web 2.0. Grande parte se voltava a fóruns tradicionais, seções de comentários de jornais e listas de e-mails.

O que se observa é que, apesar da deliberação online também ser encontrada em espaços formais e desenhados para receber discussões políticas, “boa parte da sociabilidade política ocorre fora destes espaços, o que demanda uma expansão dos objetos de estudo” (MENDONÇA, SAMPAIO, BARROS, 2016). Esses espaços que passam a receber discussões políticas sem, no entanto, terem sido pensados para isso são denominados por Wright (2012) como “terceiros espaços”.

Sites de redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube e Instagram, aqui entendidos como terceiros espaços, trouxeram novos ares ao campo. Por se tratarem de ambientes construídos, cada plataforma prioriza determinadas características e acaba por conter a participação dos interlocutores em alguns aspectos. Aqui, os sites de redes sociais são entendidos como

uma plataforma de comunicação interconectada na qual os participantes: 1) possuem perfis únicos e identificáveis que consistem de conteúdos criados pelo usuário, conteúdos providos por outros usuários e/ou dados em nível de sistema; 2) podem articular conexões publicamente que podem ser vistas e examinadas pelos outros; e 3) podem consumir, produzir e/ou interagir com streams de conteúdo gerado por usuários provido por suas conexões no site. (ELLISON, BOYD, 2013, p. 158)

Coleman e Moss (2012) indicam que se racionalize as estratégias das ferramentas estudadas de forma a compreender as limitações de cada uma. Uma das principais críticas realizadas nesse sentido é a falta de neutralidade das próprias plataformas, com algoritmos invisíveis para a maioria dos usuários que moldam comportamentos a partir de métricas de interação. Elas dão uma falsa impressão de controle sobre o que se vê e, ao mesmo tempo em que estruturam a experiência dos usuários, eles possibilitam que as plataformas mantenham o engajamento e a participação do público (BUCHER, HELMOND, 2018).

Com esse novo fluxo, o avanço das pesquisas na deliberação online tornou claro que a deliberação formal sob critérios normativos – tal como proposta desde a sua concepção – era cada vez mais difícil de ser efetivada em ambientes online. No entanto, sua relevância não é nula para o processo democrático, motivo pelo qual diversos autores passaram a defender progressivamente que outros tipos de comunicação também fossem avaliados. Assim, a argumentação formal concorre com outras estratégias argumentativas, e o consenso deixa de ser a finalidade da discussão, como veremos a seguir.

3.1.1 As conversações cotidianas no sistema deliberativo

A conversação política e a conversação cotidiana, dois conceitos que se entrelaçam, são os dois principais caminhos seguidos pelos deliberacionistas para abarcar o aspecto informal das discussões online e a pluralidade de recursos argumentativos utilizados pelos interlocutores, e foi bastante estudada por autores que vêm da teoria deliberacionista (MANSBRIDGE, 1999; MAIA, 2008; KIM, KIM, 2008; KIES, 2010; MARQUES, MAIA, 2010; MARQUES, MARTINO, 2016).

Para Jane Mansbridge (2009), uma das pesquisadoras mais notórias da área, a conversação cotidiana não abrange todos os critérios normativos implícitos no uso da palavra deliberação, e nem sempre é autoconsciente, reflexiva ou considerada. O conceito também está livre da obrigação de se chegar a um consenso ou de ter um objetivo principal, cumprindo funções distintas, e apresenta diferentes gradações nas características deliberativas ideais, tais como a racionalidade, a possibilidade de inclusão de temas, a igualdade, a reciprocidade e o respeito entre os interlocutores, entre outros (MAIA, 2008, p. 198).

Apesar disso, segundo Mansbridge, a conversação cotidiana é uma “parte crucial do amplo sistema deliberativo de que as democracias necessitam se os cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem” (MANSBRIDGE, 2009, p. 207), e é através dela que os cidadãos compreendem o que querem e o que precisam, tanto a nível individual como coletivo. Nesse sentido, o caráter político é inerente às conversações: elas concernem problemas públicos, relativos aos cidadãos, que podem vir a se tornar decisões formais.

Assim, se um sistema democrático conta com uma etapa em que a deliberação clássica de fato ocorre (como por exemplo em assembleias públicas), as

conversações são uma fase periférica e precedente deste momento, preparando o público para decisões coletivas e/ou governamentais. Se as decisões democráticas refletem a vontade dos cidadãos, elas só poderão ser consideradas como tal na medida em que os cidadãos de fato argumentaram e opinaram sobre elas – e isso acontece dentro de casa, no trabalho, em ambientes descontraídos (2009, p. 209). Para Mansbridge, a conversação cotidiana é o oposto da deliberação em assembleias públicas:

A conversação cotidiana constitui-se em um dos extremos de um espectro que tem como extremo oposto os processos que se estabelecem em assembleias públicas de produção de decisões. A conversação cotidiana produz resultados coletivamente, mas não de maneira coordenada. Ela frequentemente produz resultados coletivos [...] através de efeitos combinados e interativos de ações de indivíduos relativamente isolados. Uma assembleia de tomada de decisão, em contrapartida, produz resultados em conjunto, geralmente através da troca de razões na interação face a face. A conversação cotidiana não é necessariamente pensada como outra ação que a própria conversação; a deliberação em assembleias almeja, ao menos em teoria, a ação. A conversação cotidiana pode ser quase puramente expressiva; a deliberação em assembleias, ao almejar a ação, é geralmente intencional. A deliberação em uma assembleia pública tem geralmente o objetivo de produzir uma decisão coletivamente vinculatória. (MANSBRIDGE, 2009, p. 208-9)

Na mesma linha, Maia (2008) explica que o modelo deliberacionista também se preocupa com a forma com a qual as prioridades políticas são negociadas entre os atores sociais. O político, aqui, ganha um sentido amplo, e engloba contextos práticos da vida cotidiana, configurações da sociedade civil e interações entre domínios públicos e privados (MAIA, 2008, p. 195). Segundo ela, autores deliberacionistas:

Propõem que a conversação e a discussão permanente entre os cidadãos e grupos ativistas são fundamentais para sustentar o debate público, a fim de processar os problemas tal como eles surgem na sociedade; para ponderar acerca de desacordos morais inevitáveis na vida política e, assim, encontrar os melhores meios de lidar com eles; para promover os interesses dos cidadãos, visando a configuração de políticas públicas; e, ainda, para exercer um controle democrático da agenda política e vigilância sobre a ação dos representantes. (MAIA, 2008, p. 199)

Ainda nos efeitos das conversações políticas cotidianas, segundo Kim e Kim (2008, p. 51), elas são capazes de construir identidades dos cidadãos, promover o mútuo entendimento entre partes, formar opiniões fundamentadas e ainda criar regras e recursos para a democracia deliberativa.

É a partir deste entendimento que se abre um leque de possibilidades do que engloba um discurso e do que é considerado relevante em uma conversação. A racionalidade da argumentação passa a abarcar o papel positivo das emoções contidas na fala, trazendo novas formas de julgamento e avaliação. Mais do que a anterior “troca de razões”, a conversação cotidiana se torna uma “troca de considerações” (MANSBRIDGE, 2009, p. 228).

Buscando entender quais lacunas estavam em aberto nos estudos empíricos da deliberação, Dryzek (2007) aponta que uma visão mais abrangente pode incluir qualquer tipo de comunicação desde que ela seja não-coercitiva, capaz de induzir reflexão e de conectar pontos e experiências particulares para questões e princípios mais gerais. Dessa maneira, elementos como retórica, contação de histórias, boatos e até fofocas podem coexistir com a argumentação racional.

Uma vez compreendidos o conceito e o conteúdo possíveis para as conversações, avançamos a discussão para uma das arenas mais férteis para que elas aconteçam: o ambiente online.

Segundo Marques (2011), os espaços da rede destinados à discussão são largamente utilizados para a prática da conversação. A Web 2.0 tornou populares plataformas com diferentes *affordances*, mas que de uma forma geral permitem a interação social, o compartilhamento de informações, a conversação interpessoal e a formação de grupos e comunidades de interesse, fazendo com que os sites de rede social sejam um terceiro espaço fértil para as conversações (MAIA et al., 2015).

O momento atual desta vertente de pesquisas no Brasil se encontra em diversos estudos empíricos que procuram avaliar de que forma outras estratégias comunicacionais para além da argumentação racional estão presentes em conversações cotidianas, frequentemente analisando comentários extraídos de sites de redes sociais, tanto de forma qualitativa como quantitativa (RIZZOTTO, BELIN, 2019; RIZZOTTO, SARAIVA, NASCIMENTO, 2019; HAUBER, MAIA, 2019; CHAGAS et al, 2019; SINDERSKI, 2019; CARVALHO, CERVI, 2019). Mais do que verificar a capacidade deliberativa das redes sociais, que já foi bastante explorada, o momento é de pluralidade em propostas metodológicas que procurem abarcar as emoções, as formas alternativas de comunicação presentes no debate e, ainda, a como contornar as limitações da rede, buscando compreender os discursos em meio ao *zeitgeist* atual. Este parece um campo a ser profundamente explorado pelos pesquisadores da área nos próximos anos – e é onde se encaixa a presente pesquisa.

Vimos que a ideia de uma deliberação que aconteça de forma livre, sem disputas de interesses entre os participantes, sem conflito e com o objetivo único do consenso baseado na força do melhor argumento foi muito discutida e problematizada ao longo das últimas quatro décadas, e buscou-se incorporar a ela novas camadas capazes de tornar mais tangível a ligação entre teoria e prática. De qualquer maneira, tem-se buscado explorar através de pesquisas empíricas como se dão as conversações e quais são suas características.

Nesse contexto, busca-se compreender como as conversações políticas cotidianas podem contribuir para a construção de políticas públicas em um sistema democrático e deliberativo. De qualquer modo, esse sistema é um instrumento fundamental para a democracia pelo seu potencial esclarecedor para os cidadãos.

As conversações cotidianas sobre o caso João de Deus não só envolvem a discussão das políticas de violência contra a mulher como também se inserem em um momento político histórico para o feminismo, marcado, como vimos, pelo protagonismo do movimento e pela identificação das novas gerações com as pautas propostas. Como isso ecoa no ambiente online a partir de um caso tão emblemático de violência sexual? Como os cidadãos argumentam ou expressam suas opiniões políticas? É nesse sentido que aponta a metodologia desta pesquisa, que será apresentada no capítulo a seguir.

4 METODOLOGIA

Este estudo se encontra sob a lente teórica da discussão das conversações políticas cotidianas e no eixo dos estudos sobre a democracia deliberativa, como vimos no capítulo anterior. O corpus e os procedimentos metodológicos que serão utilizados no decorrer desta pesquisa serão detalhados a seguir.

As conversações políticas acerca do caso João de Deus serão analisadas a partir de comentários extraídos de publicações sobre o tema no site de rede social Facebook – o site de rede social com maior número de usuários no Brasil, com cerca de 130 milhões de usuários em 2018³⁷. Para compor o corpus, foram selecionadas as páginas de dois dos três jornais brasileiros com maior audiência online segundo o medidor de audiência online comScore MyMetrix: O Globo e Estadão³⁸. Além da audiência, ambos jornais tiveram uma cobertura jornalística protagonista no caso João de Deus, com um largo volume de publicações a respeito das intercorrências da investigação.

Para encontrar as publicações, foi utilizado o motor de busca do próprio Facebook, a partir de pesquisas com a palavra-chave “João de Deus”, restringindo os resultados das buscas às publicações das duas páginas – das quais foram extraídos os comentários que efetivamente formam o corpus, conforme explicaremos a seguir.

Como a pesquisa enfoca na discussão de gênero em torno do maior caso de abuso sexual do país, o recorte destas publicações encontradas foi delineado para abarcar o viés de gênero, excluindo outros tópicos que surgiram ao longo da cobertura jornalística. Isso porque, cerca de um mês após o ápice das denúncias, em janeiro de 2019, João de Deus, já preso, precisou ser internado por conta de problemas de saúde, sendo transferido do presídio para um hospital. Concomitantemente, ele também passou a ser acusado de cometer diversos outros crimes. Esses dois fatos, quando noticiados, distanciavam os comentários da discussão inicial sobre as denúncias de assédio – o que faz com que uma coleta dos comentários mais ampla desvie do objetivo da pesquisa.

³⁷ Dados de janeiro de 2018. Disponível em: <https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>. Acesso em 31 de julho de 2019.

³⁸ O jornal Folha de S. Paulo, segundo lugar no ranking, não atualiza sua página de Facebook desde fevereiro de 2018. Desta forma, não é possível incluí-lo neste recorte.

Por isso, para compor o corpus, foram feitos dois recortes nas publicações: um com relação ao período de tempo e outro com relação ao conteúdo.

O recorte temporal é relativo ao período entre 7 de dezembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019, partindo do início das denúncias das vítimas até o dia em que João de Deus se torna réu por crimes sexuais. Este recorte já contempla a concentração do maior volume possível de notícias com pauta de gênero, uma vez que, posteriormente, a cobertura se concentrou na investigação dos outros crimes e no seu estado de saúde, como mencionado.

Já o recorte de conteúdo foi realizado manualmente e segundo os critérios explicitados no Quadro 1.

QUADRO 1 – JUSTIFICATIVA DO RECORTE DE CONTEÚDO

Temas das publicações que foram incluídas	Abusos sexuais, denúncias ou vítimas mencionadas no texto da publicação ou no título da matéria (visível na miniatura do post)
	Intercorrências diretas do processo de João de Deus pelas denúncias de crimes sexuais: investigação, prisão preventiva, indiciamento, pedido de habeas corpus
	Discussões sobre legislação sobre gênero gerada pelo caso João de Deus
	Novas denúncias de crimes sexuais
Temas das publicações que não foram incluídas	Intercorrências de investigações advindas de outros tipos de denúncia (posse ilegal de armas, tortura, tráfico de drogas)
	Repercussão do caso entre celebridades (Xuxa, Ana Furtado, Oprah Winfrey)
	Checagem de informações
	Passado/histórico de João de Deus
	Situação de Abadiânia após caso
	Intercorrências médicas enquanto João de Deus está preso
	Outras temáticas (mesmo quando mencionam as denúncias, mas não fazem delas um ponto central da publicação)

FONTE: SARAIVA (2020).

Para exemplificar, as Figuras 2 e 3 representam publicações que foram incluídas no recorte.

FIGURA 2 – PUBLICAÇÃO D'O GLOBO INCLUÍDA NO RECORTE



FONTE: Captura de tela realizada por Saraiva (2020).

FIGURA 3 – PUBLICAÇÃO DO ESTADÃO INCLUÍDA NO RECORTE



FONTE: Captura de tela realizada por Saraiva (2020).

Na Figura 2, vemos um exemplo de nova denúncia de vítima. Na Figura 3, uma intercorrência da investigação.

As Figuras 4 e 5 representam publicações que não foram incluídas na pesquisa.

FIGURA 4 – PUBLICAÇÃO D'O GLOBO NÃO INCLUÍDA NO RECORTE



FONTE: Captura de tela realizada por Saraiva (2020)

FIGURA 5 – PUBLICAÇÃO DO ESTADÃO NÃO INCLUÍDA NO RECORTE



FONTE: Captura de tela realizada por Saraiva (2020)

Na Figura 4, vemos uma publicação que menciona as acusações contra João de Deus, mas cuja temática central é a situação de Abadiânia. Na Figura 5, o tema são acusações diversas ao réu.

Com isso, o corpus totalizou 54 postagens na página d'O Globo (Apêndice 1) e 38 postagens na página do Estadão (Apêndice 2). Dada esta explicação, passamos efetivamente ao corpus da pesquisa: os comentários. No total, foram extraídos 33.446 comentários, sendo 23.455 d'O Globo e 9.991 do Estadão. A coleta foi feita com o auxílio da ferramenta Socialfy³⁹.

O tamanho do corpus foi definido a partir de um cálculo de amostragem de 99% de confiança e 2% de margem de erro para cada um dos corpus. Desta maneira, foram analisados nesta pesquisa 3.534 comentários d'O Globo e 2.938 do Estadão, sendo 6.472 comentários no total.

O método utilizado é a análise de conteúdo, entendida aqui como "uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (BARDIN, 1995, p.19).

É importante reforçar que as postagens nas páginas de Facebook serviram apenas de fonte para a extração dos comentários, mas não farão parte da análise da pesquisa. Cada comentário compõe uma unidade de análise e é interpretado de forma individual. Eles são compreendidos em sua totalidade, sem necessidade de um contexto.

Seguimos o modelo metodológico proposto por Rizzotto (RIZZOTTO, 2018; RIZZOTO, BELIN, 2019), composto por dez variáveis que buscam verificar 1) as características deliberativas das conversações sobre o caso João de Deus, com variáveis que buscam o tipo de pensamento contido no comentário, o turno da fala, o tema, a forma, a justificação expressa da opinião e a fonte da justificativa – variáveis derivadas de pesquisas de medição da qualidade deliberativa (STROMER-GALLEY, 2007; SAMPAIO, BARROS, MORAIS, 2012); e 2) as estratégias retóricas presentes nas conversações, acionadas como alternativas à racionalidade do discurso (DRYZEK, 2007; MANSBRIDGE, 2007; YOUNG, 2001).

As variáveis e suas categorias estão dispostas no Quadro 2.

³⁹ Disponível em: <http://socialfy.pw/facebook-export-comments>. Acesso em 2 de agosto de 2019.

QUADRO 2 – VARIÁVEIS DE CODIFICAÇÃO

Variável	Explicação	Categorias
V1	Compreensão	Ininteligível
		Inteligível
V2	Tipo de pensamento	Social (variável binária)
		Metaconversação (variável binária)
		Problema (variável binária)
V3	Turno	Novo
		Resposta
V4	Tema	<i>Off topic</i>
		Relacional
		Contextual
		Estrutural
		Indeterminado
V5	Forma	Declaração/afirmação
		Ponto de vista oposto
		Esclarecimento
		Questionamento
		Proposição de solução
		Chamada para ação
		Estabelecer conflito (definir com quem)
V5.2	Conflito contra quem?	Feministas
		Questionadores de João de Deus
		Personagens do caso
		Religiosos
		Apoiadores de Bolsonaro
		Apoiadores do PT
		Mídia/imprensa
V6	Mapeamento das temáticas	Condenação de João de Deus
		Defesa das vítimas
		Defesa da religião
		Questionamento da religião
		Piada
		Indignação com o sistema
		Questionamento das vítimas
		Confronto com feministas
V7	Racionalidade	(Variável binária)
V8	Fonte da justificativa	Pessoal
		Mídia
		Religiosa
		Factual/lógica
V9	Estratégia retórica (principal e secundária)	Propositiva/Pragmática
		Sedutora/Emocional
		Ético-moral/Ideológica
		Crítica/Credibilidade
V10	Recursos argumentativos	Ameaça (variável binária)
		Sarcasmo/ironia (variável binária)
		Analogia (variável binária)
		Narração (variável binária)

		Insulto (variável binária)
		Humor (variável binária)

FONTE: SARAIVA (2020).

A primeira variável de análise (V1) diferencia os comentários inteligíveis dos ininteligíveis. Ela possibilita, desta maneira, categorizar quais comentários têm um conteúdo efetivamente compreensível dos que são impossíveis de se extrair informações.

Assim, os comentários inteligíveis passam para a próxima etapa de análise, enquanto os ininteligíveis têm sua análise finalizada já neste ponto.

QUADRO 3 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL COMPREENSÃO (V1)

Categoria	Exemplos de comentários
Inteligível	<i>“Sei não, mas acho que o tal João de Deus o apóstolo do capeta, também pegava seus assessores!”</i>
	<i>“Cadê aquele movimento “mexeu com uma, mexeu com todas” ?”</i>
Ininteligível	<i>“Jura? 😊”</i>
	<i>“É tudo mico”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

A segunda variável (V2) diz respeito aos tipos de pensamento presentes nos comentários. São três as possibilidades de conteúdo que podem integrar um texto, sendo que um mesmo comentário pode apresentar todas elas. Por esta razão, a variável se subdivide em três componentes binários.

O primeiro, *social*, é relativo às interações sociais presentes no texto: se há saudação, cumprimento ou qualquer tipo de interação do locutor com algum(ns) de seus interlocutores.

O segundo, *meta-conversa*, trata de quando o texto se refere a algum outro comentário ou argumento já apresentado na discussão, ou ainda a terceiros envolvidos no debate. O foco, portanto, é a própria conversa já existente. Esse dado demonstra que o comentário trouxe referências ao que já foi apresentado: “Em vez de avançar com uma reivindicação de opinião, é uma conversa que expressa o que o orador acha que aconteceu ou está acontecendo e por que está acontecendo na discussão” (STROMER-GALLEY, 2007, p. 12).

O terceiro e último tipo de pensamento possível é relativo ao *problema*, e busca verificar se o texto apresenta discussão sobre algum tópico, mesmo que este não seja sobre o caso analisado. A presença deste componente é essencial para a continuação do fluxo da análise: caso o comentário apresente discussão do problema, ele continua a ser analisado; caso contrário, a análise se encerra neste ponto, por entendermos que é impossível prosseguir com a análise das estratégias comunicacionais sem este conteúdo.

QUADRO 4 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TIPO DE PENSAMENTO (V2)

Categoria	Exemplos de comentários
Social	<i>“Thainá Dias fique firme! Vc não está sozinha!”</i>
Meta-conversaão	<i>“Luca Gambini qual droga usa ?? Seu comentário não tem fundamento. Pressupondo que esteja droga”</i>
Problema	<i>“Já ouvi relatos de assédio desse João de Deus a muito tempo atrás, e de gente que conheço. Ele não é santo não.”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

O turno de fala (V3) categoriza o nível de reciprocidade entre os interlocutores, buscando compreender se os interlocutores estão se comunicando entre si, se há um ato de “ouvir” e entender o outro. Segundo a literatura estudada (STROMER-GALLEY, 2007; JENSEN, 2003), a reciprocidade é um sinal positivo para a conversação, indicando que o debate avança quando os indivíduos estão dispostos a trocar argumentos. Assim, o texto pode ser classificado como um comentário novo, de caráter monológico (sem responder a nenhuma pessoa, comentário ou assunto precedente), ou como uma resposta, com caráter dialógico (uma interação com outro comentário já publicado).

QUADRO 5 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TURNO (V3)

Categoria	Exemplos de comentários
Novo	<i>“Um líder espiritual não deveria mesmo paquerar uma mulher. Falta de ética e bom senso.”</i>
Resposta	<i>“Ana Lucia Avelino você viu UMA entrevista com UMA vítima, e já julga todas as mais de TREZENTAS (até o momento) da mesma forma? Nossa, muito solidária vc. E realmente as pessoas quando estão passando por PROBLEMAS, maioria das que frequentam o centro, estão tão fragilizadas emocionalmente que acabam acreditando que o abuso realmente faz parte dos rituais praticados ali. Ele faz a vítima acreditar nisso, tem lábia. Mas é mais fácil sempre culpar a vítima, claro. Patético.”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

A quarta variável (V4) busca avaliar se o conteúdo do comentário aborda o tema principal proposto – outra característica de engajamento dos usuários. Tanto melhor para a discussão se os indivíduos centralizam o debate no tema principal, trazendo novos argumentos e ampliando a percepção dos interlocutores. Segundo Stromer-Galley (2007), se a discussão se forma em torno de outros tópicos, então ela não cumpre sua função de profunda consideração de um problema. Se os tópicos de interação entre os interlocutores são variados, a conversação provavelmente não está tão focada no problema quanto as conversações que se concentram em um conjunto menor de tais tópicos.

Avaliamos se um tópico está dentro do tema com cinco classificações diferentes. Quando o comentário traz como tópico o caso João de Deus, ele é categorizado como *estrutural*; quando fala diretamente do contexto no qual o caso está inserido, trazendo informações relacionadas aos grupos que inserem o debate (como feministas/antifeministas) porém sem adentrar especificamente no mérito do caso, é *contextual*; quando fala de temas agregados ao tema principal, mas não fala propriamente dele – como por exemplo o espiritismo –, ele se configura como *relacional*. Se aborda outro tema, é categorizado como *off topic*. Há, ainda, os cujo conteúdo é impossível determinar.

QUADRO 6 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL TEMA (V4)

Categoria	Exemplos de comentários
Off topic	<i>“Você sabia? Que o BR recebe sucatas militares dos EUA em caráter ~doação~ desde 2015? Que Rússia mandou a Venezuela bombardeiros nucleares alcance de 6mil km cada míssil? nós não temos como nos defender? Da Venezuela eles podem destruir Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo? Sabia que tão enfiando a gente numa guerra que vamos perder? #GoTrump #Laranjanabrasa”</i>
Estrutural	<i>“Muito interessante, dezenas de mulheres de lugares diferentes uns dos outros falando exatamente a mesma coisa e todas mentindo. Esse João só pode ser do DEMONIO, e já deveria estar na cadeia.”</i>
Contextual	<i>“Sim, e o que que tem ela ter “um passado ligado a prostituição”? Vai diminuir seu crime? Desqualificar a vítima é tática criminosa, de advogado bandido”.</i>
Relacional	<i>“Se fosse padre pedófilo era escândalo...”</i>
Indeterminado	<i>“Como pode isto? So se for na França.”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

A quinta variável de avaliação (V5) diz respeito à forma com que os comentários se apresentam, subdividindo-se em sete classificações: 1) declaração ou

afirmação, quando o comentário postula a opinião do autor de forma direta; 2) ponto de vista oposto, seja contrário à notícia da publicação em si, seja contrário à opinião de outro interlocutor, formulando uma declaração com caráter de negação; 3) esclarecimento, quando o comentarista procura elucidar uma fala própria ou de terceiros, endossando a opinião previamente dada; 4) questionamento, quando o comentário traz alguma dúvida com relação ao conteúdo apresentado, elaborando uma ou mais perguntas; 5) proposição de solução, quando o comentarista apresenta alguma saída para resolver o problema; 6) chamada para ação, quando convida os interlocutores a tomar alguma ação concreta, ou ainda convoca outros sujeitos alheios ao debate para se inteirarem dele; e 7) estabelecimento de conflito, quando a principal função do comentário é criar um embate com outros comentaristas ou um grupo de opinião oposta.

QUADRO 7 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL FORMA (V5)

Categoria	Exemplos de comentários
Declaração/afirmação	<i>“Se fizerem DNA vão encontrar dezenas de filhos e filhas dele. É bom já ir solicitando congelamento de bens o homem é rico.”</i>
Ponto de vista oposto	<i>“Susana Oliveira tudo mentira, um bando de aproveitadoras biscates deram porque quiseram durante anos. Não existe isso tudo complô por algum motivo. Esse charlatão não teria nem tesão p tanto.”</i>
Esclarecimento	<i>“Não representam a doutrina espírita!! Que seja julgado o mais rápido possível Edit: tive que editar meu comentário, pq estão interpretando mal! Eu não quis dizer que ele era espírita e sim, esclarecer a algumas pessoas que estavam acusando a doutrina espírita, de que não se trata de um médium espírita e sim como alguns dizem espiritualista!”</i>
Questionamento	<i>“Uma coisa que me causa estranheza....e que todas...todas contam, que ele começa apertando, passando a mão em partes íntimas....e deixam seguir? Até a penetração?????? Com um monte de gente do lado de fora????? Não grita, não empurra!! Ñ sai correndo....nada as impedia...diferente de um estupro onde há violência física antes do ato, amarram, torturam...em lugares que ñ há possibilidade de ninguém ajudar! Agora ñ sei....estou em dúvida ainda! Que siga as investigações!”</i>
Proposição de solução	<i>“Uma quadrilha.... todos devem ir a cadeia.”</i>
Chamada para ação	<i>“Vamos rezar mesmo pra verdade prevalecer e esse imundo ser preso. Nojento”</i>
Estabelecimento de conflito	<i>“Onde estão as feminazis globais de sovaco peludo pra protestar contra este canalha.? Puts esqueci que as feminazis da globo consideram o médium estrupador como guru espiritual.”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

Quando o comentário se categoriza como estabelecimento de conflito, uma subvariável é avaliada (V5.2): contra quem esse conflito é declarado (Quadro 8). Sete categorias foram criadas para agrupar os principais alvos de agressões verbais presentes no debate: 1) feministas; 2) pessoas que duvidam da veracidade das denúncias das vítimas; 3) personagens específicos do caso João de Deus, com os quais se simula um diálogo direto, como se o comentarista estivesse falando diretamente com algum envolvido no caso – como o próprio réu, seu advogado, sua assessora ou sua esposa; 4) pessoas religiosas, fiéis; 5) apoiadores de Jair Bolsonaro; 6) apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT)⁴⁰; 7) instituições midiáticas e imprensa.

QUADRO 8 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA SUBVARIÁVEL CONFLITO (V5.2)

Categoria	Exemplos de comentários
Feministas	<i>“Cadê Elas que diziam Ele não pouca hipocrisia essas feministas porque não defende Mulheres o sim demagogia total”</i>
Questionadores das vítimas	<i>“Que nojo ver alguém defendendo esse cara! ZERO empatia pelo que essas mulheres passaram hein? Vc tava lá por um acaso pra falar que as acusações são falsas? Pq a palavra dele vale mais do que a palavra de centenas de mulheres?!”</i>
Personagens do caso	<i>“Passado podre tem vc seu verme! Que extorqui milhars de pessoas pra esfregar esse piru nojento em mulheres doentes e indefesas!! Sua hora chegou!! Bora prestar contas de seus atos criminosos com a justiça e com Deus!”</i>
Religiosos	<i>“Estamos em 2018 é tem pessoas ainda que acredita neste tipo de gente, daqui a pouco vamos acreditar em Papai Noel , mula sem cabeça etc .”</i>
Apoiadores de Bolsonaro	<i>“Mateus Yan Aquele Pessoal que usou "Deus Acima de Tudo" na Campanha, parte deles já deveriam estar na CADEIA também.”</i>
Apoiadores do PT	<i>“Marcos Teixeira sobre o João de Deus só lamento pelas vítimas .E muito feliz por o Messias ser presidente do Brasil. So Quem não ta feliz por Bolsonaro ser presidente e a petezada , marginal , e bandido.a ia esquecendo da jumentada tbm.”</i>
Mídia/imprensa	<i>“O que será que esse cara fez contra a rede globo?? 10, 15 min nos jornais diariamente!!! Deve ter sido algum despacho”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

A sexta variável é relativa ao mapeamento dos tópicos apresentados (V6). Entendemos que o caso João de Deus não é propriamente um assunto cujas opiniões

⁴⁰ Os grupos políticos se configuram desta maneira para simplificar as pautas às quais cada um deles é associado. Sujeitos de opiniões conservadoras são vinculados à figura de Jair Bolsonaro, então presidente recém-eleito; sujeitos de opiniões mais progressistas são vistos como “petistas”. Por isso, a nomenclatura aqui usada se baseou no que foi encontrado nos próprios comentários, mais do que em uma equivalência dos polos da discussão política.

são possíveis de ser classificadas como “a favor”, “contrárias” ou “neutras”. Como as opiniões e os tópicos trazidos pelos comentaristas são mais elaborados, o mapeamento foi feito de forma manual, criando categorias comuns que se estenderam à maior parte dos comentários. As categorias criadas estão dispostas no Quadro 9.

QUADRO 9 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL MAPEAMENTO (V6)

Categoria	Exemplos de comentários
Condenação de João de Deus	<i>“João de Deus que nada, é um charlatão estuprador que abusa da fé e dos momentos de fragilidade das pessoas”</i>
Defesa das vítimas	<i>“330 mulheres denunciando e o povo duvidando. Imagina se há anos atrás uma resolvesse denunciar sozinha. Aliás, houve sim denúncia e arquivamento pela polícia. É só pesquisar. Estranho é a palavra de um homem valer mais do que de 330 mulheres.”</i>
Defesa da religião	<i>“Tem sempre alguém sujando a fé dos outros Infelizmente muitos vão começar a dizer que todos que fazem parte da religião não presta Por favor independente da crença não confunda a doutrina com falta de caráter”</i>
Questionamento da religião	<i>“Dá pra entender agora porque pessoas continuam seguindo Edir Macedo? O desespero por obter uma cura ou uma vida menos frustrante, supera qualquer coisa.”</i>
Piada com o caso	<i>“Mas rapaz, só espírito hetero que possuía ele? 😊”</i>
Indignação com o sistema	<i>“A sorte é que o STF entrou em recesso....pq se batesse na mão do "Gilmar boca de sapo" ou "Marco Aurélio esquizofrênico", esse cara já tava solto.”</i>
Questionamento das vítimas	<i>“Agora vai aparecer biscate de tudo que é lugar inventando estórias pra fuder com o veio macumbeiro!”</i>
Conflito com feministas	<i>“Patricia Mattia Vivemos tempos de vitimismo total pelas mulheres, é como se vivêssemos num país onde não tivesse violência contra crianças, idosos e homens!”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

Devido ao grau de complexidade de alguns comentários, cada unidade de análise poderia ser codificada com até dois mapeamentos ao mesmo tempo.

A sétima variável (V7) é relativa à racionalidade presente no comentário, aqui entendida como justificação da opinião. Tal entendimento deriva do conceito habermasiano de deliberação, o qual exige que as opiniões sejam fundamentadas por argumentos racionais munidos de justificativa. Segundo Stromer-Galley (2007, p. 4), “uma expressão é racional se a alegação fornece evidências que podem ser confirmadas através da observação ou que podem ser empiricamente negadas”.

Por isso, nesta variável, buscamos identificar se as opiniões formuladas nos comentários apresentam evidências lógicas com a função de justificá-las.

QUADRO 10 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RACIONALIDADE (V7)

Categoria	Exemplos de comentários
Racional	<i>“Se Deus quiser a verdade e justiça ja estão prevalecendo. É impossível acreditar na inocência deste homem. Por mais cego q você seja, não é 3, 10 ou 15 vítimas, são mais de 300.”</i>
	<i>“Não é uma questão de religião que se discute aqui. Aliás todas religiões que ensinam o amor e a caridade são boas e devem ser respeitadas. O que se discute é o caráter de uma pessoa que usa a boa-fé das outras pessoas em proveito próprio, machucando-as, expondo-as, abusando fisicamente e emocionalmente, mudando suas vidas negativamente. Deus tenha piedade dessas mulheres, inclusive da filha dele e envie muita luz, amor e força. E que o espiritismo, uma religião tão bonita, não seja desrespeitado pela atitude de uma pessoa. Infelizmente nos deparamos com milhares padres, pastores, médiuns que usam da crença para causar a dor aos outros. Isso tem que acabar.”</i>
Não-razional	<i>“Ainda essa nojeira tem Deus no sobrenome lamentável... Cadeia pra ele!!!!”</i>
	<i>“Gente será que incorporou uma entidade tarada no João? essa será a desculpa mais conveniente da defesa!”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

Os comentários que forem codificados como racionais avançam para classificação da próxima variável (V8), enquanto os não-rationais pulam para a variável subsequente (V9).

Na variável fonte (V8), serão codificados os tipos de justificação da opinião dos comentaristas que apresentaram racionalidade, buscando qualificar as evidências apresentadas em cinco diferentes categorias: pessoal (conforme Rizzoto e Belin (2019, p. 14): “quando o participante não explicita de onde retirou as informações que detém, dando a entender que tratam-se de informações adquiridas ao longo de suas experiências pessoais ou vivências”), midiática (não apenas conteúdo jornalístico, mas também vídeos, depoimentos de terceiros em sites de redes sociais ou links externos), religiosa, factual/lógica (baseada em fatos divulgados ou segue uma argumentação lógica) ou outra.

QUADRO 11 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL FONTE (V8)

Categoria	Exemplos de comentários
Pessoal	<i>“Em 2016 estive lá acompanhando uma pessoa fiquei só observando mta oração naquele salão mas qdo faziam a fila pra passar nesse idiota eu pensei será que Deus quer isso os coitados passavam na lateral dele e esse desqualificado dava um papel pra comprar o passiflora isso é coisa do Espiritismo ! Gente que vai lá Acordem não gaste seu dinheiro com essas Merdas !”</i>
Mídia	<i>“Demorou. Desde 1980 cometendo crimes, velho safado.. Já foi acusado até de homicídio https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/18/cotidiano/4.html”</i>
Religiosa	<i>“João de Deus ,não é espírita, é um medium como tantos espalhados por aí. Aliás mediunidade todos a temos, mas, poucos a praticam. E muitos a praticam com nomes diferentes : os evangelicos afirmam ser o " O Divino Espirito Santo", e mais uma serie de denominações. E há na biblia a citação que é um alerta quanto ao surgimento dos falsos profetas , e desses o mundo está cheio. Todavia gostaria de questionar algo: Desde de criança ouço falar do medium " João de Deus" e das graças alcançadas através da sua mediunidade. Será que foram depoimentos comprados, como tantos que existem por aí?”</i>
Factual/lógica	<i>“Essa é a triste realidade da nossa sociedade machista, as mulheres se calam por medo dos julgamentos, bastou uma denúncia que as outras vítimas se sentiram encorajadas.”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

A estratégia retórica (V9) é classificada em dois níveis complementares: um principal e um secundário, ou seja: até duas categorias podem ser acionadas para um mesmo comentário. Isso se dá com o objetivo de abarcar comentários que trazem mais de uma estratégia no mesmo texto. A V9 deriva das proposições de Iris Young (2000, 2001), que afirma que, para além da racionalidade, outras estratégias são incorporadas pelos interlocutores de uma discussão política na exposição de suas opiniões, como forma de se fazer ouvir, e devem ser consideradas na análise.

A classificação das estratégias se subdivide em: 1) propositivas/pragmáticas, quando o comentário argumenta buscando demonstrar efeitos ou consequências práticas do caso, seja no âmbito da Justiça, do espiritismo ou da sociedade; 2) sedutoras/emocionais, quando a persuasão é o mote do comentário, baseado na própria opinião do comentarista; 3) ético-moral/ideológica, quando o posicionamento é justificado pelo senso moral de certo/errado; 4) crítica, quando o foco do comentário se dirige a sujeitos ou grupos presentes no debate.

QUADRO 12 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RETÓRICA (V9)

Categoria	Exemplos de comentários
Propositiva/Pragmática	<i>“Inacreditável! Deveria ser investigada também porque deve saber de muita coisa! Quer dizer que 200 mulheres estão mentindo?! Colocar a mão dentro da calcinha e coagir, ameaçar as vítimas é paquerar?! Abuso sexual virou paquera Agora? Não senhora, esse marginal vai ter que pagar por todos os casos de estupro que ele cometeu Sim!”</i>
Sedutora/Emocional	<i>“Essa é uma das que voltaram la pra receber a "cura"... reclamaram agora, mas na hora do babado nao queriam saber...”</i>
Ético-moral/Ideológica	<i>“Ele é casado e ela ainda acha certo “ paquerar “, minha senhora cadê seu cérebro?”</i>
Crítica/Credibilidade	<i>“Quem idolatra criminosos são vocês! Quem prega a pedofilia e defende estupradores são vocês! #BOLSONARO PRESIDENTE!”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

Por último, a variável 10 (V10), também baseada pela proposta de Young, identifica a presença dos recursos argumentativos nos comentários, buscando as estratégias comunicativas utilizadas pelos comentaristas. São elas: ameaça, sarcasmo, analogia, narração e insulto. Cada um dos recursos elencados é analisado de modo binário (presente ou ausente), uma vez que mais de uma estratégia pode estar presente no mesmo texto.

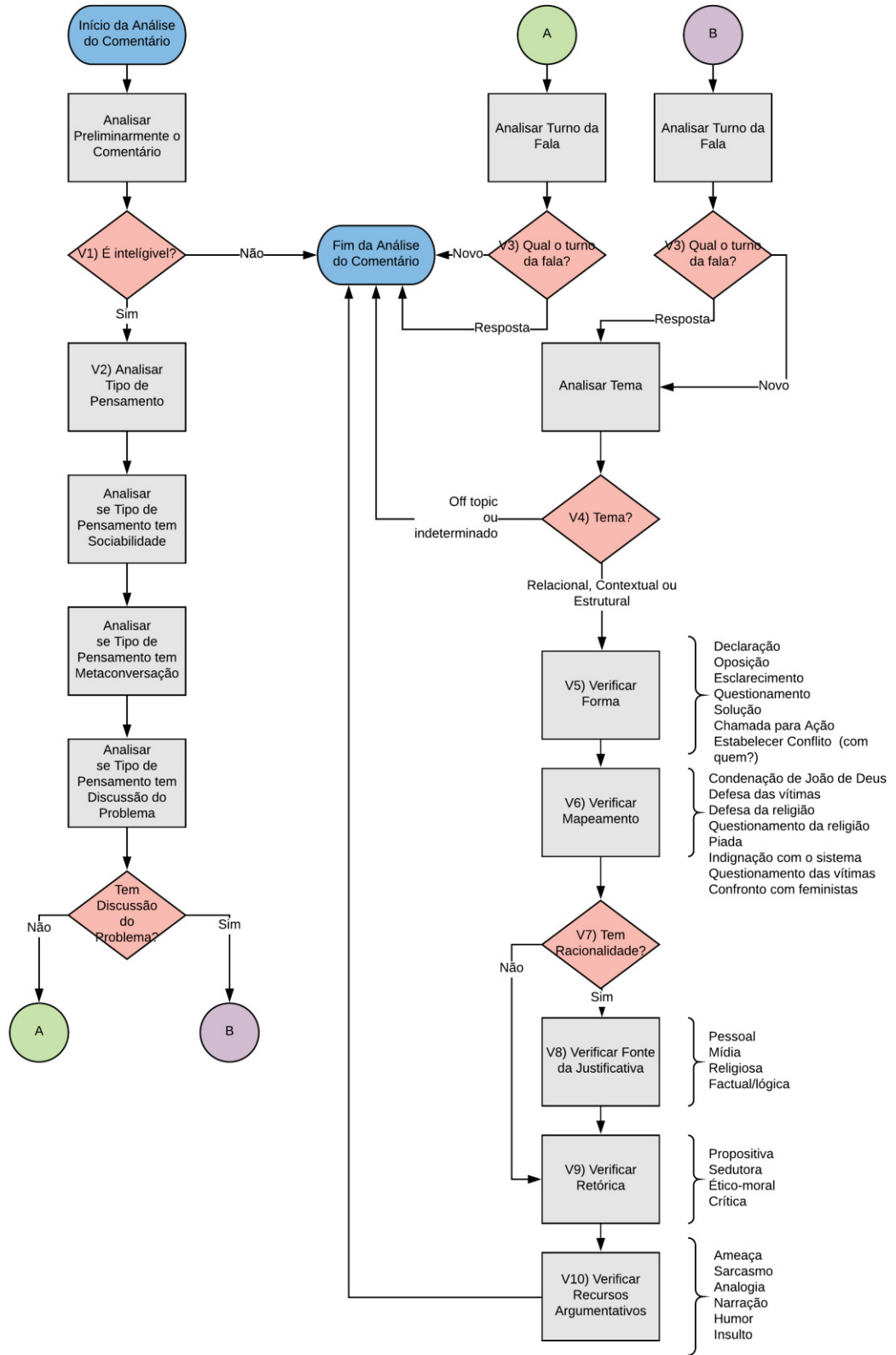
QUADRO 13 – EXEMPLOS DE COMENTÁRIOS DA VARIÁVEL RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10)

Categoria	Exemplos de comentários
Ameaça	<i>“Com certeza a verdade vai aparecer, seu marido vai morrer na prisão.”</i>
Sarcasmo	<i>“João de Deus não vai ficar preso. Ele é 100% espiritual e tem poder ilimitado. Ele pode muito bem atravessar as paredes da prisão e sair para continuar seu belo trabalho de cura,acabando com as filas do SUS.”</i>
Analogia	<i>“É Estuprador como Roger abdemassi, um usou a ciência e a.Reprodução Humana para estuprar. Este usou o Espiritismo embora não seja, mal caráter, vai mesmo pra cadeia!!! Velho Nojento.”</i>
Narração	<i>“Por isso eu ouvi aquele ditado,,,, nunca uma mulher debes ficar só com um homem ,pois o bicho pega seja qualquer tipo de homem pois o homem tem muita malícia em respeito as mulheres eu jamais ficaria só em um quarto com um médium pois eu não confio nesses tipos que se dizem ser o instrumento de Deus ! Eu já fui assediada por um desses safados ,eu me afastei da igreja espirita ! Nunca mais confiei em um médium !”</i>
Humor	<i>Vem aí: “A culpa é dos espíritos”... Dos mesmos criadores de “A culpa é das estrelas”!</i>
Insulto	<i>“Eder enfia o pau do cu do pt no seu rabo ja que esta com saudades!”</i>

FONTE: SARAIVA (2020).

O fluxograma de análise (Figura 6) explicita o caminho de análise a ser seguido para cada comentário.

FIGURA 6 – FLUXOGRAMA DE ANÁLISE



FONTE: SARAIVA (2020).

É através desta análise de conteúdo que será possível identificar de que forma as conversações políticas cotidianas abordam o caso João de Deus, quais estratégias comunicativas estão por trás dos textos, quais são os principais tópicos trazidos pelos comentaristas e de que forma eles argumentam para expor suas opiniões.

5 “ELE NÃO É DE DEUS”

Para guiar a análise de conteúdo dos comentários, vale relembrar a pergunta da pesquisa: de que forma as demandas, características e estratégias do movimento feminista contemporâneo se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus?

Para respondê-la, a análise dos resultados obtidos será dividida em três partes. Na primeira, apresentaremos o resultado de cada uma das variáveis de modo a criar um panorama dos números alcançados, compreendendo a frequência das categorias e o conteúdo que compõe as conversações sobre o tema estudado. Nessa seção, respondemos a um dos objetivos específicos da pesquisa, identificando as estratégias comunicacionais utilizadas nas conversações online sobre o caso a partir de uma visão sistêmica e ampliada da deliberação.

Na segunda parte, será realizado um cruzamento de variáveis para nos aprofundarmos nos resultados, criando relações entre as variáveis e detalhando afinidades entre formas e conteúdos. Aqui, delineamos a resposta de outro objetivo específico, mapeando os principais argumentos dos diferentes vieses ideológicos que compõem o debate sobre o caso de João de Deus.

Por fim, na última parte, a análise será interpretativa, com base nos dados já demonstrados, para buscar responder à pergunta desta pesquisa e relacioná-la à fundamentação teórica de modo mais direto.

5.1 APRESENTANDO O DEBATE

5.1.1 Quantos falam sobre o caso João de Deus?

Neste primeiro ponto, vamos apresentar as variáveis na ordem da própria codificação, tal qual apresentado no capítulo metodológico. Como explicado anteriormente, a V1 (Compreensão) verifica se, mesmo sem seu contexto original, o comentário faz sentido e pode ser compreendido.

Do corpus de 6.472 comentários, 717 (11,1% do total) são ininteligíveis, versus 5.755 (88,9%) inteligíveis – um alto percentual, que denota um primeiro esforço do interlocutor de se fazer compreender e entrar para a conversa. A V1 é a primeira

variável de corte do percurso metodológico – o que significa que os ininteligíveis não avançam na codificação.

Na V2 (Tipo de pensamento), avaliamos a presença de três diferentes partículas no texto: a sociabilidade, a metaconversação e a presença de um problema⁴¹.

A sociabilidade esteve presente em 30,1% dos comentários, mostrando que esta é a quantidade de comentários com interação social – seja reconhecendo a presença do outro ou convidando terceiros para integrar o debate.

A metaconversação, que verifica a presença da “conversa sobre a conversa”, esteve presente em 9,2% dos comentários. Apontado por Stromer-Galley (2007) como uma das formas de se medir engajamento na discussão, esse elemento demonstra uma interação social mais forte entre os presentes, mesmo que isso não signifique cordialidade nem fidelidade ao tema. Aqui, a metaconversação não aparece de forma tão expressiva. Isso não quer dizer que não haja engajamento entre os interlocutores, uma vez que existem outras formas de medir a interação nas conversações. No entanto, é um sinal de que apenas esta pequena parcela se expresse demonstrando explicitamente que está participando de um diálogo com outras pessoas, retomando elementos já apresentados ou avançando na argumentação. Na sequência, outras variáveis vão aprofundar esse recorte.

Na partícula problema – a segunda variável de corte, uma vez que as que não apresentam problema não passam para a próxima etapa de análise –, 14,6% dos comentários não abordaram algum problema e se restringiram à sociabilidade e/ou à metaconversação. Ou seja: 85,4% (4.913 comentários no total) apresenta a discussão de alguma problemática – ainda que ela não seja a temática central, como abordaremos mais adiante.

A V3 (Turno da fala) também é tida como um indicativo da presença do outro no debate, e interpreta se um comentário é monológico ou dialógico (resposta a outro).

⁴¹ A partir desse ponto, os percentuais apresentados são relativos à porcentagem válida, que considera apenas os números válidos e exclui os omissos (caracterizados na planilha de codificação pelas células que não possuem dados). Enquanto a porcentagem total é relativa ao N de 6.472, a porcentagem válida representa como 100% o total de comentários que foram codificados por aquela variável – em outras palavras, os comentários que “chegaram até ali” no percurso metodológico. Na V2, por exemplo, o total da porcentagem válida representa a fatia de 88,9% dos comentários que passaram pela V1 como inteligíveis – os 11,1% são desconsiderados para os resultados da V2. Em variáveis subsequentes, a ideia é a mesma: o total válido é o que foi codificado pela variável, e não o N de 6.472. Tal diferenciação foi feita a partir dos dados gerados no programa SPSS.

A pesquisa indica que 70,3% dos comentários são monológicos, sem apresentar sinais de diálogo com outro texto ou assunto já publicado. 29,7%, por sua vez, se tratam de comentários inseridos em uma conversa, seja réplica ou tréplica. Ou seja: quase 1/3 dos comentários se engajam na conversação existente – fração similar àquela já vista na sociabilidade.

Como vimos, este é um sinal positivo se analisarmos sob a ótica da qualidade do debate, uma vez que a troca de argumentos e/ou opiniões entre participantes faz a discussão avançar para além do olhar de uma só pessoa, exercitando a reciprocidade⁴².

Embora indiquem pontos diferentes, essas duas variáveis dialogam entre si pois ambas dizem respeito à compreensão do outro no debate. Uma interage explicitamente com outro interlocutor, seja através de uma saudação, um cumprimento ou mesmo através da função de marcação de nome pelo Facebook, criando um vínculo social (que pode ser positivo ou negativo, mas que existe). Já a outra é efetivamente uma resposta a algo que já foi dito, dando um passo à frente na discussão. As duas terem um índice semelhante mostra que existe uma relação entre elas.

Conforme apresentado anteriormente, esta dissertação integra uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação e Participação Política (COMPA), na qual outros “temas polêmicos” são avaliados pelas lentes da perspectiva ampliada da deliberação. Para que os dados dessa pesquisa possam ser referenciados com relação a outros tópicos de modo a compreender suas peculiaridades, vale aqui a comparação com os resultados de dois outros artigos que analisaram conversações de temas relacionados à violência contra a mulher.

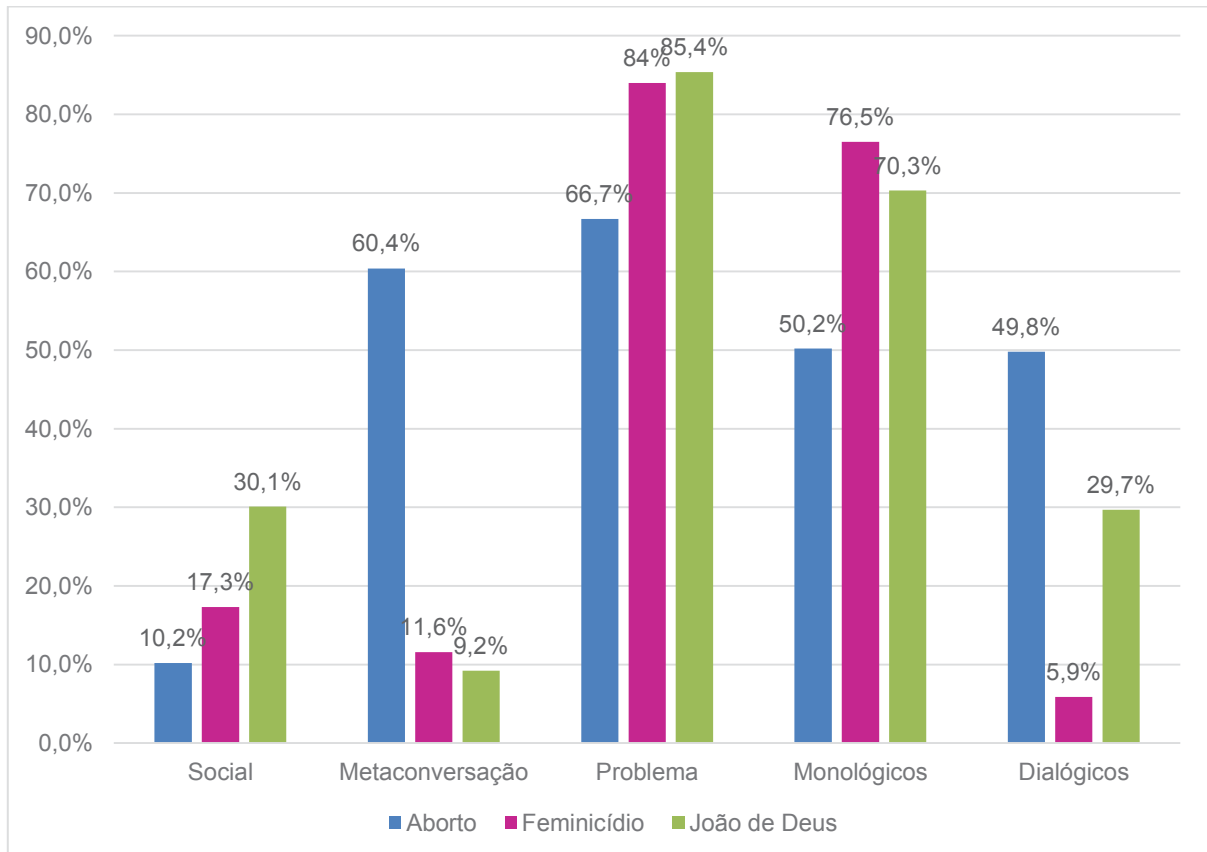
Rizzotto e Saraiva (2018) analisaram 915 comentários sobre feminicídio retirados de postagens sobre esse tema na Fanpage do Senado Federal no Facebook entre 2014 e 2018. Foram encontrados 17,3% de sociabilidade, 11,58% de metaconversação e 84% de problema. No turno da fala, 76,5% eram novos e 5,79% eram respostas.

Rizzotto e Belin (2019) analisaram 3.207 comentários sobre a descriminalização do aborto extraídos de postagens das páginas do Facebook dos

⁴² Vale novamente lembrar que a reciprocidade não está relacionada à cordialidade; uma discussão pode avançar e no entanto se valer de recursos não-cordiais, como veremos na sequência.

jornais El País, Estadão e O Globo que tratavam deste tema. O recorte temporal abrange os meses de junho, julho e agosto de 2018. Neste caso, a sociabilidade esteve presente em 10,2% dos comentários; a metaconversação, em 60,4%; e o problema, em 66,7%. 49,8% eram monológicos e 50,2%, dialógicos. O Gráfico 1 ajuda a visualizar a comparação entre as três temáticas:

GRÁFICO 1 – COMPARAÇÃO ENTRE DADOS DE TIPO DE COMENTÁRIO E TURNO DA FALA ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO



FONTE: SARAIVA (2020), RIZZOTTO, BELIN (2019) e RIZZOTTO, SARAIVA (2018).

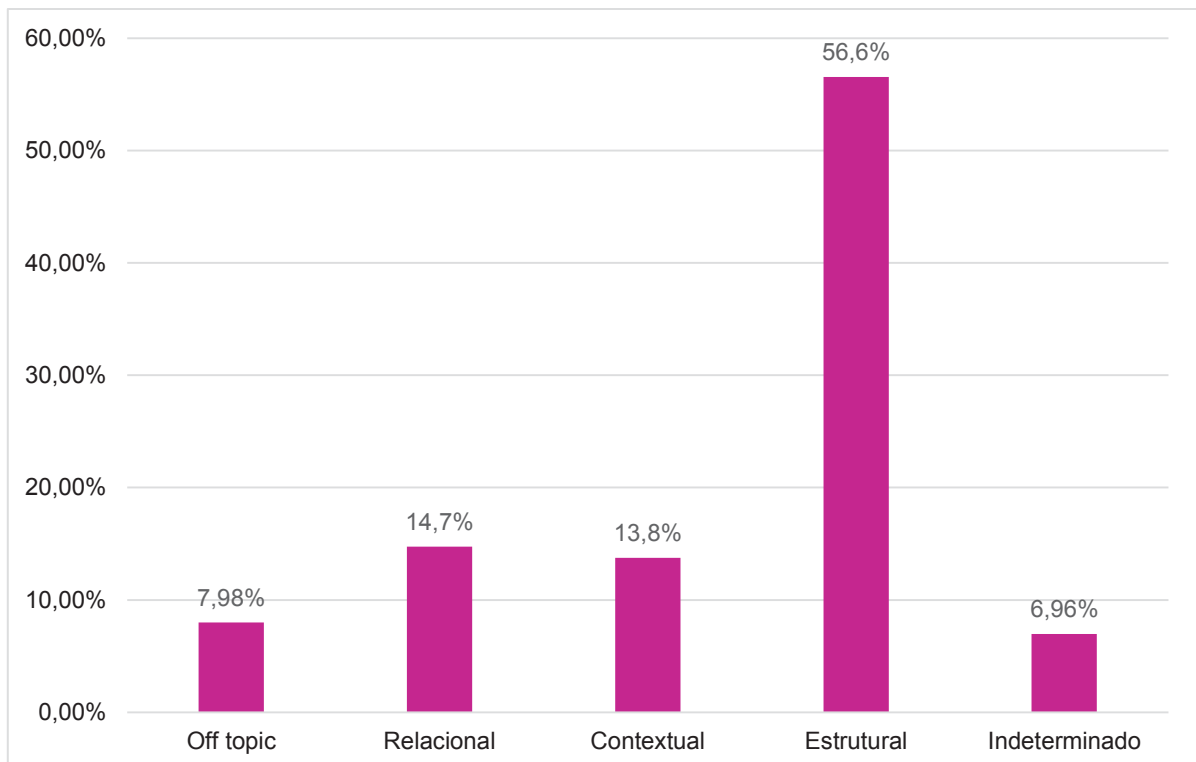
Com base nestes cinco primeiros resultados, já é possível inferir que o debate sobre o caso João de Deus teve altas taxas de engajamento com o tema, através da apresentação do problema, e de sociabilidade, interagindo diretamente com algum interlocutor. No entanto, apresenta um grande número de comentários monológicos e baixo índice de metaconversação, o que indica que não necessariamente exista um engajamento no conteúdo dessa interação.

Verificaremos, agora, a adesão dos comentaristas aos temas presentes na discussão e o conteúdo apresentado por eles.

5.1.2 O que falam sobre o caso João de Deus?

Na V4 (Tema), analisamos as temáticas presentes em cinco níveis, em uma escala que aumenta o nível de adesão ao tema principal: indeterminado, *off topic*, relacional, contextual e estrutural (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA: TEMA (V4)



FONTE: SARAIVA (2020).

O que se salienta através dos resultados é que, de fato, a maior parte dos comentários fala especificamente sobre o caso João de Deus: são 56,6% deles que se engajam na temática principal – um índice alto, muito superior ao resultado das outras categorias. Os comentários contextuais, com temáticas derivadas da principal – tais como a violência contra a mulher ou a legislação aplicada no caso – representam 13,8% deles. Já os relacionais, com temáticas relacionadas ao caso, porém mais distantes – como religião – são 14,7%. No total, são 85,1% dos comentários que de alguma maneira estão relacionados ao assunto principal, reforçando que esse debate tem altos índices de engajamento pelos seus participantes.

No entanto, uma outra leitura também é possível nesse cenário. Aqui, os comentários contextuais fazem uma relação dos acontecimentos factuais com outros exemplos ou com situações mais globais que envolvem algum aspecto do caso João de Deus – normalmente atrelando a violência cometida por ele a um problema estrutural. Exemplo:

Sempre isso: mais de 300 denúncias contra um homem e a palavra dele ainda vale mais que as vítimas e pra defesa, olha a novidade: colocar a vítima como a "provocadora" da sua violência. Nada de novo nesse sociedade machista que culpabiliza a mulher em tudo, desacredita a sua palavra e "vitimiza" o agressor. NOJO é que define.

Como já diria o filósofo Theodor Adorno, a culpabilização da vítima é o caráter mais nefasto da personalidade autoritária e fascista. Postura ultra covarde... podre. <https://www.psiconline.com/2017/02/psicologia-da-culpabilizacao-da-vitima.html>

Em contrapartida, os comentários estruturais, que em primeiro momento são os que mostram maior fidelidade ao tema, não costumam apresentar esse caráter crítico. São comentários que tendem a tratar o caso João de Deus como algo mais pontual, individual:

Que nojo desse homem. O passado dele de abusador que é nojento e deveria ser investigado.

Lixo. Aproveita da debilidade mental das pessoas para pregar curas e deuses inexistentes e desnecessários, acompanhado a isso pratica o abuso e violencia. Covarde! Aparece agora para a policia! Peça a teu Deus para te livrar da cadeia agora! Velho nojento, merece ser castrado com uma guilhotina , acido e metal derretido!

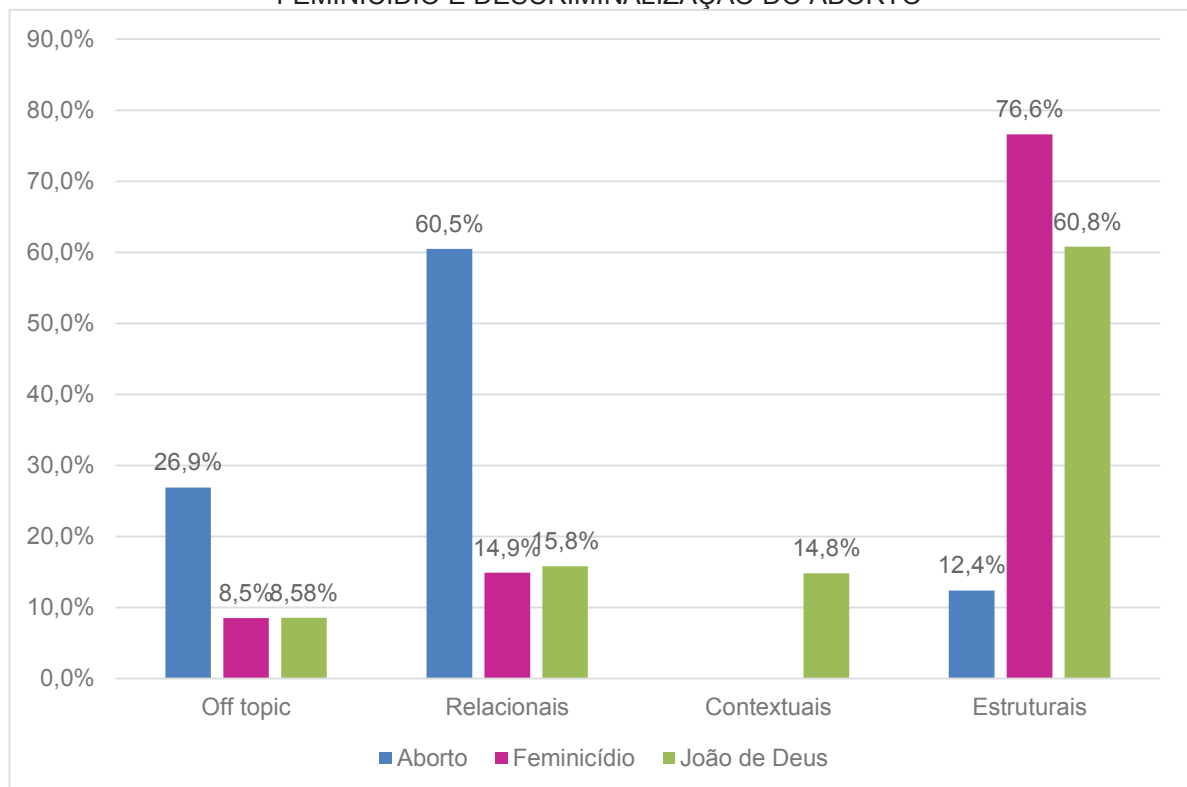
As categorias *off topic* (7,98%) e indeterminado (6,96%) somam os outros 14,9%. Como explicamos, os comentários classificados nestas duas categorias não avançam na codificação por não se enquadrarem nos objetivos da pesquisa.

Novamente citando Stromer-Galley (2007, p. 6, tradução nossa), “se a discussão estiver fora do tópico, a deliberação não poderá atingir seu objetivo de profunda consideração de um problema”. Para a autora, a presença de muitos tópicos indica que o grupo provavelmente não está tão focado no problema quanto aqueles que se atêm a um pequeno conjunto de tópicos, o que permite que se aprofunde a discussão. A partir dos resultados obtidos, observamos justamente isto: a adesão à

temática principal é massiva, o que leva à uma maior troca de opiniões entre os oradores.

Em comparação com resultados obtidos em outras temáticas (RIZZOTTO, BELIN, 2019; RIZZOTTO, SARAIVA, 2018), o caso João de Deus apresenta percentuais similares à análise sobre feminicídio e resultados mais positivos com relação ao aborto (Gráfico 3)⁴³.

GRÁFICO 3 – COMPARAÇÃO DOS DADOS DE TEMÁTICA ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO



FONTE: SARAIVA (2020), RIZZOTTO, BELIN (2019) e RIZZOTTO, SARAIVA (2018).

Segundo Rizzotto e Belin, o estudo sobre a descriminalização do aborto obteve um alto índice de comentários relacionais (60,5%) porque 1) os comentários foram obtidos durante a campanha eleitoral de 2018, que tinha uma disputa acirrada entre progressistas e conservadores, levando a questões eleitorais; 2) a discussão

⁴³ Os dados sobre o caso João de Deus apresentados neste gráfico foram recalculados para serem equivalentes aos das outras pesquisas. A categoria “indeterminado” foi omitida do cálculo de porcentagem, fazendo com que o cálculo percentual considere apenas as categorias *off topic*, relacional, contextual e estrutural. Já a categoria contextual é exclusiva desta pesquisa e por isso aparece isolada. Os dados Rizzotto e Saraiva (2018) também foram recalculados para somarem 100% e tornar a comparação possível. Isso não altera os resultados apresentados nas pesquisas.

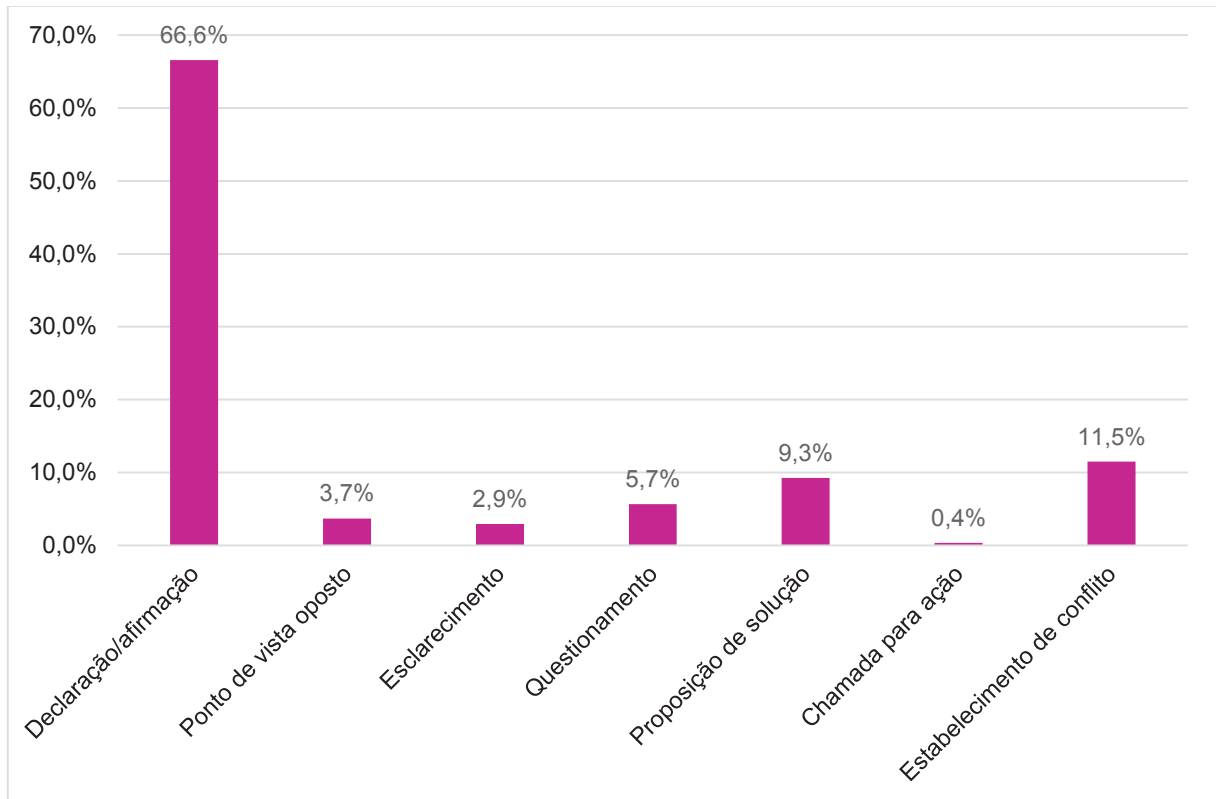
frequentemente abordava “o aborto enquanto prática, ou seja, os indivíduos se declaram contrários ou favoráveis à realização do aborto e não à sua descriminalização” (RIZZOTO, BELIN, 2019, p. 15).

As postagens sobre o caso João de Deus também são relativas a um período de debate eleitoral, uma vez que Jair Bolsonaro havia sido eleito no mês anterior, em novembro de 2018. No entanto, esse tema não tem tanto impacto nessa variável quanto na outra temática (15,8%). Aqui, o contexto político aparece atrelado de outras formas (como veremos nas variáveis de mapeamento dos comentários e nos recursos argumentativos).

Já com relação ao feminicídio, é interessante notar que os dados são muito próximos nas categorias *off topic* (8,5% para feminicídio e 8,58% para João de Deus), relacional (14,9% e 15,8%) e estrutural (76,6% e 60,8%). Isso acontece mesmo com os assuntos serem essencialmente diferentes na forma que abordam a violência de gênero: enquanto o feminicídio aparece como legislação, o caso João de Deus aparece como denúncia e falha no sistema. Em ambos casos, os comentários apresentam um grau elevado de pessoas debatendo o assunto, o que nos leva a crer que existe uma possível tendência em temas relacionados a gênero quando o assunto não é tão polarizado quanto a descriminalização do aborto.

Na V5 (Forma), demonstrada no Gráfico 4, o resultado mais expressivo é da categoria “declaração/afirmação”: sujeitos que se expressam de maneira direta, assegurando seu ponto de vista sem contra-argumentações. A categoria é equivalente a dois terços do total (66,6%).

GRÁFICO 4 – FREQUÊNCIA: FORMA (V5)



FONTE: SARAIVA (2020).

A essa interpretação somam-se os baixos percentuais de categorias que indicam reciprocidade no discurso: apresentar um ponto de vista contrário de forma clara e ponderada teve apenas 3,7% de presença; esclarecimentos, apenas 2,9%; e questionamentos, 5,7%. Juntos, somam 12,3%. Esse conjunto de dados vai na contramão da reciprocidade indicada a princípio, e aponta que, por mais que haja diálogo, ele não necessariamente vai apresentar uma troca ponderada de argumentos nem levar em consideração o que já foi dito.

A proposição de solução (9,3%) e chamada para ação (0,4%) são categorias cujos resultados se relacionam diretamente com o assunto em discussão. Ambas já começam a apresentar um vínculo com as opiniões defendidas pelos sujeitos. Por mais que nesta variável ainda não se avalie o mapeamento da temática, o que se viu foi uma aglutinação de formas de argumentação segundo dois tipos de pensamento: um punitivista, que já estabelece uma condenação para o caso, e um mais estrutural, que tentaria prevenir novos casos de violência.

A proposição de solução, que soma um número significativo de comentários, denota um anseio dos comentaristas por um desfecho rápido para a situação. Em sua

maioria, são clamores por uma solução atrelada à ação do poder público, como a prisão ou a castração química.

Alguns exemplos: (i) “*Como é que pode? Essas declarações são absurdas! Prisão perpétua para esse homem!*”; (ii) “*Cadeia nesse safado charlatão e q lá dentro, ele sinta o q essas mulheres sentiram.*”; (iii) “*Isso é um pervertido...castração química logo*”; (iv) “*Bolsonaro tem a solução pra esse safado castração química já!!!*”.

Tanto se vê a solução como um elemento terceirizado que atores políticos como Bolsonaro são mencionados como intercessores para tal. O que se nota nesses exemplos é que não há uma desmoralização das vítimas – todos aqui já partem do pressuposto de que as denúncias são reais, de que as vítimas devem ser apoiadas e que as atitudes de João de Deus devem acarretar em punições. Neste caso, a ação demandada para resolver a situação tem a ver especificamente com o caso João de Deus, com caráter punitivista. Eles interpretam a questão como algo pontual, e não estrutural: conseqüentemente, leva a um afastamento da temática de gênero.

Já a chamada para ação está ligada a uma atitude concreta e palpável por parte dos cidadãos, e poucos dão a entender que podem fazer algo a respeito: é o caso dos comentários que encorajam as denúncias de assédio sexual e o apoio às vítimas. Exemplos:

Falta de leis no abuso sexual faz com que pessoas se caleem...mas isso vai mudar já está! Denunciar faz diferença apesar só sofrimento da vítima em relatar ajudará muitas pessoas a fazer o mesmo! Chega de ficar calada...união das mulheres em apoio às vítimas desse monstro!

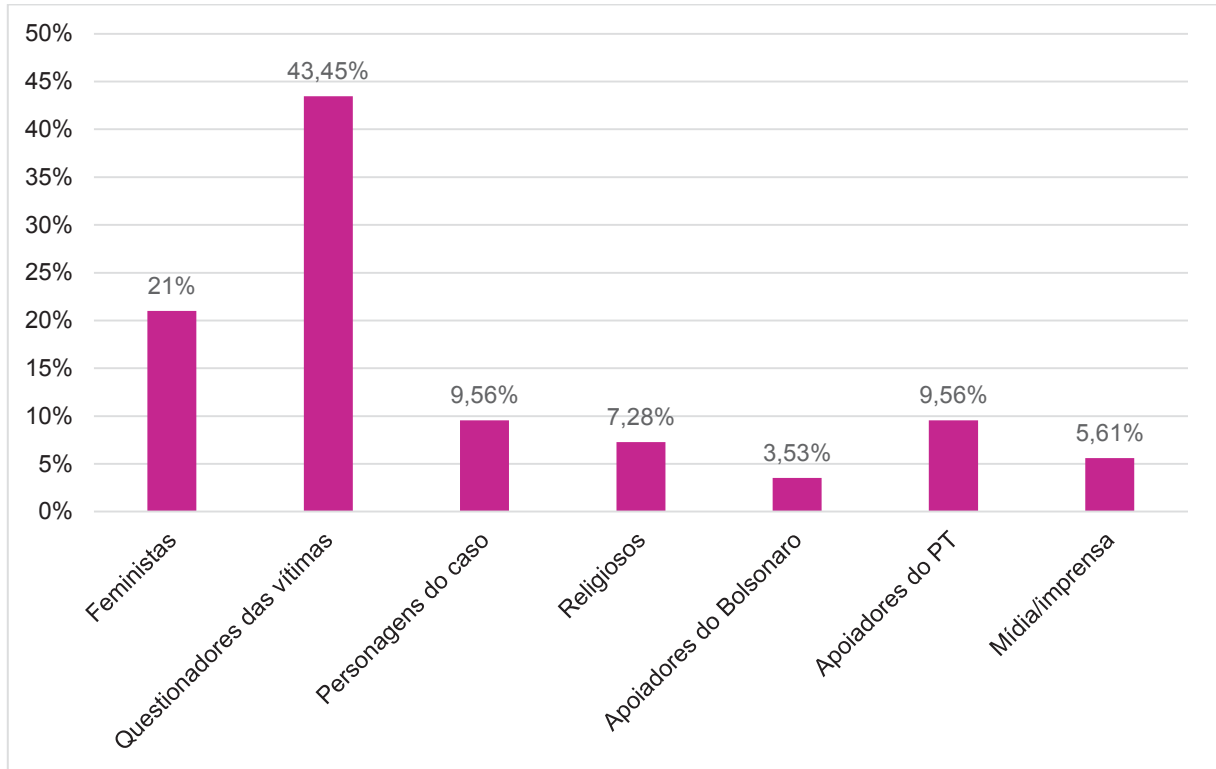
As denúncias sobre o caso João de Deus podem ser feitas pelo telefone do Ministério Público de Goiás – (62) 3243-8000 – ou pelo e-mail denuncias@mpgo.mp.br. No Ministério Público de São Paulo, os relatos devem ser enviados para somosmuitas@mpsp.mp.br

De maneira geral, estes são os principais tipos de comentários observados nas duas categorias. A discussão será aprofundada na variável de mapeamento.

Ainda sobre a V5, a categoria estabelecimento de conflito aparece em segundo lugar, com 11,5% dos comentários. Este dado revela por si só que parte das interações e meta conversações presentes nas variáveis anteriores não tendem a ser respeitosos, uma vez que têm o objetivo direto de embater um determinado grupo ou sujeito.

Os comentários que apresentavam conflito foram submetidos a uma subvariável: conflito contra quem? Os resultados aparecem no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – FREQUÊNCIA: CONFLITO (V5.2)



FONTE: SARAIVA (2020).

Das sete categorias presentes, duas já demonstram uma polarização entre si: os grupos antagônicos 1) contra apoiadores do Bolsonaro, com 3,53%, e 2) contra apoiadores do PT, com o triplo: 9,56%.

O tom desses comentários frequentemente é utilizar o caso João de Deus como ponto de partida para insultar ou zombar do outro, geralmente se encaixando como uma temática relacional, que não vai abordar o principal tema da conversação. O que se vê é a permeabilidade de temas políticos em pauta no momento na discussão, mas com interlocução ao assunto central da discussão. Exemplos:

Nós damos força e amparo, os Bolsominios desgraçados iriam obrigá-las a terem o filho, iriam acusá-las de serem as culpadas e no final, iriam transformar o estuprador em pastor.

Os esquerdistas petralhas são defensores do mediúm, assim como do assassino terrorista Cesare Battisti.

O mais significativo dos grupos, no entanto, com quase metade dos comentários de conflito, são os contrários a quem questiona as vítimas – novamente reforçando que este é um tema sensível aos comentaristas.

Esta categoria apresenta uma ambivalência no discurso: por mais que o tom dos comentários seja agressivo com seu interlocutor direto, grande parte deles traz uma grande dose de empatia em relação às vítimas, influenciando que o leitor se coloque no lugar delas através de sua fala. Como consequência, muitos deles se utilizam de uma argumentação de alto teor feminista, reforçando que o caso não é isolado e que o problema da violência é estrutural. Exemplos:

Tu não deve saber o que é uma mulher acuada,forçada a ficar calada, imagina denunciar achando que só ela que passou por isso, imagina chegando na delegacia de Abadiânia aonde ele é considerado Deus,então eu digo graças a Deus que alguém resolver falar uma grande mulher , sofreu tanto que resolveu abrir a boca num programa de TV ,ficou exposta ,imagina se ela soubesse que além dela tinha mais 500 ou até mais,imagina quem entrou na justiça e perdeu a ação, olha as vezes é melhor ficar calado antes de postar besteira contra essas mulheres que já sofreram muito,Cadeia nesse falso,bandido e estuprador vai ser pouco pra ele.

Fico impressionada com a hipocrisia do povo, ao invés de fazer a sua própria campanha em solidariedade às vítimas em sua rede social, no seu círculo de convivência, fica procurando saber o q os outros fizeram. O pior é que são tão solidários q muitos não sabem ou nao lembram do caso do médico AbdelMassih, mesmo com tanta repercussão. É q nem caridade, adoram questionar o que rico faz ou deixa de fazer para ajudar o próximo, mas não doa nem sangue q é de graça. Ah, vá!!!

Antonio Melo entendi.... então, no caso, seu questionamento deveria ser o contrário: como este monstro conseguiu viver impune por tantos anos????? Vc coloca em cheque a verdade de mais de 200 mulheres mas não a de 1 único homem!!!! Seu questionamento é injusto sim, é tendencioso!!!!!!!!!! #joaodosinfernos 🐱

A segunda categoria de maior frequência também tem seu caráter ambivalente. Assim como a categoria anterior, o conflito contra feministas, com 21% de presença, não defende João de Deus como inocente. No entanto, por razões difusas e implícitas no discurso, o objetivo desses comentários é simplesmente este: estabelecer conflito com as feministas, questionando “onde elas estão” quando é preciso defender as vítimas – o que nos leva a entender que estes comentaristas falham em identificar as feministas como presentes no debate, e em número expressivo.

O principal argumento utilizado para questionar essa suposta omissão é que as feministas só defenderiam pessoas famosas ou “atrizes da Globo” – o que remete às *hashtags* de mobilização utilizadas pelos movimentos feministas atuais, como já visto anteriormente –, e não se atentaria para “vítimas anônimas”. Outro ponto é que as feministas não gostariam de “se indispor” com o agressor quando não lhes é conveniente.

A maioria destes comentários é superficial e não estabelece uma relação entre o assunto e a suposta falta de posicionamento das feministas. Esta é uma das categorias mais homogêneas, com pouca variação de discurso entre si e com pouca complexidade discursiva:

Cadê o movimento (MECHEU COM UMA MECHEU COM TODAS) ? só funciona para as atrizes da Globo ?

Tô estranhando a ausência do grupo de atrizes e intelectuais feministas que se uniram contra o Bolsonaro. Aonde elas estão para protestarem contra o João de Deus, que estuprou mais de três centenas de mulheres até agora? Cadê a turminha da Globo, do ""Mexeu com uma mexeu com todas"", do ""Me too"" e do ""Ele não"" ? Porque não falaram nada até agora?

Cadê a turminha do elenão que passava com o João do diabo, para fazer o protesto??? Kd as atrizes da rede globo pra se juntar com as mulheres q foram abusadas? ?? Kd a globo apoiando as mulheres q foram abusadas sexualmente?

Aí ninguém da rede globo se manifesta né...Quando bolsonaro foi dar entrevista ,no outro dia estavam colocando #ele não,pq ele diz na lata e pronto. Agora kd as mulheres globais em defesa dessas aí q foram abusadas?

Sueli Pires é bem isso. A indignação da galera da lacração é bem seletiva. João de Deus atende um monte de gente famosa entre artistas e políticos e as vítimas tiveram muito medo de denunciar pq além de ameaçar de morte os familiares de algumas vítimas ele é poderoso, rico e influente. E por ser quem ele é, as vítimas tbm pensaram que ninguém acreditaria nelas. Só que, das famosas ele não deve ter abusado, né? Abusou de quem ele podia impor medo e silêncio e pela fé. Igual ao Roger Abdelmassih, das famosas ele não abusou. Essas pessoas foram em busca de milagres e cura, e o que receberam? Abuso sexual. É um sem vergonha mesmo, canalha da pior espécie. Mas as lacradoras curtem o abusador, então não vão se indispor.

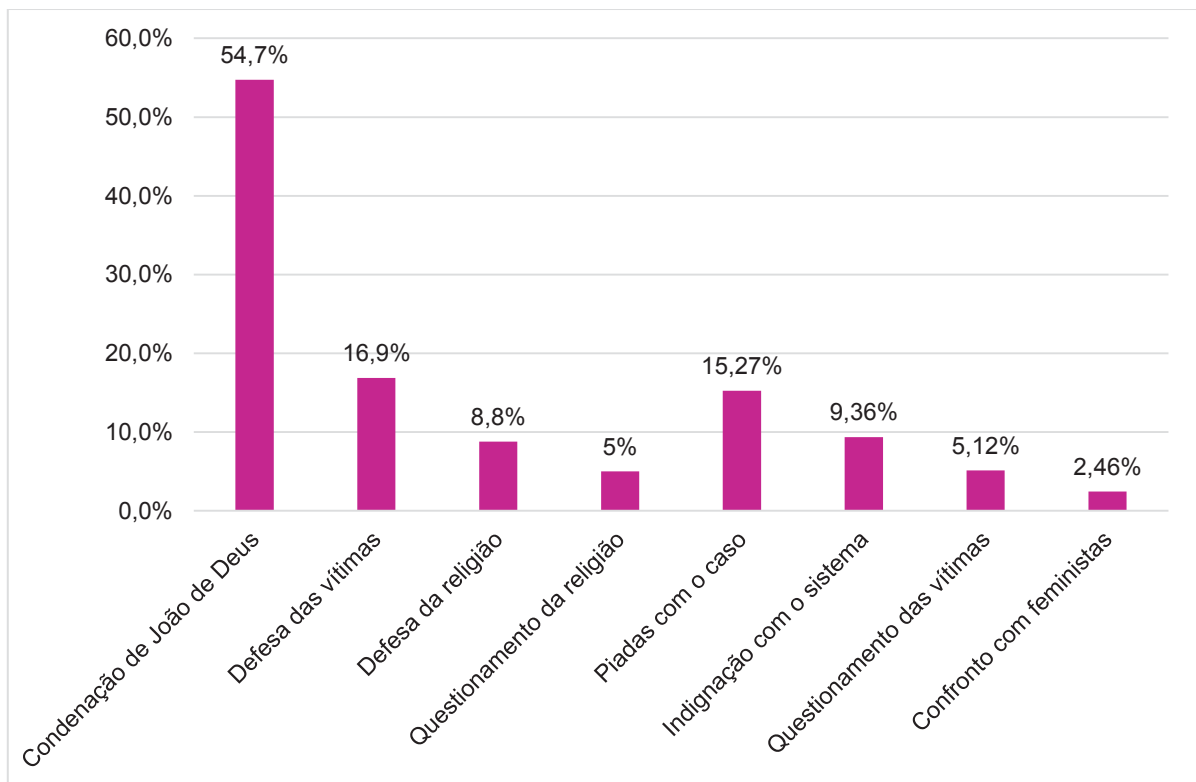
As três categorias menos expressivas desta variável são: 1) contra personagens do caso (9,56%), expressando indignação em primeira pessoa dirigida à própria pessoa do João de Deus ou a figuras mencionadas nas publicações dos

jornais ao longo da cobertura da investigação; 2) contra religiosos (7,28%), insultando pessoas que compartilham de uma crença e levando a entender que é a fé a culpada pelos acontecimentos criminosos; 3) contra a mídia/imprensa (5,61%), questionando a veracidade dos fatos publicados ou criticando as notícias e apuração.

A seguir, vamos nos aprofundar na análise da temática a partir da V6 (Mapeamento, Gráfico 6) – variável central para a pesquisa, uma vez que efetivamente identifica quais são os principais grupos presentes no debate e quais deles se relacionam com a temática de gênero, permitindo que se tracem comparações e cruzamentos entre grupos de opinião divergentes.

Conforme explicado anteriormente, cada comentário é passível de duas codificações de mapeamento, uma vez que, dependendo de sua complexidade, ele pode vir a trabalhar dois tópicos ao mesmo tempo. Para analisar esse aspecto, o gráfico considera os dois mapeamentos simultaneamente. Ou seja: neste caso, a somatória dos percentuais supera 100%, já que um mesmo comentário pode ser codificado em duas categorias. Foram 18% dos comentários que apresentaram essa condição.

GRÁFICO 6 – FREQUÊNCIA: MAPEAMENTO (V6)



FONTE: SARAIVA (2020).

Para facilitar esta interpretação, em vez de seguir a ordem das variáveis, vamos separar as categorias por temáticas: as mais genéricas e mais relacionadas ao caso João de Deus, as relacionadas a gênero, as relacionadas à religião e as demais. A primeira a ser analisada é a de maior expressão nos dados: a condenação de João de Deus.

É a categoria mais significativa da codificação e a mais plural em termos de diferenças no discurso, uma vez que trata de todos os comentários que partem do pressuposto de que João de Deus é culpado e deve encarar as consequências de seus atos. Ela engloba insultos diversos, sugestões de pena e comparações com outros casos de violência contra a mulher. Também por isso, por um lado, a categoria abarca uma grande variedade de complexidade dos comentários, não raro trazendo à tona outros temas relacionados; por outro, apresenta comentários pouco complexos: muitos deles são extremamente simples e apenas julgam ou propõem uma solução sem que necessariamente adentrem a discussão de gênero pelo viés das vítimas.

Para melhor compreender esta categoria, subdividimos os comentários em alguns tipos de exemplos (que não são excludentes, a finalidade aqui é simplesmente a apresentação da pluralidade na categoria). Aqui, vamos apresentar somente os tipos de comentários que não mostram um mapeamento secundário: os cruzamentos serão feitos na sequência.

a) Xingamentos

Apresentam diversos tipos de insulto e questionam o caráter de João de Deus.

Exemplos: (i) “*O João Deus dos horrores*”, (ii) “*João estrupador se fazendo de vítima como todo marginal tarado faz....fdp escroto*”, (iii) “*Bandido, o inferno te espera*”, (iv) “*E o cara se auto denomina de Deus !! 😏😏😏 Isso tem pacto com o Demo !!! 🤩🤩🤩🤩*”, (v) “*Que horros... a q ponro chega o ser humano... se aproveitar da fé das pessoas e de uma casa espiritual... monstro*”.

b) Pedidos de condenação/prisão

Dialoga diretamente com a categoria “proposição de solução” da V5, sugerindo diferentes tipos de punição.

Exemplos: (i) “*Vai apodrecer na cadeia JOÃO DO DIABO.*”, (ii) “*Esse médium João é um tarado, só gostava das bonitinhas, borracha no lombo do canalha e*

cadeia.”, (iii) “Paquerar.??? Tem que castrar esse vagabundo e jogar na cadeia pra virar mulherzinha.”.

c) Comemoração com relação a condenação/prisão.

Exemplos: (i) “👤👤👤👤👤👤👤👤 Antes tarde do que nunca!”, (ii) “Que morra na cadeia.”, (iii) “Parabéns! E que joguem fora a chave da cela..”.

d) Comparação com outros casos não-relacionados a gênero

As figuras políticas de Lula e Bolsonaro aparecem frequentemente como coadjuvantes do caso João de Deus, e normalmente são usadas como analogias para expressar uma opinião política polarizada. O caso João de Deus serve apenas como um gancho para discutir outro tópico – mas sempre partindo do pressuposto de que o médium é culpado.

Eu confio mais na mulher de João de Deus que na mulher do bozo! Queiroz depositar dinheiro na conta da primeira dama 24 mil reais em cheque. Quem é laranja Queiroz ou Michelle Bolsonaro?

Esses que defendem ele está parecendo os que defendem o Lula, tem "300 provas", mais são falsas, ninguém sabe de nada e "ele é inocente" e ainda colocam a mão no fogo por ele. ☹️

O mito Jair o ""Messias"" tb tem que se explicar para não terminar preso como o mito João de ""Deus"". Mourao Presidente

Ele tem que contratar o advogado do Lula, por que com tantas provas que o Lula é ladrão, e o advogado diz que ele é inocente. Kk

A segunda categoria a ser apresentada aqui é de piadas com o caso, que representa 15,27% dos comentários. Apesar de ser semelhante à primeira, ela se destaca por ter um posicionamento mais neutro por parte dos oradores, que têm como objetivo fazer humor a partir do caso e, por isso, não expressam julgamentos⁴⁴. Esses comentários, em sua maioria breves e irônicos, se diferem da categoria de condenação de João de Deus principalmente pela ausência dessa carga de indignação e pedido por justiça.

⁴⁴ Vamos revisitare o humor enquanto estratégia retórica na V10.

Exemplos: (i) “*Se tivesse ensino superior ficaria numa cela especial, mais ele só tem "medium".;*”, (ii) “*Vânia Silva ele é tão católico quanto eu sou chinesa!!!* 😂😂😂😂”, (iii) “*O curandeiro do cajado mágico!* 😂”, (iv) “*Fugiu e com 35 milhões no bolso...* 😂😂😂”.

Dryzek (2007, p. 4) aponta que as piadas são uma das formas de comunicação capazes de induzir reflexão e “de conectar pontos e experiências particulares a questões e princípios mais gerais”. Muitos dos comentários desta categoria de fato usam o caso como ponto de partida para fazer humor a partir de analogias e ironias com o contexto político da época. Veremos esse detalhamento posteriormente em alguns dos cruzamentos das variáveis. Em um primeiro momento, podemos afirmar que esta categoria mostra opiniões mais descoladas de um debate, coexistindo de forma independente e tentando quebrar a seriedade do tema.

O próximo tema – e o mais relevante para a pesquisa – é o gênero. Na variável de mapeamento, as categorias de defesa das vítimas, questionamento das vítimas e ataque às feministas indicam necessariamente a presença de conteúdo relacionado às temáticas de gênero, não importa o posicionamento.

Vamos apresentar quais tipos de comentários compõem esta parte do debate sem ainda nos aprofundarmos no tipo de argumentação, que será trabalhado nos cruzamentos.

Começamos com a categoria defesa das vítimas, com 16,87%. Ela engloba comentários que defendem as vítimas, que relacionam a importância do feminismo no contexto, que defendem a veracidade dos depoimentos através da quantidade de relatos reunidos, que explicam por que muitas delas demoraram para compartilhar seus depoimentos, que relacionam o caso de João de Deus ao de Roger Abdelmassih⁴⁵ e/ou casos de assédio sexual internacionais, que explicitam a diferença na relação de poder entre João de Deus e as vítimas, que tomam a frente para se posicionar enquanto “representante” feminista presente no debate, que indicam que o problema da violência contra a mulher é estrutural e não pontual, que discorrem sobre

⁴⁵ Em 2010, o médico pioneiro da fertilização in vitro Roger Abdelmassih foi condenado a 278 anos de prisão por ter cometido 48 estupros de 37 pacientes. Passou três anos foragido e foi preso em agosto de 2014 no Paraguai. O caso de Abdelmassih também teve grande visibilidade midiática e é frequentemente relacionado ao caso João de Deus.

o machismo presente na sociedade, que expressam e demandam empatia em relação às vítimas.

Esta categoria conta com um alto grau de elaboração dos comentários, e aciona a empatia, a compaixão e até a sororidade como parte da defesa.

Exemplos de defesa das vítimas:

Abençoada seja a primeira mulher que foi lá denunciar e assim deu coragem a tantas outras, de se abrir e se mostrar num momento tão horrível. A CULPA NÃO É DA VÍTIMA.

Todas Nós estamos tristes.e temos Certeza..se não houvesse acontecido elas não teriam denunciado...Roger Abdel.aquele da Reprodução..no início ninguém Acreditou.

Acho melhor como mulheres nos apoia, pois sempre que denunciamos temos nossa credibilidade em risco. Medo, insegurança e a falta de apoio da sociedade é esse reflexos que estamos vendo sem empatia e sim condenação.

Se foi prostituta, se esteve doente e precisou ser internada, se fez tratamento psiquiátrico, NADA DISSO justifica abuso! E nada disso torna falsa ou questionável a palavra de uma mulher (ou de mais de 300, neste.caso).

Uma das características mais potentes desta categoria é que os textos aqui presentes frequentemente são respostas a outras pessoas, como se essa defesa fosse impulsionada e motivada por um comentário de posicionamento contrário. O ímpeto da resposta cria comentários complexos⁴⁶.

Eu te explico. Até hoje grande parte das mulheres que denunciam esse tipo de crime, são culpadas por roupa/atitudes ou até mesmo zombadas com esse acontecimento. Quando uma toma voz e é ouvida, outras a vêem como exemplo e seguem o mesmo caminho. Perdem o medo e a vergonha de denunciar. Os tempos estão mudando.

⁴⁶ O cruzamento que mostra mapeamento x turno da fala será analisado na sequência desta parte na análise.

Bill Helden também devemos levar em consideração os efeitos sociais da notícia, é comum em crimes sexuais a ocorrência da "cifra negra", as vítimas se sentem tão constrangidas que não levam o caso ao conhecimento do judiciário, ou ainda optam por não reviver a agressão sofrida (nossas delegacias são uma vergonha na assistência à vítima de crimes sexuais). Estas mesmas vítimas, ao saberem que outras pessoas também sofreram tal abuso, se "encorajam" e passam a levar os fatos antes ocultos à ciência do judiciário. Também considere o dito "efeito de imitação", comum em crimes com forte repercussão midiática.

Aqui também se encontram comentários que apontam para o machismo estrutural da sociedade como o responsável não apenas por casos como o de João de Deus, mas pela própria opinião de quem duvida das vítimas.

Justamente, Rodrigo. Se vc nunca viveu (e não tem o mínimo de empatia), vc não entende msm e por isso não pode sair por ai falando coisas sem sentido. Quem decide o q é o q é quem sofre. Mulher sofre machismo, mulher sabe identificar melhor. Fora q machismo não questão de 'achismo'. É termo definido. Se alguém sabe o q é machismo e não ve machismo em coisas assim, é pq não quer. Finalizo minha tentativa de discussão aqui. Torço p q vc veja o machismo nosso de cada dia, pq ele tb te afeta. Abraços

Giovanni Rodrigues, exatamente. E fica mais nítido ainda este machismo quando um advogado, para contestar as acusações e defendê-lo, se utiliza de argumentos que desmoralizem a reputação da vítima. Parece que, desta forma, tenta imputar à mulher a responsabilidade pelo crime cometido, invertendo as posições, ou seja, como se o bandido fosse a vítima, é muita crueldade! Este homem, indubitavelmente, é muito mais monstruoso porque se aproveitou da vulnerabilidade das vítimas (mulheres e meninas) para praticar seus crimes e, o que é pior, em nome da cura através de Deus!

Essa é a triste realidade da nossa sociedade machista, as mulheres se calam por medo dos julgamentos, bastou uma denunciar que as outras vítimas se sentiram encorajadas. E ainda tem quem pergunte porque não denunciaram antes

Quem tem um mínimo de inteligência, pode perceber que está sendo machista quando defende que se fosse uma ou duas mulheres apenas, talvez pudéssemos pensar em um complô contra ele. Que fosse uma única mulher, eu acreditaria mil vezes nela. Nossa sociedade está tão doente que vocês acham válido desmerecer uma reclamação de violência apenas pq ele usa o nome de Deus pra manipular pessoas.

Como se pode ver, são comentários que engajam no debate de uma forma mais complexa do que em categorias vistas anteriormente. Vamos analisar a incidência das estratégias comunicativas e das justificações presentes nos textos mais adiante, mostrando o quanto elas estão presentes em cada categoria.

A segunda categoria relativa à discussão de gênero é o questionamento das vítimas, com ocorrência de 5,12%: são comentários que questionam a veracidade dos depoimentos indagando por que tantas demoraram tanto tempo para falar, que acusam as vítimas de estar mentindo para receber indenizações, ou ainda defendendo que uma pessoa com a reputação de João de Deus não seria capaz de cometer tais atos.

As mulheres que procura esse tipo de coisa é porque acham bom passar por isso, I ainda voltaram la varias vezes, São umas sem vergonha

Anyone going to the Casa in Abadiania knows that everything happening there it is publicly done. No one could meet medium João in private. He was always with his staff. Always! How did this Hollandaise woman understand what he was speaking without a translator? Is it so difficult to see that something is not logical here? First of all, medium João always said that he is not a doctor and he never healed anyone, and it's only God the One who is healing. Anyone can find this declaration in all the documentaries and tapes. If someone wants to find out the truth, indeed... We are millions of people around the world who witnessed his declarations, his work, and the miracles, yes, miracles happening in front of us. We've seen with our own eyes tumors being removed, paralyzed people walking after the entities intervention through medium João, and so on. And he was always praying God. May God help everybody to see the truth! Those investigating him should have gone to assist incognito his work at the Casa for a while, to be sure that the rumors and accusations are based on real facts or not. They could have sent a woman to provoke him and see the result. Medium João is a humble and decent man, even he has money. He is really dedicating his life to the others. For what he is doing for this world, he deserves all our respect, pure love and gratitude. What is happening now with medium João brought soul and heart pain to all those who have been (are still being) helped and healed with his help. So help us God!

Ana Luiza Paes 330 mulheres frouxas que foram abusadas e se calaram por anos. Se vcs querem ser respeitadas se posicionem quando as coisas acontecem, depois de anos levanta muita suspeita, esse comportamento pode ser histeria coletiva sim

Opa! A mera acusação hoje já é tratada quase como certeza, tem de ter provas sim, e digo mais a falsa acusação deve ser crime hediondo, já que destrói a vida do envolvido. Acusar é mole, tem que provar sim com os devidos exames cabíveis... No mais estupro é questão de pena de morte... Só acho ..

Orides Riciardi c toda minha empatia, tb me questiono por que q ficaram quietas por tanto tempo. Tenho familiares q frequentaram o local durante anos e nunca ouviu-se falar nada a respeito.

Ivan de Souza realmente alegar qualquer um alega basta ter boca, agora provar já é outra questão. Algumas vítimas disseram que passaram mais de uma vez com esse médium, por que não filmou com uma câmera escondida? Ou fez exame de corpo de delito? Seriam provas irrefutáveis.

Felipe Valadares 300 pessoas em 4 dias? Sem nenhum celularzinho pra gravar ? Nada? hmm, mas eu não duvido não, cada velhinho safado por ai ...


Muito preocupante... Anos e anos e só agora essa mulherada resolve falar. Acho q tinha que investigar quem denuncia também e punir caso a investigação descobrisse que nada disso tivesse acontecido. 2018 , tantos meios de comunicação e ninguém nunca falou nada. Parece que fazem de propósito para virar manchete na retrospectiva.

Uma leitura breve dos comentários já denota que os principais argumentos utilizados nesta categoria são as mesmas estratégias machistas usadas até em julgamentos de grandes casos de violência de gênero para defender os acusados, tais como retomar a boa reputação e caráter do homem e questionar a integridade da vítima, mostrando como ela mesma levou ao crime (BLAY, 2007, p. 40)⁴⁷.

Por fim, a terceira categoria dedicada ao gênero, totalizando 2,46%, engloba os tipos de comentários mencionados como “conflito contra feministas”, na V5: são textos que questionam a presença das feministas no debate, sem defender nem questionar o depoimento das vítimas; o objetivo é “peitar” as feministas sem se aprofundar na discussão do caso João de Deus. Em vez de participar do debate existente sobre violência sexual, essa categoria tenta criar um novo debate através da provocação de um grupo específico. No entanto, essa tentativa não é bem-sucedida, uma vez que as réplicas a esses comentários se voltam ao debate principal e conectam a presença feminista à defesa das vítimas. Exemplos:

⁴⁷ Vale notar que, durante a investigação do caso, o próprio advogado de João de Deus à época, Alberto Toron, utilizou-se dessas táticas ao refutar o depoimento da holandesa Zahira Lieneke Mous, alegando que ela era prostituta – ou seja, tentando desqualificá-la. Isso gerou uma série de comentários de indignação que entraram para a categoria de defesa das vítimas, tais como: “Aaaaaah claro! Se a mulher fazia Programa nao pode reclamar se for abusada. Olha a tatica dessa defesa imunda. Nem se fossem 300 prostitutas. Ninguem tem o direito de molestar alguem. Nojo desse cara”. Fonte: Depois de denunciar João de Deus por abuso sexual, holandesa se prepara para processá-lo por calúnia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/depois-de-denunciar-joao-de-deus-por-abuso-sexual-holandesa-se-prepara-para-processa-lo-por-calunia-23356390>. Acesso em 15 de março de 2020.

Comentário primário 1: *KD a turma do mexeu c uma mexeu c todas, só serve qdo a vítima e famosa?*

Réplica 1: *Paulo Sergio Nunes Nunes não fale do que não sabe ! Se não pode ajudar ou ter compaixão ; não se manifeste !!! Se fosse sua irmã ou mãe ou esposa talvez você soubesse da merda de comentário feito*


Réplica 2: *Só sabe comentar isso, Ronaldo? Em todo o post tá comentando a mesma coisa, muda o disco! E estamos aqui, prazer* 🙄

Comentário primário 2: *Cadê as atrizes q defende as mulheres q foram abusadas, dizendo q : mexeu com uma, mexeu com todas. Até agora nenhuma atriz se pronunciou. Será pq?*

Réplica 1: *Acho que vc está desatualizada meu amor.... deve que vc nao segue as atrizes feministas, por isso nao sabe da corrente que todas fazem em prol de respeito a todas mulheres.*

Passemos à próxima temática: religião. Ainda na variável de mapeamento, as categorias de defesa (8,8%) e questionamento da religião (5%) indicam conteúdos relacionados à presença deste tema no debate. Com menores porcentagens, esse tópico não foi protagonista, mas concentrou uma quantidade significativa de comentários: 13,8%. Em sua maioria, eles se dispuseram a atacar ou defender a religião enquanto culpada dos crimes – o que tem como consequência direta uma terceirização da responsabilidade do acusado e um afastamento da temática da violência de gênero.

Dentre os que defendem a religião espírita e/outras religiões, os principais tipos de comentários encontrados:

a) esclarecem que João de Deus não era espírita, não seguia a linha kardecista nem era vinculado à Federação Espírita Brasileira (FEB), desvinculando sua figura de doutrinas mais tradicionais e protegendo-as de ataques;

Ana Paula Amorim Bom dia!Graças a Deus parte da mídia está atribuindo o termo "curandeiro" para explicar o que este senhor praticava. Estudo o Espiritismo e as práticas deste senhor não em nada às orientações da FEB. Aliás,na revista "Isto é " nr 2528 de 31/05/2018, ele se declara católico, fiel em Santa Rita de Cassia.

Hamilton Neves sou médium e trabalho em uma casa Espirita. Se ele é culpado deve ser julgado e preso. Essa notícia não atingirá todos os médiuns, ainda mais os que fazem um trabalho sério. Existem padres e pastores pedófilos isso não faz com que toda a igreja seja desacreditada. Ele não é ligado a Federação Espirita mas se fosse deveria ser investigado e afastado. A luz sempre aparece, que o amor chegue às vítimas e que essa casa onde os abusos aconteciam seja fechada se comprovado os Crimes. Um homem que usa da fé e da vulnerabilidade das pessoas para fazer abusos não é e nunca foi De Deus. Justiça para as vítimas e o que nos médiuns pedimos.

Trabalhar com entidades de luz tem que ter muito conhecimento e também ter amor incondicional , atribuído que ele não tinha Quando a entidades de luz estão longe ele cria uma forma de compensação de energia até para poder ficar encarnado ele mergulha então nas profundezas para ter polaridade ,mas ele tem livre arbítrio para evitar isso ,ele se distanciou dos preceitos de Kardec ,até porque cobrava valores altos na medicação passiflora .

b) comparam o comportamento condenável de João de Deus ao exemplar de Chico Xavier e/ou outros médiuns que são melhores exemplos para a doutrina;

Que tipo de medium que se diz filantropo é esse, que acumula uma fortuna de 35 milhões?! Um exemplo claro é o Chico Xavier, muito mais famoso e não usou isso em benefício próprio, pois sempre levou uma vida humilde.

Hamilton Neves parece que tem dinheiro envolvido nos atendimentos, sim. Já Chico Xavier e Divaldo Franco São de outro naipe. Nunca pegaram um tostão, não tem (ou tiveram) vidas de luxo, jamais cometeram um escândalo.

c) são de fiéis que compartilham de outros credos e afirmam que a figura de um médium não é necessária para efetivar o papel de uma religião, reafirmando assim sua própria fé em Deus e a importância da figura de Jesus. É frequentemente acompanhado de justificativas religiosas;

Falso profeta que se fala né? Ta cheio... espíritos malignos também tem poderes para ludibriar as pessoas... mas na bíblia é claro: Não chegará ao Pai senão pelo Filho... Não se enganem!

Enquanto as pessoas continuarem acreditando em mitos, salvadores da pátria, milagreiros, e outros falsários mais o preço a ser pago sera sempre acima das nossas possibilidades! Gente passem a acreditar em Deus coloquem as suas esperanças na sua palavra e vivam tranquilas, porque a palavra de Deus não mente e não engana ninguém! Mais ficam acreditando nestes falsários acaba dando nisso, traumas para o resto da vida!!!

#ELENÃOÉDEDEUS

Se você também concorda que a mídia brasileira pare de usar o nome de nosso Senhor em vão ao citar este homem, assine essa petição e faça uma corrente de oração para que o Senhor ampare as vítimas e faça ser cumprida a Lei. "Não tomarás em vão o nome do Senhor, o teu Deus, pois o Senhor não deixará impune quem tomar o seu nome em vão". ÊXODO 20:7 . Assine e divulgue> <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR109669>

d) esclarecem que o erro está no caráter dos humanos, e não nas religiões, e que erros são comuns a todas elas.

Acho engraçado as pessoas colocarem a culpa nas religiões. Creio q nenhuma religião ensina a roubar, estuprar ou matar. Isso é coisa de gente ruim mesmo. Gente q se aproveita da boa fé das pessoas para fazerem o mal.

Alice Maria, pelos seus comentários se percebe quão ignorante vc é! Em todas as religiões, TODAS, há pessoas de mau caráter, criminosas. Vc fala muito sobre os pastores, mas há problemas com os padres, com qualquer líder. O problema não é a religião. O problema está no caráter de cada um. Sobre dinheiro, TODAS também tem problemas neste sentido.

Já os comentários acusatórios:

a) atacam diretamente a religião espírita e/ou outras religiões;

Evangélicos só visa dinheiro ficam usando o nome de Deus para recardad dinheiro para Jesus ,mas Jesus não precisa de dinheiro.

Nen deus e nem espiritos existem. Isso tudo são criações humanas para manipular e enganar os demais.

Todo aquele que crê em seres imaginários deve ser tratado com o devido respeito que um paciente de manicômio merece... inclusive os espiritas

b) aconselham a não seguir nenhuma religião.

Por isso não acredito em ninguém e nem sigo nenhuma religião...tem gente ruim por todos os lados....mundo cão.

Nossa é tanto tema de religião no Brasil que chega ser um saco! Sinceramente não sei com o povo aguenta tanto vigarista. Melhor ser ateu e pronto! Assim você tira esses urubus de cima de você .

Fato é que, em alguns comentários, o tópico da religião afasta o debate da temática de gênero, levando a compreender que os grandes responsáveis pelos abusos são a religiosidade de João de Deus e a das vítimas.

É um desequilibrado mental. Creio por ele ser medium, deixou a sintonia baixa para receber má influências de espíritos zombateiros. Claro que isso não o isenta de todas as responsabilidades, pelo contrário, Ainda o torna mais culpado.

Por fim, o último tema a ser discutido sobre a V6 é referente ao questionamento e indignação com o sistema, que concentra 9,36% dos comentários. Essa é a categoria mais plural do ponto de vista temático, abrangendo uma série de tópicos relacionais que abordam a situação do país naquele momento, o sistema judiciário e suas intercorrências, figuras políticas que podem influenciar no caso (como o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, citado diversas vezes; ou o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro, que à época estava para assumir tal cargo), a impunidade como um problema estrutural, ou ainda que questionam a legislação vigente. Vejamos alguns exemplos:

- a) Indignação associada à demora para prisão de João de Deus;

A lei neste país é muito lenta! 40, 70, 150 denúncias contra este verme. Esperaram chegar a mais de 300 ... para pensar em prender ele.

- b) Indignação associada à possibilidade de habeas corpus ou prisão domiciliar;

Como diz um jornalista, logo estará em prisão mansiliar (de mansão), como outros velhos conhecidos...

- c) Comparação com outros casos;

Vai ser igual a Roger Abdelmassih... Se conseguirem prender. Prende hj, amanhã gilmar mendes manda soltar...

E como fica a prisão do Lula que nao abusou de 600 mulheres e nem um habeas corpus tem direito, com uns 70 ano ele já tem, saúde debilitada tbm.E como fica essa prisão?

d) Incredulidade de que o réu terá de cumprir alguma pena;

Mariangela Lampi Você acha que um cara desses vai viver um inferno? Viveria se tivesse consciência oque ja vimos que ele não tem nem caráter. Vai é viver no bem bao com toda a grana que ele tem

e) Críticas a instituições governamentais e figuras políticas.

Perde tempo não João de Deus!!! Ainda dá tempo de você se filiar ao PSDB porque isso é melhor do que Habeas-corpus no Supremo, não vai preso nunca.... Depois pede perdão para o Sérgio moro que ele perdoa... E como encontraram 1 milhão e pouco na sua casa, liga para o general o ministro do Bolsonaro porque ele disse que isso é coisa de pouco valor...

Renata Rodrigues imagino q por ser um município mto pobre, a dependência econômica é enorme. Viviam em face deste crápula. Se vivéssemos em um país com educação e com oportunidade para todos, imagino q isso n aconteceria. Tdo muito triste.

Essa é a polícia corrupta e ineficiente que precisa mudar. Que vergonha Goiás!

Apesar de não tratar do tema central da conversa, esse tipo de comentário tende a elencar elementos externos sobre o contexto em que o caso está inserido. Mesmo não abordando a temática de gênero, são comentários propensos a uma interpretação mais aprofundada do contexto político que envolve o caso João de Deus.

A Tabela 1 mostra os principais cruzamentos das categorias entre si⁴⁸.

⁴⁸ Lembrando que os percentuais, neste caso, são referentes ao universo dos comentários que apresentam um segundo mapeamento; portanto, somam 100%. Os quadros vazios apenas evitam a repetição de dados; intersecções que não encontram comentários são marcadas com 0.

TABELA 1 – MAPEAMENTOS CRUZADOS

Tabulação cruzada Posicionamento do comentário * Posicionamento do comentário										
			Posicionamento do comentário						Total	
			Defesa das vítimas/feminista	Defesa da religião	Questionamento da religião	Piada	Questionamento do sistema	Questionamento das vítimas		Confronto com feministas
Posicionamento do comentário	Condenação de João de Deus	Contagem	184	102	30	151	113	7	8	595
		% do Total	25,0%	13,9%	4,1%	20,5%	15,4%	1,0%	1,1%	80,8%
	Defesa das vítimas/feminista	Contagem	0	11	10	5	29	0	2	57
		% do Total	0,0%	1,5%	1,4%	,7%	3,9%	0,0%	,3%	7,7%
	Defesa da religião	Contagem		0	0	4	3	5	0	12
		% do Total		0,0%	0,0%	,5%	,4%	,7%	0,0%	1,6%
	Questionamento da religião	Contagem			0	11	5	2	1	19
		% do Total			0,0%	1,5%	,7%	,3%	,1%	2,6%
	Piada	Contagem				0	32	9	0	41
		% do Total				0,0%	4,3%	1,2%	0,0%	5,6%
	Questionamento do sistema	Contagem					0	9	1	10
		% do Total					0,0%	1,2%	,1%	1,4%
	Questionamento das vítimas	Contagem						0	2	2
		% do Total						0,0%	,3%	,3%
Total		Contagem	184	113	40	171	182	32	14	736
		% do Total	25,0%	15,4%	5,4%	23,2%	24,7%	4,3%	1,9%	100,0%

FONTE: SARAIVA (2020).

Nela, vemos que a categoria que mais gerou intersecções foi a de condenação de João de Deus, que intercambia, em primeiro lugar, com defesa das vítimas, sendo este o cruzamento mais significativo da tabela. Em segundo lugar, a condenação está vinculada ao humor. O questionamento do sistema também aparece em grande número.

Não vamos nos ater a esta tabela uma vez que os cruzamentos das variáveis entre si serão mais relevantes para a interpretação dos dados. Concluimos, aqui, a exposição prévia do mapeamento das conversações, com o objetivo de adentrar o universo do corpus pesquisado. No segundo momento de análise, já tendo compreendido *quem* fala e o *que* se fala, vamos explorá-las mais a fundo a partir do cruzamento com outras variáveis.

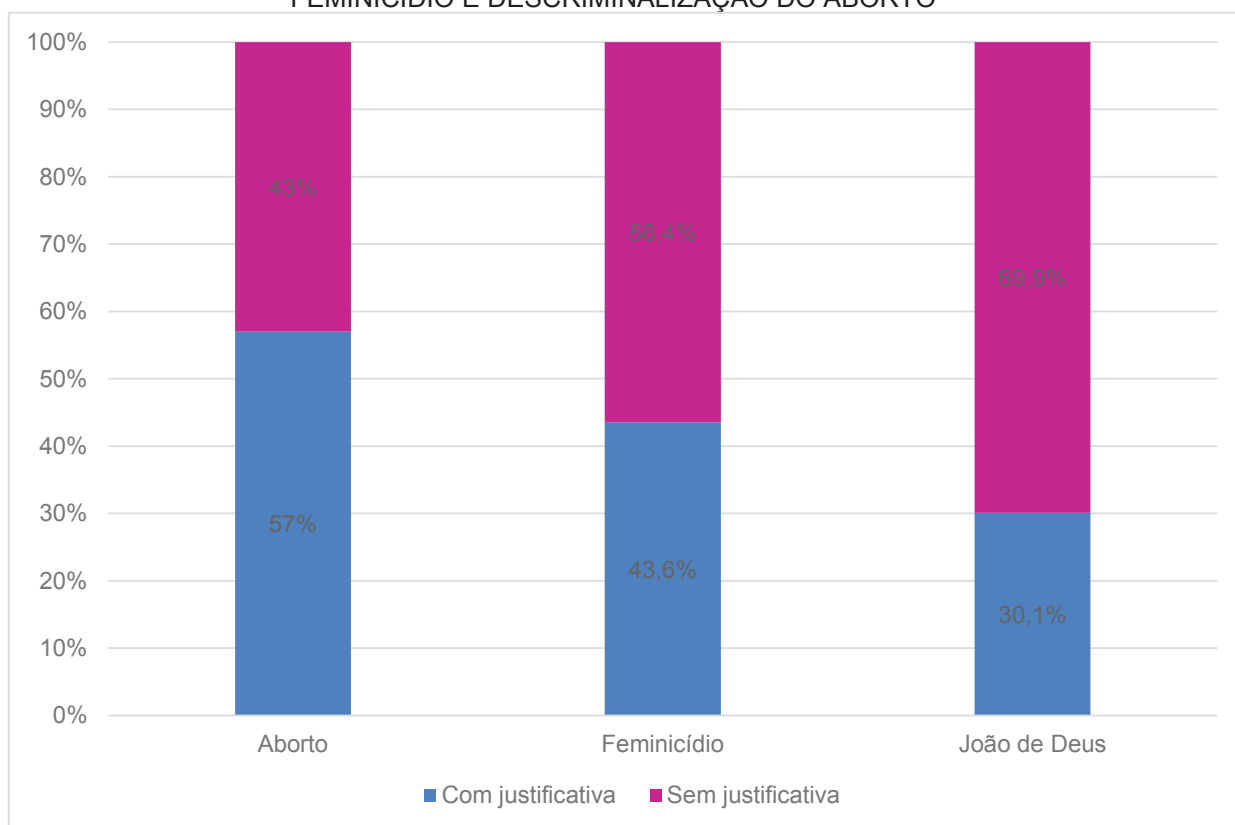
5.1.3 Como falam sobre o caso João de Deus?

Passamos então à V7 (Racionalidade), que verifica a presença de justificção nos comentários – pontuando que, aqui, foi considerado como justificativa qualquer evidência elencada pelo orador como um elemento que pudesse endossar a opinião expressada.

Nesta variável, os dados mostram que 69,9% dos comentários não apresentam justificção, sendo 30,1% os que a contém – cerca de 1/3. O restante expressa suas opiniões sem justificativa ou argumentos mais elaborados.

O Gráfico 7 compara o índice de racionalidade entre as diferentes temáticas de gênero já estudadas em Rizzotto e Belin (2019) e Rizzotto e Saraiva (2018).

GRÁFICO 7 – COMPARAÇÃO DOS DADOS DE RACIONALIDADE ENTRE CASO JOÃO DE DEUS, FEMINICÍDIO E DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

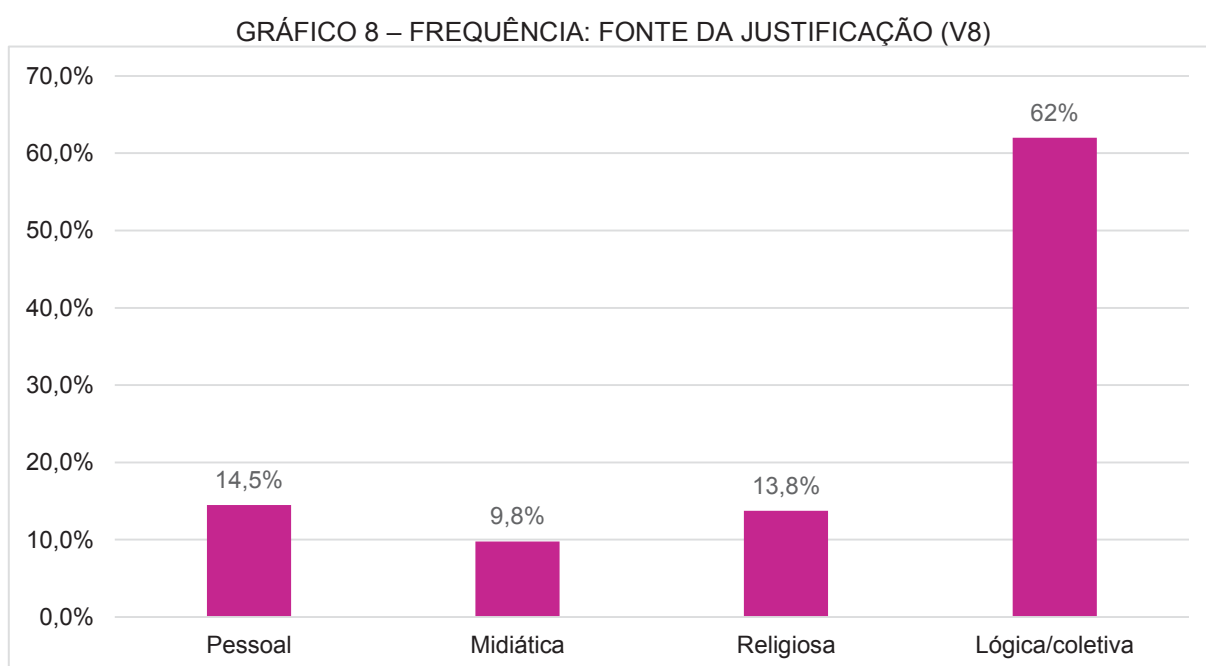


FONTE: SARAIVA (2020), RIZZOTTO, BELIN (2019) e RIZZOTTO, SARAIVA (2018).

Vemos aqui que a temática que mais apresentou justificativas foi a descriminalização do aborto. No artigo, separa-se esse índice entre os favoráveis e os desfavoráveis à descriminalização, com respectivamente 65,1% e 48,9%⁴⁹.

Já no feminicídio, esse índice cai para 43,6%. Por último, temos o caso João de Deus, com o menor dos resultados. Com base nessa comparação, podemos inferir que o grau de racionalidade obtido nesta pesquisa é baixo.

A V8 (Fonte da justificativa) mostra como as justificativas presentes foram fundamentadas (Gráfico 8):



FONTE: SARAIVA (2020).

Notamos que quase dois terços dos comentários que apresentam justificativa utilizam argumentos baseados em informações coletivas ou seguem uma sequência lógica – ou seja, utilizam uma lógica externa a si próprios. Em parte, infere-se que este alto número seja referente à natureza dos comentários oriundos das publicações de jornais: quem escreve se mune de informações presentes na própria notícia compartilhada na publicação, como o número de denúncias contra João de Deus ou outras informações referentes ao caso – mas sem citar uma fonte específica, dando a impressão de que essa informação já é comum ao debate.

⁴⁹ O que resulta na média de 57% apresentada no Gráfico 7.

No entanto, eles não se restringem a essa característica. Aqui também se concentram os comentários que contam com uma argumentação feminista, acionando uma espécie de consciência coletiva do movimento. Os argumentos não são uma mera opinião de quem fala; mas reflexões feitas pelo movimento que são acionadas como fatos.

Exemplo:

Bruno Mello é por causa de discursos como o seu que as mulheres se calam por anos e em alguns casos por uma vida inteira. Vivemos em uma sociedade machista e hipócrita e vc representa muito bem isso. Pra entender a dor do outro, é necessário um exercício de humildade pra se colocar no lugar dele! Pelo visto vc não tem o hábito de fazer isso. São mais de 300 mulheres denunciando!!!! O João que não é de Deus precisa sim passar pelo devido processo legal para ser condenado, mas daí vc vir questionar o tempo de demora que a pessoa que passou por um trauma desse expor a situação é demais.

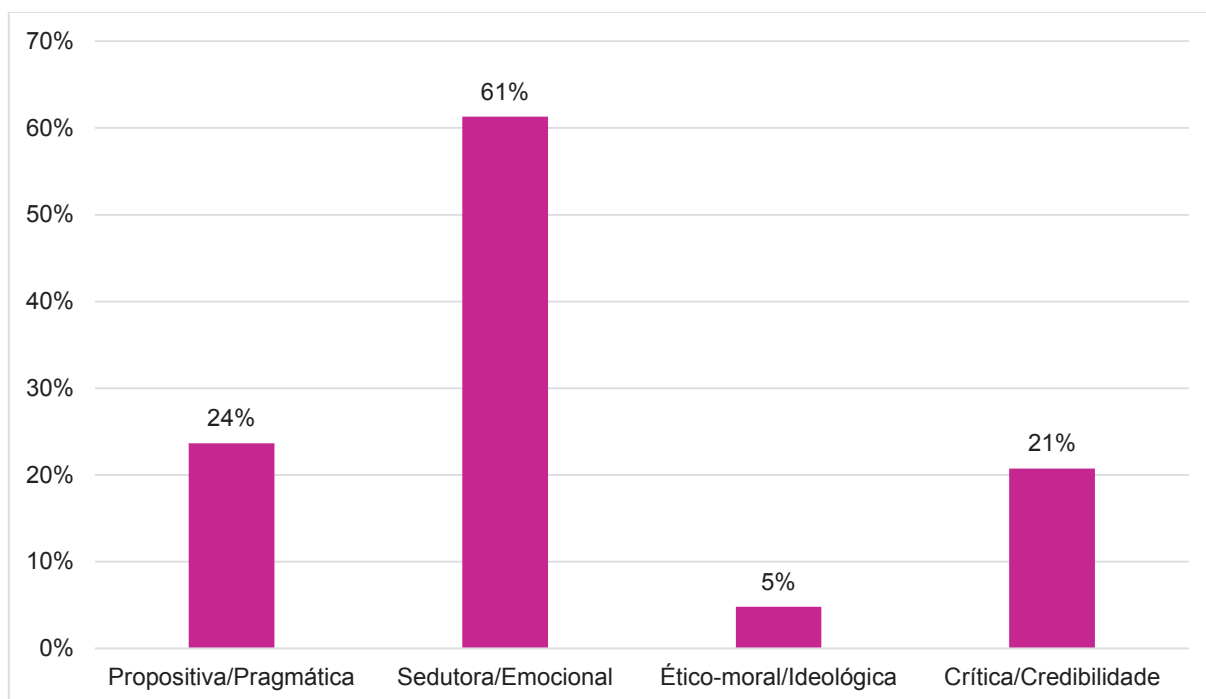
Com percentuais parecidos, as outras três categorias apresentam, em ordem decrescente, justificativas com opiniões pessoais, tais como achismos e senso comum (14,5%); de ordem religiosa, que citam argumentos das próprias religiões, de figuras religiosas e/ou de livros sagrados (13,8%); ou ainda midiática (9,8), citando mídias externas diversas como notícias, livros e séries.

Por mais que o número de comentários com justificção seja baixo, de apenas um terço, vê-se que, quando há uma argumentação, ela tende a se mobilizar para acionar argumentos externos ao orador, elencando evidências que comprovam sua opinião – ou seja, que não tenham fundamentação em si mesmos.

Na V9 (Retórica), segundo Young (2001), buscamos o ato de se fazer escutar perante pessoas com objetivos, valores e interesses diferentes. Ela tem função de atrair e manter a atenção por meio de uma estilização de discurso, que “determina as formas e estilos de falar” (YOUNG, 2001, p. 382). Os resultados desta variável estão no Gráfico 9⁵⁰.

⁵⁰ Da mesma forma como na V6, este gráfico apresenta soma de mais de 100%, pois considera ao mesmo tempo a retórica primária e secundária.

GRÁFICO 9 – FREQUÊNCIA: RETÓRICA (V9)



FONTE: SARAIVA (2020).

Com 61%, a categoria sedutora/emocional foi a mais utilizada, seguida pela propositiva/pragmática (24%), crítica/credibilidade (21%) e ético-moral (5%).

Para entender os resultados, começemos, desta vez, pela categoria de menor expressividade. A categoria ético-moral teve um resultado pequeno (3%), uma vez que são raros os comentários que entram no mérito de discutir se o que João de Deus fez foi certo ou errado – o que está em debate é se as denúncias são verdadeiras ou falsas, mas já se parte de um pressuposto de que a atitude em si é errada.

Quando a retórica ético-moral aparece, ela costuma apresentar julgamentos ao João de Deus com relação à vulnerabilidade das vítimas, reforçando que o que ele fez era errado. Implicitamente, esse tipo de retórica acaba reforçando que o abuso sexual está frequentemente vinculado a uma desigualdade hierárquica, de poder. Dois exemplos:

A pessoal ta lá doente, algumas terminais. Um médium extremamente famoso passa a mão alegando tratamento... Vc questiona? Poucos devem questionar. Mts estão MAL de saúde. Estão na fé. E alguém se aproveita disso, desse estado fragilizado mental para abusar. Compaixão moça.

Por favor,tenham vergonha na cara.Uma criatura que se vale da vulnerabilidade de pessoas,por vezes desesperadas,em busca de cura ou conforto espiritual,para saciar sua perversão,não é defensável.E esse velho jargão arcaico de culpar as vítimas,então,é condenável.

Como vimos na variável de mapeamento, a larga maioria dos comentários já supõe que os abusos sexuais de fato aconteceram e que o acusado deve ser penalizado pelas suas atitudes. Por isso, a discussão se afasta da retórica ético-moral e toma três caminhos principais, divididos entre as três outras retóricas.

Em sua maioria, a retórica tende a ser mais persuasiva e apelativa. Ela se relaciona principalmente à indignação expressa nos comentários – os xingamentos, a incredulidade, a raiva. As emoções estão presentes de forma contundente, e levam a essa catarse coletiva na qual se revela um forte repúdio pelo acontecido, como nos exemplos a seguir:

Faz um milgre agora João do capeta.....vamos ver se vc é bom mesmo, tira vc dessa cretino...

Nojento, tomara q caia um raio em cima

A categoria propositiva/pragmática, por sua vez, liga-se à já mencionada parcela dos comentários que reivindica uma solução para o caso e, de forma prática, exige um resultado concreto, baseado na realidade, “pedindo justiça”. Além disso, também engloba a temática religiosa: uma vez que João de Deus não teve um caráter exemplar e digno ao papel de liderança que exercia, diversos comentários se dedicam a propor quais características deveriam compor uma figura mais próxima do ideal.

Se há denúncias, há provas! Onde tem fumaça tem fogo! Já devia ter prendido esse homem, pelo tanto de pessoas que denunciaram ele.

Podia ter a lei da castração química.. ou pena de morte.. para um lixo desse

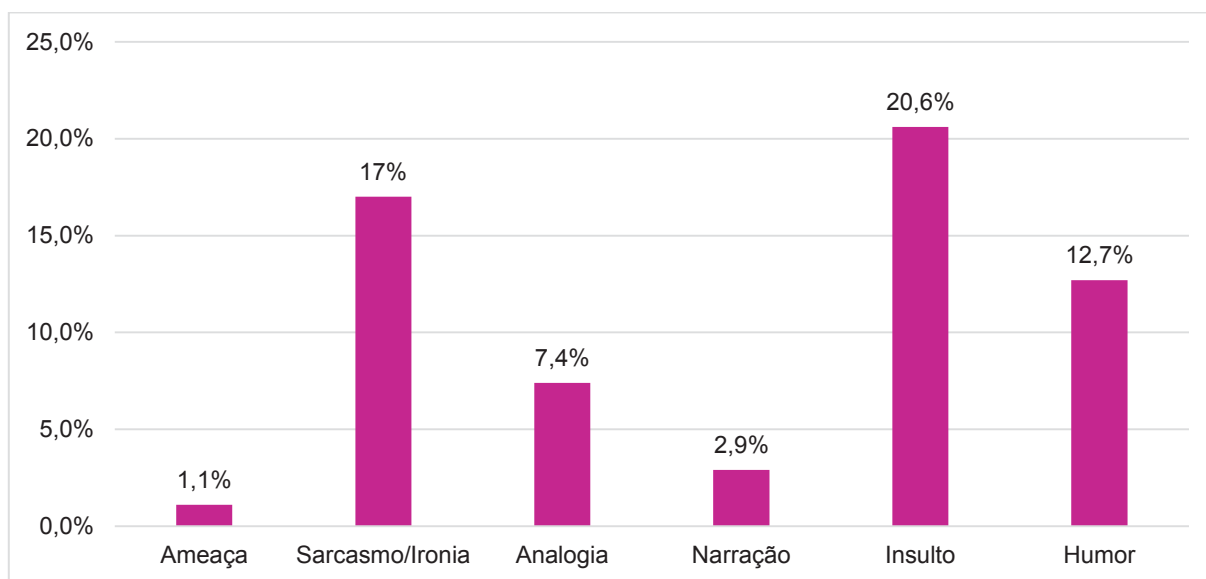
Por fim, a categoria crítica/credibilidade valida a parte dos comentários que cria um embate com outros interlocutores presentes na conversa, e engloba os diferentes antagonismos já identificados: questionamento *versus* defesa das vítimas; acusação *versus* defesa da religião; confronto *versus* defesa das feministas; petistas *versus* bolsonaristas.

Vc jura né? Acredita mesmo q tudo e política? Queria ver se tivesse alguém da sua família, ou do círculo de amigos que tivesse passado por uma situação dessas. Tá na hora de parar cara...o PT perdeu e o mundo não é só sobre isso. Evolua 🗨

Diferente de você, eu ã sou fã de alguém. É micão sim! Tem um explorador de mulheres na notícia porém o que importa para o fã e falar e defender seu ídolo, deixando de lado algo que é MUITO MAIS RELEVANTE nesse momento. Micão sim, pq temos um problema de proporção muito maior e vc, egoísta e fã, coloca a imagem do seu ídolo como um ponto importante como se alguém - que pensa no próximo - se importasse com isso. Mícao sim.

Chegamos, então, à última variável. A V10 (Recursos argumentativos) mostra qual o percentual dos comentários que utilizaram ameaça, sarcasmo/ironia, analogia, narração, insulto ou humor enquanto recursos argumentativos⁵¹ (Gráfico 10).

GRÁFICO 10 – FREQUÊNCIA: RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10)



FONTE: SARAIVA (2020).

O recurso mais utilizado é o insulto (20,6%), o que confirma a tendência já demonstrada anteriormente de que uma cota considerável do debate não é cordial e faz uso de estratégias violentas para opinar. Os insultos identificados se dirigiam tanto a grupos específicos e personas do debate – como visto na categoria da retórica crítica – como ao próprio acusado – visto no mapeamento através da categoria de

⁵¹ Reiteramos que cada um dos recursos foi codificado de forma binária: presente ou ausente. Assim, o Gráfico 7 mostra a proporção de presença destas estratégias no corpus.

condenação de João de Deus. Em contrapartida, essa violência dificilmente chega à ameaça – um recurso pouco utilizado (1,1%).

O sarcasmo e a ironia também são bastante utilizados (17%), bem como a categoria de humor (12,7%). Junto da ameaça, a narração também é pouco acionada (2,9%). Vamos nos aprofundar em como esses recursos aparecem mais à frente, partindo do seu uso em diferentes posicionamentos.

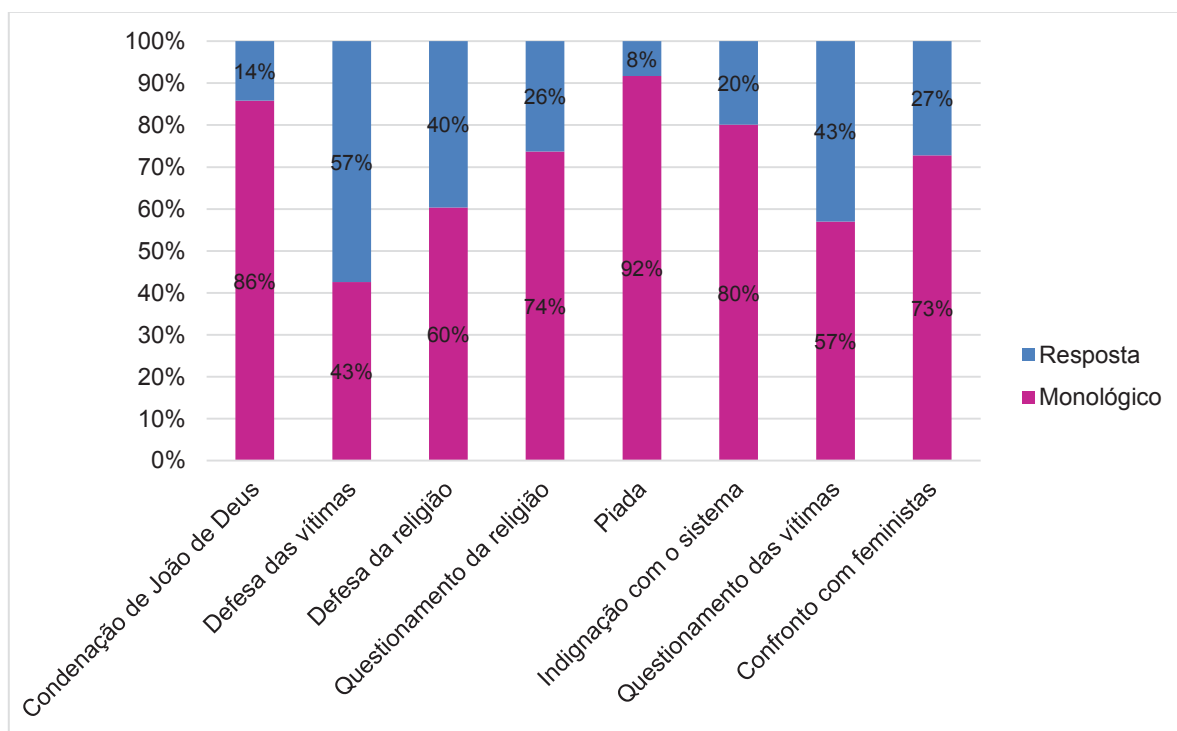
Como explicamos no início deste capítulo, a ideia da primeira parte da análise foi apresentar a frequência dos dados obtidos pela codificação dos comentários e criar um panorama da subdivisão temática existente nas conversações sobre o caso João de Deus. Agora, damos um passo à frente em busca de responder à pergunta desta pesquisa. Para isso, realizaremos alguns cruzamentos entre variáveis, mostrando correlações que ajudam a esclarecer as diferenças argumentativas entre os grupos participantes do debate, e nos aprofundando na temática de gênero.

5.2 APROFUNDANDO O DEBATE: CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS

O primeiro cruzamento de variáveis com resultados significativos é o que mostra os percentuais de turno da fala (monológicos ou dialógicos) segundo o posicionamento do comentário⁵².

⁵² Para todos os cruzamentos a seguir, levamos em consideração os dois mapeamentos possíveis de cada um dos comentários. Assim, o dado cruzado em questão pode aparecer em mais de uma categoria de mapeamento ao mesmo tempo. Um exemplo: se um comentário que condena João de Deus e defende as vítimas é monológico, esse comentário será contabilizado como monológico em cada uma dessas duas categorias. Dessa maneira, podemos verificar os cruzamentos em sua totalidade, e não apenas a partir de uma das categorias temáticas.

GRÁFICO 11 – MAPEAMENTO (V6) X TURNO DE FALA (V3)



FONTE: SARAIVA (2020).

Em sete das oito categorias, o turno de fala predominante é o monológico. As categorias que detém maior percentual de monólogos são as piadas com o caso, com 92%; a condenação de João de Deus, com 86%; e a indignação com o sistema, com 80% – índices que demonstram que os oradores estão mais propensos a meramente expor sua opinião do que a participar de uma discussão – uma lógica coerente com a natureza de tais categorias de comentários, como já apresentado. As piadas com o caso, por exemplo, mesmo que integrem uma categoria com número expressivo (15,3%), não têm tanto impacto para a evolução do debate com seus 8% de índice de resposta.

No entanto, o dado que mais chama a atenção neste cruzamento é o percentual de respostas na categoria de defesa das vítimas: 57%. Mais da metade deles se dedicam a replicar o comentário de um terceiro ao defender as vítimas ou o ponto de vista feminista.

Como escreve Stromer-Galley (2007, p. 12), um engajamento genuíno é demarcado por participantes que falam uns com os outros. No ambiente online, isso acontece principalmente quando uma resposta acrescenta informações àquilo que já foi dito.

A defesa, em maioria, surge como reação, e numericamente supera os comentários de posicionamento oposto: afinal, retomando os dados da V6, 16,9% defendem as vítimas enquanto 5,12% as questionam. Dentro desse panorama, interpreta-se que os favoráveis às vítimas são mais propensos ao engajamento – sejam suas respostas dirigidas a grupos de opinião similar ou divergente.

Em contrapartida, o percentual de respostas na categoria questionamento das vítimas é o segundo maior: com 43%, esses comentários também demonstram um alto grau de engajamento. Com essa dupla disponibilidade para interações, é possível deduzir que estes grupos dialoguem entre si a respeito do tópico sobre o qual primordialmente discordam: seu posicionamento com relação aos depoimentos das vítimas⁵³.

A defesa da religião também utiliza uma lógica responsiva: embora o percentual seja menor – 40% deles são dialógicos, ainda assim é um número significativo de opiniões que vieram em resposta de outra. Já a contrapartida não é verdadeira: apenas ¼ dos comentários que questionam a religião são dialógicos. Neste ponto, vemos que quem defende a religião está muito mais propenso a se engajar na discussão do que quem a ataca.

A partir destes dois exemplos, inferimos que as acusações são primordialmente mais impetuosas e menos recíprocas: vide condenação de João de Deus (86% monológica), indignação com o sistema (80%), questionamento da religião (74%) e confronto com feministas (73%). As defesas, por sua vez, tendem a ser mais responsivas. Essa é uma característica que pode ser inerente a este tipo de comentário, se pensarmos que só há uma defesa se antes houver uma acusação. Mesmo assim, veremos que o conteúdo apresentado por cada um corrobora para confirmar essa hipótese: a de que a defesa é mais engajada e mais argumentativa do que os questionamentos, acusações ou ataques.

Passamos então ao segundo cruzamento: mapeamento x forma (Tabela 2), que ajuda a aprofundar os dados vistos nessa primeira intersecção. Como falamos, a declaração/afirmação mostra que o comentário não traz uma contra-argumentação e não demonstra uma interação com o outro em seu conteúdo; ao contrário das

⁵³ Embora a pesquisa não avalie com quem se fala, a V5.2 analisa, nos comentários que estabelecem conflito, contra quem esse conflito está estabelecido – o que ajuda a confirmar esse dado, como veremos a seguir.

categorias ponto de vista oposto, esclarecimento e questionamento, que se munem do que já foi dito para avançar na conversa.

TABELA 2 – MAPEAMENTO (V6) X FORMA (V5)

Tabulação cruzada Posicionamento do comentário * Qual a forma?

								Total
	Declaração/ afirmação	Ponto de vista oposto	Esclareci- mento	Questiona- mento	Proposição de solução	Chamada para ação	Estabeleci- mento de conflito	
Condenação de João de Deus	70%	1%	1%	4%	16%	0%	8%	100%
Defesa das vítimas	46%	9%	10%	6%	3%	1%	25%	100%
Defesa da religião	76%	13%	5%	2%	2%	1%	1%	100%
Questionam ento da religião	66%	5%	1%	7%	4%	0%	17%	100%
Piada	91%	0%	0%	3%	1%	0%	5%	100%
Questionam ento do sistema	72%	2%	3%	10%	5%	0%	8%	100%
Questionam ento das vítimas	50%	9%	4%	31%	1%	0%	5%	100%
Confronto com feministas	2%	1%	0%	2%	0%	0%	95%	100%

FONTE: SARAIVA (2020).

As categorias que mais utilizaram a declaração são piada (91%), defesa da religião (76%), indignação com o sistema (72%) e condenação de João de Deus (70%). Com exceção da defesa da religião, o dado endossa o que já foi visto: essas categorias têm em sua maioria comentários que “nascem e morrem” em si mesmos, expressando a opinião de um indivíduo sem se engajar nem provocar o engajamento de outros sobre o mesmo tema.

Já a defesa da religião, que tinha se apresentado como altamente dialógica, mostra que, apesar de falar com outros membros do debate, tende a não contra-argumentar. Mesmo assim, é a categoria que mais apresenta ponto de vista oposto, com 13%, somados a 5% de esclarecimento e 2% de questionamento. Aqui vemos uma dualidade: a maioria dos comentários não articula outros argumentos, mas parte deles o faz de maneira bem ponderada.

Com índices menores de declaração, as categorias de defesa (46%) e de questionamento das vítimas (50%) demonstram, mais uma vez, características que dialogam entre si. Primeiro, além da similaridade no índice de declaração, ambas apresentam 9% de comentários que elencam um ponto de vista oposto. Já outros índices mostram as diferenças cruciais entre si. A defesa tem 10% de esclarecimento, 6% de questionamento e 25% de conflito. Já o questionamento das vítimas apresenta, para os mesmos indicadores, índices de 4%, 31% e 5%, respectivamente.

Somado ao cruzamento anterior, que mostra a defesa mais dialógica que o questionamento das vítimas, interpretamos que os questionamentos tendem a iniciar discussões levantando dúvidas com relação às vítimas e argumentando de forma contrária, mas estão menos propensos ao diálogo.

O questionamento, para Stromer-Galley (2007, p. 12), é uma das maneiras pela qual se identifica engajamento real entre participantes, uma vez que perguntas instigam a interação porque convidam ao envolvimento com outras pessoas. No entanto, esse formato pode ter duas interpretações: pode tanto ser uma pergunta genuína quanto uma pergunta retórica. Esta subdivisão está abarcada nesta categoria: existe um percentual considerável que efetivamente faz perguntas; mas também o que duvida, o que induz a uma resposta.

A defesa das vítimas, por sua vez, parte em resposta aos questionamentos, replicando tanto de forma embativa como ponderada, através de contra-argumentos e esclarecimentos.

O embate é destaque na categoria de confronto com feministas, com 95% dos comentários. O dado confirma que esta é uma categoria muito homogênea e pouco variável entre si. O cruzamento da variável de mapeamento com o estabelecimento de conflito (Tabela 3) confirma as afirmações anteriores: em 96% dos casos, a categoria de confronto com feministas tem exatamente essa mesma função.

TABELA 3 – MAPEAMENTO (V6) X ESTABELECIMENTO DE CONFLITO (V5.2)

	Feministas	Questionadores das vítimas	Personagens do caso	Religiosos	Apoiadores do Bolsonaro	Apoiadores do PT	Mídia/impressão	Total
Condenação de João de Deus	4%	47%	22%	3%	3%	17%	4%	100%
Defesa das vítimas	1%	88%	6%	1%	2%	1%	1%	100%
Defesa da religião	0%	50%	25%	0%	25%	0%	0%	100%
Questionamento da religião	3%	8%	3%	83%	0%	0%	3%	100%
Piada	0%	6%	0%	6%	26%	58%	3%	100%
Indignação com o sistema	6%	3%	3%	0%	6%	13%	68%	100%
Questionamento das vítimas	70%	0%	20%	0%	0%	10%	0%	100%
Confronto com feministas	96%	0%	0%	0%	0%	2%	2%	100%

Fonte: SARAIVA (2020).

Já o conflito estabelecido pela defesa das vítimas é, em 88% dos casos, contra quem questiona as vítimas. Em contrapartida, 70% dos conflitos estabelecidos por este grupo é contrário às feministas. A informação comprova que ambos grupos dialogam entre si, mas isso também ocorre de maneira agressiva e combativa.

Outro dado interessante é que, na categoria de piadas com o caso, 58% dos conflitos é contra apoiadores do PT e 26% contra apoiadores do Bolsonaro. Isso mostra que o humor, nesse caso, está bastante atrelado à situação política do país através de figuras políticas em voga no noticiário naquele momento.

Relembramos que, para Dryzek (2007), o humor ajuda a criar uma perspectiva expandida sobre o tema em discussão. Neste ponto, podemos afirmar que a categoria de piadas realmente cumpre um papel de retomar o contexto político ampliado no qual o caso se insere – e que se relaciona em grande parte às eleições presidenciais

recém-concluídas em 2018 e a temas em voga no noticiário da época, como a prisão de Lula, a extradição de Cesare Battisti⁵⁴ e o caso Fabrício Queiroz⁵⁵.

A indignação com o sistema, por sua vez, traz 68% de conflito contra a mídia e a imprensa, demonstrando incredulidade e falta de confiança na área.

Resumindo os principais achados até aqui, vimos que:

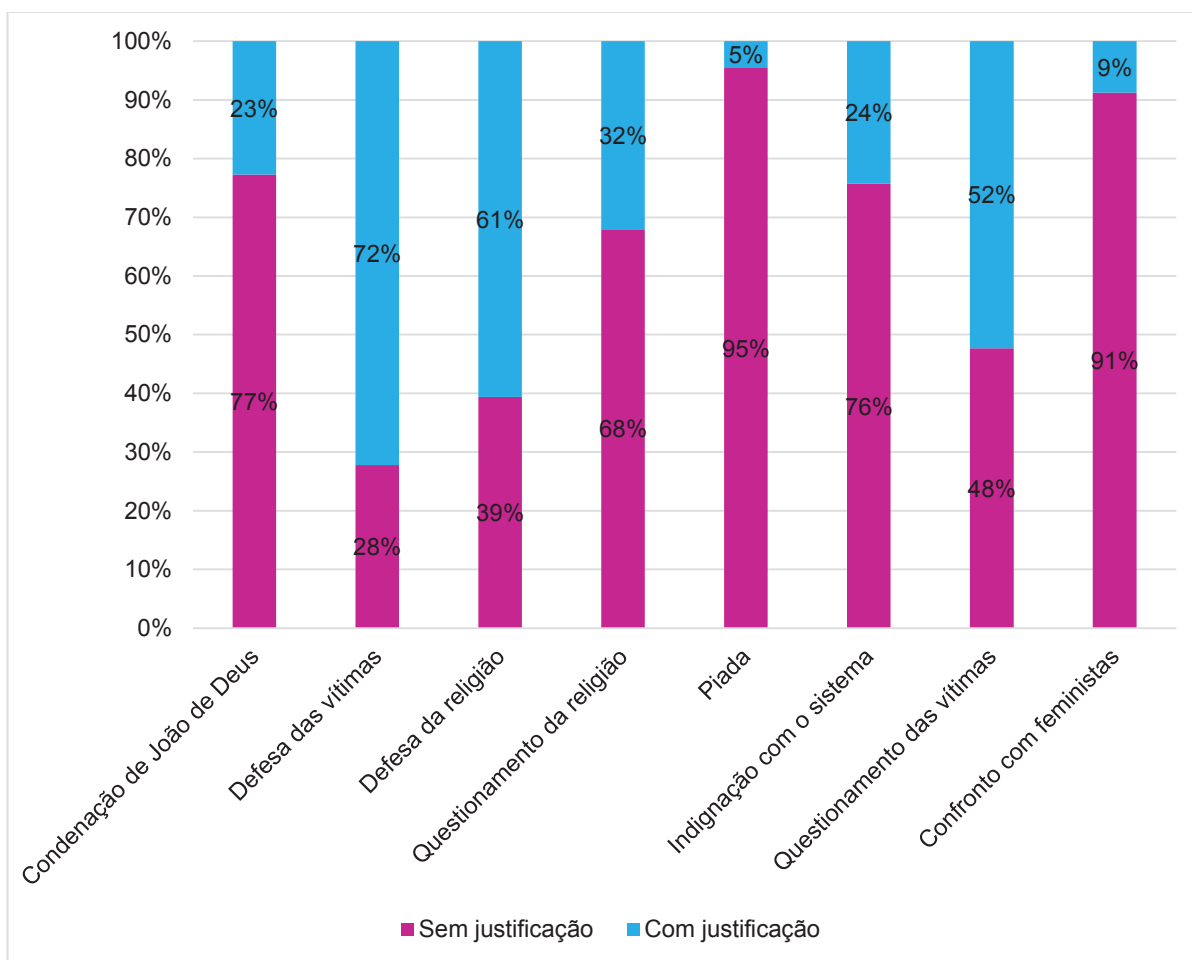
- a) As categorias de condenação de João de Deus, piadas com o caso e indignação com o sistema são preponderantemente monológicas, falam entre si, não apresentam grande reciprocidade ou engajamento. Por concentrarem um grande número de comentários, são eles os que mais aparecem nas conversações, frequentemente se repetindo ao longo das publicações;
- b) Defesa e questionamento das vítimas apresentam grande reciprocidade entre si, por um lado argumentando, por outro estabelecendo conflito; e a defesa aparece enquanto reação ao ataque, demonstrando estar mais propensa ao diálogo do que o outro lado;
- c) Questionamento da religião é mais monológico, enquanto a defesa da religião é mais dialógica, mas com características mais híbridas: são duas categorias que falham em estabelecer diálogo entre si, e acabam apresentando opiniões que não geram engajamento;
- d) O confronto com feministas é uma categoria que se difere das demais em sua natureza, estabelecendo um conflito à parte, desagregado do debate e sem engajamento nem reciprocidade com outras partes.

No próximo cruzamento (Gráfico 12), vemos como a racionalidade está presente em cada categoria.

⁵⁴ Ver mais em: Cesare Battisti: a história do italiano preso na Bolívia. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/18/caso-fabricio-queiroz-o-que-e-cronologia-dos-fatos-personagens.ghtml>. Acesso em 15 de março de 2020.

⁵⁵ Ver mais em: Caso Fabrício Queiroz: o que é, cronologia dos fatos, personagens. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/18/caso-fabricio-queiroz-o-que-e-cronologia-dos-fatos-personagens.ghtml>. Acesso em 15 de março de 2020.

GRÁFICO 12 – MAPEAMENTO (V6) X RACIONALIDADE (V7)

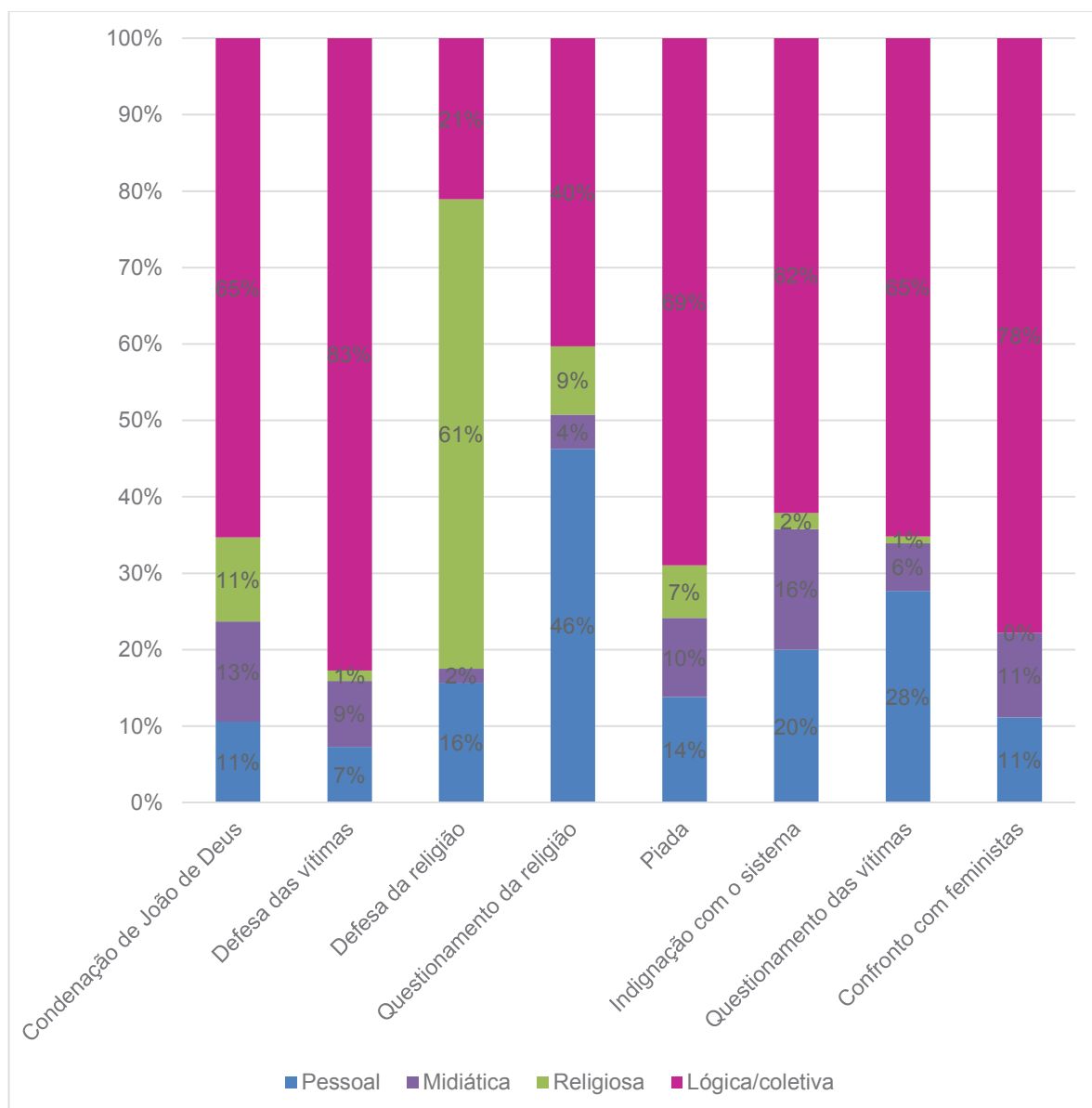


FONTE: SARAIVA (2020).

Os dados apenas reforçam o que foi apresentado anteriormente, e por isso seremos breves. A categoria que mais apresentou justificativas foi a defesa das vítimas (72%), seguida por defesa da religião (62%) e por questionamento das vítimas (52%). Daqui, extraímos a interpretação de que essas são as principais categorias que favorecem a existência de um debate, munindo a conversa de argumentos que embasam as opiniões dos oradores.

Esse resultado é intrínseco ao cruzamento entre mapeamento e fonte da justificativa (Gráfico 13), no qual se vê que tipo de argumentação foi mais utilizada por cada grupo presente no debate. Segundo Marques (2011, p. 21), “os pontos de vista devem ser construídos sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados”.

GRÁFICO 13 – MAPEAMENTO (V6) X FONTE DA JUSTIFICATIVA (V8)



FONTE: SARAIVA (2020).

No geral, o que vemos é que todos os grupos tendem a usar argumentos lógicos ou informações que estão em uma consciência coletiva geral da conversa. A única destoante é a defesa da religião, que naturalmente justifica suas visões com embasamentos religiosos (61%), e o questionamento da religião, que usa um tom mais pessoal (46%).

Outro dado que merece destaque é que 83% da defesa das vítimas utiliza uma argumentação lógica/coletiva. Isso demonstra a força dos argumentos feministas no debate: seja utilizando dados disponíveis a respeito do caso ou com uma racionalidade comum ao grupo – da qual a lógica e a argumentação feministas

também fazem parte –, fato é que esses oradores tendem a não basear suas opiniões nos seus próprios “achismos”, eles acessam essa consciência coletiva do grupo para justificar seu posicionamento, apresentando evidências concretas que o validam.

Também vale notar que os dois maiores graus de argumentação pessoal estão nos dois grupos de questionamento: contra a religião (46%) e contra as vítimas (28%). Portanto, esses são grupos que lançam mão de seus próprios pontos de vista para justificar suas opiniões, o que enfraquece a argumentação, uma vez que não há nenhum embasamento externo como evidência. Se, de um lado, a defesa das vítimas usa a lógica coletiva para articular esse posicionamento, do outro, o questionamento parte do senso comum.

Outro dado curioso é que a categoria de indignação com o sistema, embora estabeleça conflito com a imprensa de forma notória, é a que mais se vale de justificativas midiáticas, com 16%. Neste caso, a mídia tanto é acionada como prova para a opinião contra o sistema como é utilizada para ser questionada e confrontada. Os dois exemplos abaixo mostram como isso acontece:

João de Deus e o filho do Bolsonaro nos ensinando o que é COAF
<https://oglobo.globo.com/sociedade/joao-de-deus-saques-de-35-milhoes-sao-rastreados-pelo-coaf-23309461>

Como João de Deus conseguiu retirar R\$ 35 milhões de contas bancárias após denúncia? Isto é Brasil 16:38 Nenhum comentário: O Globo informa que o médium João de Deus conseguiu retirar cerca de cerca de R\$ 35 milhões de contas bancárias em seu nome logo após o surgimento das primeiras denúncias contra ele sobre abuso sexual. Segundo a publicação, ""investigadores identificaram movimentações recentes nas contas bancárias em nome dele. Segundo estes investigadores, na quarta-feira passada, dia 12, quando as primeiras denúncias de abuso sexual já eram conhecidas, foram retirados cerca de R\$ 35 milhões de contas bancárias em nome de João de Deus"" A matéria informa ainda que ""A descoberta destas operações fez com que a Polícia de Goiás e o Ministério Público do estado acelerassem o processo para pedir a prisão do médium. O dinheiro foi retirado de aplicações que João de Deus tem em instituições bancárias"". Após a graves denúncias confirmadas por mais de 300 vítimas de abusos sexuais relatadas no Brasil e em outros seis países do mundo, o médium teve a tranquilidade para percorrer bancos, sacar quantias milionárias e se esconder. Para os intrépidos agentes do MP e autoridades policiais, João de Deus já é oficialmente considerado foragido da Justiça. Parece absurdo? Sim, mas isto é Brasil, um país onde a decretação da prisão de um terrorista vira notícia no Jornal Nacional antes das autoridades colocarem a mão no criminoso. Cesare Battisti também está foragido.

Seguimos para o último gráfico a ser analisado: a presença dos recursos argumentativos por grupo mapeado. A Tabela 4 mostra a presença de cada um dos

seis recursos analisados – ameaça, sarcasmo/ironia, analogia, narração, humor, insulto – por categoria de mapeamento.

TABELA 4 – MAPEAMENTO (V6) X RECURSOS ARGUMENTATIVOS (V10)

	Ameaça	Sarcasmo/ironia	Analogia	Narração	Humor	Insulto
Condenação de João de Deus	1,8%	15,0%	5,8%	1,9%	5,3%	33,6%
Defesa das vítimas/feminista	0,1%	17,9%	6,4%	3,4%	0,6%	10,8%
Defesa da religião	0,5%	3,5%	9,2%	11,7%	1,1%	8,4%
Questionamento da religião	0,0%	12,0%	15,8%	3,8%	4,3%	10,0%
Piada	0,3%	32,3%	10,8%	0,8%	79,6%	3,3%
Indignação com o sistema	0,0%	18,9%	11,0%	1,0%	5,6%	7,4%
Questionamento das vítimas	0,5%	12,6%	4,7%	10,3%	5,1%	7,5%
Confronto com feministas	1,0%	74,8%	7,8%	1,0%	0,0%	20,4%

FONTE: SARAIVA (2020).

A ameaça é pouco presente e aparece com pequenas porcentagens na condenação de João de Deus e no confronto com feministas. É uma marca de violência bem forte e direcionada a grupos ou sujeitos, o que explica a presença especificamente nestas duas categorias.

Na condenação de João de Deus, a ameaça é voltada diretamente a ele:

Nojento, se te encontro na rua acabo cntg, filho da pluta

CANALHA FILHO DA PUTA /VAI PEGAR A LEI DO BOLSONARO

No confronto, é direcionado às feministas (grupo que, conforme explicamos, aparece vinculado às atrizes da Rede Globo):

ONDE ESTÃO TODAS AS GLOBAIS.... todas que compactuaram com o caPTa e buscam no ocultismo diabólico respostas às suas INSANIDADES... tudo em busca da fama e da aceitação pelo lixo espetaculoso do DIABO GLOBOSTA. Vão queimar no INFERNO !

A categoria de sarcasmo e ironia é bem presente entre todos os cruzamentos. Com exceção de seus extremos – 3,5% para defesa da religião, 74,8% para confronto com feministas e 32,3% para piada (índice já esperado, assim como o humor, pela natureza da categoria de mapeamento) – a média das outras categorias é mais equilibrada, e vai de 12% a 18,9%.

Novamente, o destaque vai para o confronto com feministas, que utiliza tal recurso em 2/3 dos seus comentários, e cria, assim, a principal tônica da categoria. Um exemplo:

Onde estão as feminazis globais de sovaco peludo pra protestar contra este canalha.? Puts esqueci que as feminazis da globo consideram o médium estrupador como guru espiritual.

Outro exemplo em que o sarcasmo é bem presente é na categoria de piadas, na qual aparece enquanto uma alternativa ao humor e está presente em 1/3 dos comentários.

O Brasil tá mal mesmo .. a alma mais honesta do mundo tá presa por roubo e o João de Deus tá mais perto do inferno do que do céu.

O humor aparece como relevante apenas na categoria de piadas, presente em 79,6% dos comentários, e representando menos de 10% nas outras categorias. Como vimos, um dos principais méritos desse tipo de comentário no debate é atrelar um contexto mais amplo ao tópico que está sendo discutido – o que de um lado é positivo pois denota o contexto político do país, mas, de outro, pode fazer com que a discussão enverede para outras discussões distantes do assunto principal. Isso se observa em uma das piadas mais comuns na análise, que faz analogia à eleição de Jair Bolsonaro como presidente no final de 2018:

Quanta gente decepcionada descobrindo que o João não era de ""Deus""... Imagina quando descobrirem que o Jair não é o ""MESSIAS""!!!

A analogia, por sua vez, foi mais observada nas categorias relacionadas à religião, sendo 9,2% na defesa e 15,8% no questionamento.

Na defesa, como apontamos no mapeamento, a analogia está relacionada principalmente à desvinculação da figura de João de Deus enquanto exemplo para a

religião. Por isso, o recurso está em grande parte associado à comparação do acusado com outras figuras mais “exemplares”:

Mediunidade e uma faculdade do ser humano todos somos médiuns medium ESPIRITA é outra coisa exemplo Chico Xavier Divaldo Franco pesquise antes de falar do que não conhecem charlatões igual a este tem aos montes.

Da mesma maneira, o questionamento também utiliza exemplos da própria religião para acusá-la de ser nociva à sociedade.

Carla Valéria pastores, padres, pais de santo...pessoas..tb abusam, estupram, mentem, roubam.. Religião é a melhor mentira inventada para manipular pessoas

Mesmo com parcelas pequenas, a analogia é um recurso interessante quando cruzada com a defesa (6,4%) e o questionamento das vítimas (4,7%). No debate sobre gênero, é através da analogia que muitos sujeitos vão dar sustentação à argumentação e à justificação apresentada. Dois comentários sobre a defesa das vítimas servem de exemplo:

Lendo as notícias veiculadas pela mídia a respeito do tal ""João de Deus"" (que por sinal precisa de outro nome) não pude deixar de lembrar do documentário da Netflix chamado THE KIPPERS. O documentário relata o drama vivido por centenas de mulheres no ano de 1930 numa escola religiosa dos EUA. Não é uma crítica a igreja católica de forma alguma, até por que qualquer pessoa religiosa ou não pode cometer crimes contra o próximo. The Kippers serve de exemplo para quem não compreende o motivo das mulheres terem demorado mais de quarenta anos para denunciar os abusadores, que eram padres e até mesmo policiais da cidade. É muito difícil denunciar alguém que é respeitado e/ou idolatrado dentro da comunidade. Essas mulheres sofreram abusos psicológicos por anos, não foram só abusos sexuais. Elas ouviam dos padres que elas não iriam para o reino do Céu se não obedecessem eles. Os padres também diziam que sabiam onde as famílias delas moravam... A irmã Katty era professora na escola e quando descobriu o que estava acontecendo foi morta brutalmente e seu corpo foi descartado perto de um lixão. Não deve ser fácil passar por tudo isso e ainda ter coragem para denunciar, já que os abusadores não tem dó de ameaçar ou tirar a vida dessas pessoas. Fugir nem sempre é uma saída pra quem sofre abuso. Quem passa por isso precisa de ajuda para superar, para ter coragem de denunciar pois sozinha é mais difícil, e julgar não é uma opção para você. Guarde seu julgamento pra você. Ajudar é o caminho. No documentário THE KIPPERS, as mulheres denunciaram em 1970 os abusos... Muitas nem puderam denunciar pois já haviam falecido.. afinal passaram 40 anos... Não consigo imaginar a dor e o medo das vítimas de abuso. Assista o documentário, é muito bom apesar de triste, a gente aprende a compreender mais o outro ao invés de julgar.

Antonio Melo, leia sobre o caso Roger Abdelmassih. Era um médico altamente renomado e fazia a mesma coisa. Não sei se vc lembra desse caso nos jornais, se não lembra, leia sobre. Era um médico que trabalhava com fertilização, prometia filhos pra quem sonhava em ser mãe. Abusava das pacientes, muitas vezes elas estavam meio dopadas por conta dos procedimentos. Abusou de funcionárias. Inclusive, a globo fez uma série contandk a história de algumas dessas mulheres. (Muito pesada pra assistir pra quem já passou por isso). A série se chama ASSÉDIO e te indico a assistir. Quando as vítimas o denunciaram, várias pessoas agiram como vc agora, falaram que eram mentira... Queriam se aproveitar da posição do médico. Foram tantas vítimas... Tantas.... Que no fim foi comprovado que ele era um estuprador sim. O triste fato é que depois da polícia procurar ele por anos, pois ele havia fugido pra outro país, quando o encontrou o deixaram cumprir pena em domicílio. Fazer o que né? Enfim... Eu já fui abusada, guardei isso comigo por uns 6 anos e quando contei apareceu pessoas como vc dizendo que eu estava mentido, mas a maior decepção foi ver que essas pessoas eram meus pais e eles preferiram fingir que era mentira por medo de exposição :3

Em ambos casos, a analogia é feita com base em outros casos de assédio já investigados (sendo um deles o de Roger Abdelmassih, uma das analogias mais presentes nessa categoria), e servem de exemplo principalmente para mostrar aos interlocutores que seu questionamento a respeito das vítimas está equivocado pela similaridade com o caso João de Deus. Mesmo que cada caso tenha suas particularidades, esse *background* em comum explicita como o assédio sexual é um problema estrutural, repetindo-se em diferentes épocas e países.

Além do mais, são comentários que também se destacam pela combinação de diversos elementos positivos e exemplares elencados pela literatura da perspectiva ampliada da deliberação: respeito, reciprocidade e racionalidade, por exemplo.

Já a analogia aparece no questionamento das vítimas em situações hipotéticas de como as vítimas deveriam ter reagido ao assédio segundo a opinião dos comentaristas. São opiniões que não encontram um embasamento factual, mas puramente hipotético:

Daniela Margarido Agora imagina, uma pessoa na hora que estivesse sendo abusada, tivesse reagido, e dado um cacete nesse cara, a reação dos presentes ali, ia ser diferentes, tudo bem que alguns ainda iam achar, que era um Surto Psicótico, mais vc pode ter certeza, que já iam a começar, a ver as coisas um pouco diferentes, diante da reação dessa pessoa. Certo?

Mas elas são burras ,eu não sou chegada a esse tipo de coisa mas penso eu não existe isso um bicheiro me mande faz esse tipo de coisa só se tiver topada .mas eu não entendo se passaram esse tempo todo só agora que veio o escândalo.

Tais exemplos são interessantes pois denotam como esse recurso é apropriado de maneira bem específica por cada um dos grupos, mostrando os tipos de argumentação comuns a eles e como eles dialogam entre si: o questionamento levantando pontos hipotéticos e a defesa empregando exemplos concretos para provar o contrário.

A narração foi o segundo recurso menos utilizado pelos oradores, aparecendo principalmente na defesa da religião (11,7%) e no questionamento das vítimas (10,3%), da mesma forma como a analogia. Dessa vez, ambos exemplificam suas opiniões a favor ou contrárias à religião a partir de experiências próprias, positivas e negativas:

TENHO 71 ANOS E SEMPRE FUI CATÓLICO E CONTINUAREI SENDO ATÉ O FIM DA MINHA VIDA! CLARO HOVE ESCÂNDALOS SIM COMETIDOS POR PADRES, BISPOS E ETC. TAMBÉM EXISTE EM OUTRAS RELIGIÕES, TODO MUNDO SABE DISTO! PENSO: É UMA MINORIA INSIGNIFICANTE QUE ULTRAPASSAOS LIMITES. NÃO CONDENO ÀS INSTITUIÇÕES JAMAIS, ACREDITO NAS RELIGIÕES SÉRIAS ELAS EXISTEM! NÃO VOU GENERELIZAR CULPANDO TODAS ELAS, PRINCIPALMENTE ÀS ESPÍRITAS QUE ESTÁ PASSANDO ESTE MOMENTO TERRÍVEL! SE ELE FOR ACULPADO QUE A JUSTICA CONDENE , EU DISSE" ELE" NÃO À INSTITUIÇÃO ESPIRITA!!

Eu sempre digo , religião que rola dinheiro , para mim deixou de ser religião , é comércio é meio de vida , eu não dou dinheiro em igreja e se passar aquelas cestas ou sacolas pedindo , eu sou adepta do quem tem põe quem não tem tira , eu tiro . Acho o maior absurdo um padre cobrar 100,00 para fazer uma oração em um cemitério na hora do enterro , uma coisa que todo mundo sabe fazer , que é rezar , me poupe , sendo um parente meu eu não pago . No centro espírita eles vendem livros , lanches , sopas , aí tudo bem compra quem quer ninguém é obrigado , é um meio de arrecadar dinheiro para manter o centro , mas é tudo baratinho .

No entanto, também aqui vale se aprofundar na narração enquanto estratégia presente no debate de gênero. Alguns comentários trazem histórias de pessoas que também buscaram a cura através de João de Deus, mas que tiveram experiências positivas ou “normais”. Mesmo com a narrativa que poderia ser usada como exemplo para questionar os assédios, as pessoas demonstram empatia pelas vítimas e afirmam que o réu precisa enfrentar as consequências dos atos.

Conheci o João de Deus em Cariacica -Espírito Santo . Através de um amigo que mora no Rio de Janeiro. Graças a Deus não passei por isso. Eu acho que se elas foram molestada tem todo direito de denunciar. Cabe agora a polícia, investigar. Seja verdade ou não, aos olhos de Deus nada fica impune.

É possível sim que td isso realmente tenha acontecido. Mas, qndo fui me trataram muito bem e qndo ele me atendeu tinha uma equipe com ele. Tem que averiguar e investigar sim. E se ele cometeu todos esses crimes ele é consciente da justiça dos homens e a justiça de Deus. " A colheita é certa

Me levaram quando eu era criança, tinha 8 anos, hj tenho 31. Não tinha lanchonete, davam lanche e sopa a noite. Dormitório e banheiro tudo gratuito. Mas vendo imagens e vídeos, tudo muito mudado. Ele não me operou de primeira, depois um conhecido levou novamente minha foto e ele marcou que operaria minhas pernas, mas minha doença é neuromuscular, minha mãe e avô acharam estranho e decidiram não me levar mais. Mas também acredito que o verdadeiro trabalho espírita é gratuito. Que isso tudo se esclareça e se faça a justiça dos homens aqui.

Da mesma maneira, há os comentários com narrativa que se utilizam da experiência positiva para questionar o depoimento das vítimas, dando a entender que, se nada aconteceu com o narrador, há algum motivo para que as experiências sejam divergentes.

Jorge Goulart para mim e minha familia tambem. Fui em abadiania e amei o lugar me senti no ceu . fomos muito bem atendidos e respeitados..ele nao me obrigou a comprar nrnhum remedio eu comprei porque quis ...meu amigo teve um alivio muito grande com o sofrimento do cancer e ele sempre falava continue indo ao medico. Quando o agradecemos ele disse foi Deus que te aliviou nao eu. Acho hipocrita eu falar coisas diferentes pra agradar a quem quer que seja... Minha familia e meus amigos que foram ..ficamos muito gratos. Inclusive meus amigos falaram com ele particurlamente e amaram o tratamento e a atencao. Ja ouvi que no que acharam tinha recibos de faculdades que ele pagava para algumas pessoas que precisavam Nso vejo nada de mais nisto E se pagou eles aceitaram ou rlas aceitaram por que??? Se vc esta sendo assediada e isto te insulta vc vai aceitar presentes???

Todos na região sabiam que ele abusava das mulheres! Quando estive em Abadiânia um amigo me falou que ele era conhecido na cidade como comedor de mulheres, no entanto isto não é nenhuma novidade para as pessoas de Goiás. As pessoas que eram abusadas e voltavam era porque gostaram da situação.

Eu não acredito! Essas bandidas estão de olho no dinheiro. Eu fui para Abadiânia algumas vezes, fui colocada como última da fila, entrei na tal salinha que é ABERTA, e a entidade que estava incorporada pediu para eu ficar sentada em um banco para ajudar na assistência espiritual . Ele não sabia , ninguém de lá sabia, mas tenho mediunidade de cura e em TODOS locais espirituais que vou sou chamada para doar ectoplasma.

Por fim, o insulto. Encarado aqui como um dos marcadores de desrespeito no debate, ele aparece com maior frequência nas categorias de condenação de João de Deus (33,6%), confronto com feministas (20,4%, com exemplos já observados em outros cruzamentos) e defesa das vítimas (10,8%).

Na condenação de João de Deus, o observado são insultos direcionados a ele e a figuras relativas à sua defesa na Justiça, como sua assessora e seu advogado.

Na defesa das vítimas, o insulto aparece não só voltado ao próprio João de Deus como também na fatia de comentários que estabelece conflito com os questionadores das vítimas. Neles, vemos que, mesmo com o tom violento, é comum que argumentos feministas integrem o texto – como a falta de sororidade ou a incredulidade das pessoas mesmo frente a tantas denúncias.

500 mulheres inventaram a mesma história!!! Denúncia até de 2008 com a mesma "forma de agir" e mesmo assim você acha que 500 mulheres estão mentindo e se promovendo em cima do que de pior uma mulher pode passar. Você é mesmo um babaca!!!

Uma mulher defendendo um safado! Queria ver se fosse com sua filha, sua sem noção, vá se informar. Por causa dessa falta de união entre o sexo feminino que ocorre tanta violência diariamente com mulheres. Sem noção.

Também é importante denotar que, embora em menor escala, vemos essa agressividade dirigida às próprias vítimas e aos seus defensores. Neste cruzamento específico, concentram-se grandes estereótipos de gênero: vítimas que “voltaram porque gostaram” e que “ficaram caladas por tanto tempo, por que estão denunciando só agora? ”.

Susana Oliveira tudo mentira, um bando de aproveitadoras biscates deram porque quiseram durante anos. Não existe isso tudo complô por algum motivo. Esse charlatão não teria nem tesão p tanto.

Pq não denunciaram antes ? Essa desgraça de país q hj em dia tudo é abuso ou assédio. ..muitas aí estão se passando por coitadinha. Mulheres Nutella q gosta de mimimi"

As mulheres que procura esse tipo de coisa é porque acham bom passar por isso, l ainda voltaram la varias vezes, São umas sem vergonha

Finalizamos, aqui, a apresentação dos cruzamentos. Entre os achados desta segunda parte, temos:

- a) A defesa das vítimas é propensa a argumentar com base em argumentos lógicos e coletivos, e se apropriando da narração e analogia para tal. É uma categoria que apresenta agressividade, a qual é dividida entre os insultos direcionados ao próprio João de Deus e aos questionadores das

vítimas. Mesmo assim, essa violência é uma agressividade mais ponderada se comparada aos questionadores das vítimas, que as insultam deliberadamente;

- b) Os questionadores de vítimas argumentam menos e insultam menos, mas usam mais a narração e os argumentos pessoais, o que denota que os questionamentos são pouco calcados em fatos concretos e mais em situações hipotéticas;
- c) Oscilando entre sarcasmo e humor, as piadas têm um fator político intrínseco, que acaba por explicitar o contexto no qual o caso está inserido;
- d) Defesa e questionamento da religião usam os mesmos artifícios para defender suas opiniões, fazendo um “cabo de guerra” em que experiências pessoais e analogias são usadas tanto para um como para outro – mostrando que a religião é um debate em potencial que não se concretiza nem avança.

Passemos, então, à parte final da análise, em que relacionaremos os resultados obtidos com as discussões teóricas apresentadas nos primeiros capítulos, para responder ao nosso problema de pesquisa.

5.3 CONCLUINDO O DEBATE

Para nos dirigir ao final desta pesquisa, voltemos à pergunta que a norteia: de que forma as demandas, características e estratégias do movimento feminista contemporâneo se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus?

O primeiro ponto a se pensar para guiar essa resposta é identificar de que forma os movimentos feministas estão presentes no debate. Podemos deduzir a presença de dois grupos relacionados à pauta: os declaradamente feministas e os simpatizantes.

Vale retomar, aqui, a pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), que aponta que, em 2010, 31% das mulheres brasileiras se identificam como feministas, e 39% dos homens eram pró-feministas. Além disso, 18% da população afirmou não saber o que era feminismo.

Assim, não podemos considerar que o cenário em que ocorrem as conversações cotidianas online sobre o caso João de Deus seja concretamente polarizado entre feministas e antifeministas. Muitos sujeitos não necessariamente contam com um conhecimento prévio a respeito do feminismo. A confusão e o desconhecimento da pauta podem estar presentes, bem como a presença de quem é militante da causa.

Dessa maneira, podemos deduzir que a presença do movimento feminista no debate acontece, primeiro, de forma mais clara e explícita entre os que já possuem essa consciência política e se consideram feministas, que declaradamente vão buscar sua argumentação na consciência coletiva comum entre o movimento. Em um segundo momento, existem aqueles que vão se solidarizar com a causa não por terem uma condição prévia de apoio à luta pelos direitos da mulher ou contra a violência de gênero, mas que, a partir da argumentação presente no debate, vão simpatizar com esse posicionamento.

Em contrapartida, o lado antagonista também funciona por essa lógica: ao mesmo tempo em que existe um grupo que já se posiciona enquanto antifeminista, há o que adere a esse lado por afinidade de pensamento.

O primeiro dado apresentado que desenha esse posicionamento nas conversações é a frequência das categorias do mapeamento. Como vimos, são três as categorias que tratam explicitamente de temáticas voltadas a gênero: defesa das vítimas (com frequência de 16,9%), questionamento das vítimas (5,12%) e confronto com feministas (2,46%). Ou seja: a defesa das vítimas é duas vezes mais volumosa que a somatória do ataque. De largada, o dado mostra que a potência da defesa é maior já em quantidade.

Do lado contrário ao feminismo, temos duas categorias. O confronto com feministas é o menos civilizado dos grupos, com altos níveis de agressividade e pouquíssima argumentação, reciprocidade ou interação. O que se observa é que existe uma “bagagem” preexistente de contexto político-social projetada nos comentários, sobre a qual não existe uma argumentação ou um desenvolvimento. O ataque é disparado, mas perde força por não ter um conteúdo que o sustente. O que se infere é que existe uma indignação prévia que criou este grupo de antifeministas presente no debate sobre o caso João de Deus não para falar sobre as denúncias de abuso sexual, mas para cobrar a presença das feministas (frequentemente projetadas enquanto atrizes da Rede Globo) e as acusar de uma suposta hipocrisia.

A própria relação que se faz entre feministas e atrizes da Globo já é um indício da reverberação da presença do movimento feminista online. Alguns dos nomes citados nos comentários são Camila Pitanga, Daniela Mercury e Bruna Marquezine – três artistas que publicamente se manifestaram contra o então candidato à presidência Jair Bolsonaro através da *hashtag* #EleNão⁵⁶. Além disso, Camila Pitanga foi uma das atrizes expoentes no engajamento das funcionárias da Rede Globo em defesa da figurinista Susllem Tonani, vítima de assédio pelo ator José Mayer. Ou seja: a menção às “atrizes da Globo” também significa, nesse contexto, uma referência à campanha “Mexeu com uma mexeu com todas” – frase frequentemente citada por quem combate as feministas. O movimento de defesa das funcionárias da emissora de televisão encontra reverberação nesse público, que as questiona pela defesa das vítimas de João de Deus.

Pode-se relacionar esse grupo de comentários com o movimento de *backlash* que apresentamos no capítulo teórico sobre feminismo: a popularização dos feminismos não se dá sem uma força antagonista também crescente, uma reação conservadora que, segundo Biroli (2018), luta contra as transformações dos papéis sociais, da conjugalidade e da sexualidade pelas quais a sociedade tem passado. Para ela, esses atores políticos conservadores atuam

para restringir a pluralidade dos arranjos familiares e pelo retorno a padrões sociais de controle que foram, em muitos sentidos, superados no cotidiano das pessoas e nos marcos legais adotados no ciclo democrático iniciado com a Constituição de 1988 e consolidados em vários aspectos no Código Civil de 2002, bem como em decisões posteriores da justiça brasileira e em compromissos internacionais assumidos pelo país. (BIROLI, 2018, p. 16)

Portanto, um primeiro “sintoma” da presença dos movimentos feministas já pode ser identificado justamente na categoria mais antagônica a ele: através do confronto, que acontece sem embasamento, interação ou contribuição para o debate acerca do caso João de Deus.

A outra categoria “antifeminista” é intrinsecamente diferente do confronto: é o questionamento das vítimas. Este, sim, é um grupo que efetivamente entra para o

⁵⁶ Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/camila-pitanga-leva-familia-para-manifestacao-elenao-no-rio-23113536.html>; <https://veja.abril.com.br/entretenimento/daniela-mercury-desafia-anitta-a-participar-do-elenao/>; <https://catracalivre.com.br/entretenimento/bruna-marquezine-se-manifesta-contrajair-bolsonaro-ele-nao/>. Acesso em 3 de março de 2020.

debate com argumentos e ponderações que intentam pôr em xeque os depoimentos das vítimas, procurando contradições em seu discurso e comportamento. E é justamente nesse tipo de questionamento que, como vimos através de exemplos, acontece a reprodução de diferentes estereótipos relacionados a gênero.

Segundo Biroli (2017), os estereótipos vão além de uma mera distorção e falsidade de interpretação, porque estão na base das representações da realidade internalizadas pelos indivíduos e orientam suas ações. Os estereótipos “são, eles mesmos, parte dos processos sociais de definição de papéis e reprodução dos valores. Os estereótipos participam da dinâmica social na qual se definem caráter, personalidade e disposições individuais” (BIROLI, 2017, p. 77).

Entre os equívocos reproduzidos por esses indivíduos estão a demanda de provas dos abusos sexuais, a desconfiança com relação ao depoimento das vítimas e o questionamento com relação ao comportamento diante da investida do abuso. Para Vigarello (1998, p. 48), essa suspeita sobre as vítimas “atravessa a história do estupro e é indissociável das representações das mulheres”. E esse tipo de argumentação apenas comprova um desconhecimento sobre o tema e uma reprodução desta forma de pensar contrária aos direitos das mulheres que é cada vez mais obsoleta.

Em sua tese de doutorado, Coulouris (2010) investiga por que existe tamanha desconfiança em relação ao depoimento das vítimas de estupro. Ela revela diversas inconsistências neste tipo de questionamento. Vamos elencar aqui alguns pontos que desconstruem esses argumentos.

Em um primeiro momento, as provas exigidas para comprovar a palavra da vítima são, por si só, ineficazes: o exame do corpo de delito, que “tem exatamente por função comprovar a prática de um ato sexual e as lesões físicas provocadas pelo agressor”, nada comprova, é ineficaz (COULOURIS, 2010, p. 18).

Em segundo lugar, a existência de uma obrigatoriedade de comprovação já corrobora com a desconfiança em relação às vítimas:

Essa obrigatoriedade [de comprovação da violência física], prevista na lei quando a mulher-vítima é considerada capaz de consentir em relações sexuais, parece uma necessidade tão lógica para a configuração de um crime e para a investigação da denúncia quanto a *desconfiança, sempre suposta, de que a denúncia da vítima pode ter sido elaborada com o objetivo de prejudicar propositalmente o acusado*. Essa questão demonstra que um julgamento de estupro é especialmente desfavorável às vítimas porque a doutrina, a jurisprudência e os juízes presumem o consentimento por parte da mulher adulta cabendo à vítima provar o contrário. (COULOURIS, 2010, p. 20, grifo no original)

Ou seja: a presunção de inocência é desfavorável à vítima, que supostamente sempre tenta causar algum tipo de dano ao abusador. Isso faz com que o crime seja praticado geralmente sem testemunhas nem provas materiais, gerando um confronto entre a palavra da vítima e a do acusado (COULOURIS, 2010, p. 20).

Por fim, outro ponto extremamente relevante é que o medo no momento do abuso é paralisador e que o não-consentimento da vítima pode acontecer de maneira difusa – e isso não invalida o crime. Sem entrar no mérito do que legalmente define cada um destes termos, fato é que o medo pode paralisar as vítimas, e o sentimento de pânico é comum e pode ser gerado por diversos motivos (COULOURIS, 2010, p. 19).

Todos estes pontos detalhados aqui – alguns dos problemas enfrentados por uma vítima de estupro, dentro de uma série de outros não mencionados – estão presentes na categoria de questionamento das vítimas que denunciaram João de Deus.

A acusação sempre presente neste grupo é a de que o objetivo das denúncias era receber uma indenização a partir de uma mentira. Com a evolução dos casos e o crescimento do número de vítimas que se pronunciaram, o argumento muda: pode ser que as primeiras denúncias até fossem verdadeiras, mas com a repercussão entram em cena as “oportunistas”, que denunciam para “entrar na fila da indenização”.

Outro argumento utilizado pela categoria à exaustão é o questionamento de por que não houve resistência, reação ou embate frente ao abuso – desconsiderando a existência desse pânico tão comum às vítimas.

Vimos que essa categoria, por mais que não seja agressiva, trabalha com analogias, narrações hipotéticas e uma argumentação que pende para o lado pessoal, sem evidências concretas. É uma categoria que reforça o senso comum estrutural, de herança patriarcal.

É daí que surge o movimento em resposta, a reação feminista, representada na pesquisa como a categoria de defesa das vítimas. Um dos dados mais notáveis do grupo é justamente que essa defesa frequentemente se apresenta como uma resposta a uma opinião contrária. Prova disso é que 57% dos comentários desta categoria são dialógicos.

Podemos considerar que esse é o grupo mais próximo de uma militância feminista no debate. É o que mais emprega argumentos lógicos e coletivos, frequentemente baseando-se em argumentos feministas e no esclarecimento desses pontos relativos à violência contra a mulher que explicitam a diferença de poder entre os gêneros, buscando responder a todos os questionamentos levantados em um primeiro momento e justificando exaustivamente o comportamento das vítimas. De todas as categorias, esta é a mais aberta a um debate respeitoso, racional e recíproco, pois tem no seu cerne um caráter explicativo.

Retomamos aqui uma das características elencadas por Bogado (2018) e representada pela frase “mexeu com uma, mexeu com todas”: a coletivização das experiências pessoais. Cada depoimento se torna, nesse contexto, um argumento por si só, como se tivesse sido experienciado por cada uma das pessoas que defendem as vítimas. Essa consciência coletiva feminista está massivamente presente nos comentários de justificação lógica e coletiva, que representa uma parte significativa da categoria. A repetição leva à sensibilização.

E se, em outros momentos da década, essa repetição era por meio de hashtags que denunciavam a violência cotidiana, aqui é a repetição dos próprios abusos cometidos por João de Deus, que pelo número de vítimas ultrapassa qualquer outro caso de violência registrado no Brasil.

É principalmente através desse comportamento de repetição, de defesa e de esclarecimento que o movimento feminista contemporâneo se faz presente nas conversações sobre o caso João de Deus.

Por extensão, a categoria de condenação de João de Deus corrobora para endossar a perspectiva feminista. Mesmo não abordando o gênero enquanto tópico, o grande número de comentários que engloba esse grupo tem seu lado positivo. Apesar de muitas vezes se tratarem de conteúdos menos complexos do ponto de vista da argumentação, eles partem do pressuposto da veracidade do depoimento das vítimas – o que é um mínimo avanço com relação às pautas de gênero, considerando que esse percentual é de 54,7% dos comentários.

No entanto, não se deve ignorar nesse panorama que uma das justificativas mais presentes nesses comentários também é relativa à quantidade de depoimentos. São inúmeros os que argumentam que “são mais de 300 vítimas, é impossível que todas estejam mentindo”. Por mais que à primeira vista esse argumento seja de fato positivo, é importante questionar: e se não fossem tantas? Os depoimentos seriam menos válidos? Menos pessoas acreditariam na veracidade dos casos? É impossível responder a essas perguntas a partir de conjecturas, no entanto é importante ponderar que os resultados positivos desta pesquisa também estão ligados ao impacto e à excepcionalidade do caso na sociedade: com números tão expressivos, é mais difícil duvidar das vítimas. Afinal, os argumentos machistas estão presentes: 5,12% dos comentários se dedicam a questionar as vítimas. Vale se questionar se, com um cenário um pouco mais desfavorável, esse número não seria mais expressivo.

Assim sendo, como propusemos no início desta parte da análise, podemos concluir que o debate sobre gênero presente nas conversações se subdivide em dois grandes grupos: os pró-feministas e os antifeministas.

Os antifeministas se dividem entre os que não integram o tema do debate, representando a reação conservadora contrária ao feminismo fortalecida pelo momento político do país, e os questionadores das vítimas, que, ao contrário, sempre existiram e reforçam os estereótipos que culpabilizam a vítima em casos de violência contra a mulher.

Por outro lado, conscientemente ou não, quem endossa a veracidade dos depoimentos das vítimas se alia ao pensamento pró-feminista, já que confia nas denúncias, almeja por justiça e não endossa os estereótipos ligados à violência contra a mulher. Isso acontece desde níveis muito sutis, em que apenas se insulta João de Deus, até níveis complexos de justificação, em que a argumentação elenca diversos recursos que evidenciam essa opinião.

Podemos, assim, dizer que os movimentos feministas se fazem bastante presentes no debate, aparecendo de forma demarcada e característica desta fase de popularização e de presença online. Mas, mais do que isso, “criaram raízes” que começam a quebrar paradigmas históricos de gênero, reverberando através dos que acreditaram nas vítimas: afinal, “ele não é de Deus”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos feministas ganharam novas proporções nos anos 2010 e encontraram novas formas de militância a partir do ambiente online, popularizando pautas que lutam contra a desigualdade de gênero em seus mais diversos âmbitos. Mas, para além dos que já se consideram feministas, houve um impacto na forma de se pensar sobre gênero? Foi a partir dessa indagação que nasceu esta pesquisa, buscando uma resposta através das conversações cotidianas sobre o caso João de Deus – um escândalo sexual sem precedentes no Brasil.

Para responder à pergunta de pesquisa – de que forma as demandas, características e estratégias dos movimentos feministas contemporâneos se fazem presentes nas conversações cotidianas online sobre abuso sexual, manifestando-se na formulação e exposição de opiniões sobre o caso João de Deus? –, esta dissertação traçou, primeiro, um histórico do movimento das mulheres no Brasil até chegar ao momento de popularização dos feminismos, para que fosse possível compreender em qual contexto político e social eclode o caso João de Deus.

Em seguida, a pesquisa mostrou a importância das conversações políticas cotidianas para o sistema deliberativo ampliado, vendo como a troca de opiniões em “terceiros espaços” – tais como as redes sociais – ajudam a formar opiniões de cidadãos que depois podem impactar em processos deliberativos mais institucionalizados.

Na sequência, a metodologia trazida por Rizzotto foi detalhada de modo a abranger a complexidade dos comentários sobre o caso João de Deus, através de dez variáveis que verificam tanto características ligadas à deliberação habermasiana como atributos retóricos e argumentativos que ajudam a validar as opiniões apresentadas, relativos a uma vertente mais recente dessa perspectiva teórica.

A pergunta de pesquisa foi respondida na análise, subdividida em três partes. Ela se propôs, primeiro, a situar o leitor no panorama do que é dito no debate, para depois aprofundar os resultados obtidos e, por fim, interpretá-los de forma mais clara. O que se viu foi que, sim, os movimentos feministas tiveram uma presença e um impacto nesse debate. Isso acontece tanto através dos que se declaram feministas e utilizam uma argumentação coletiva para fundamentar sua opinião (16,9%) como entre os que, sem falar sobre gênero, dão indícios de apoiar a causa, não duvidando das vítimas (54,7%). Os antifeministas também estão presentes, tanto através de

quem cria um embate com as feministas (2,46%) como de quem acusa as vítimas de mentirosas (5,12%) – estes, no entanto, com número bem inferior.

Além da disparidade na presença, também se viu grandes diferenças na exposição das opiniões. Quem defende as vítimas tende a justificar mais suas opiniões (72%) e a ser mais dialógico (57%) do que quem as questiona (respectivamente, 43% e 52%). Dentro das justificativas, também há diferença: enquanto os defensores em sua grande maioria usam uma argumentação lógica e embasada no coletivo (83%), entre os questionamentos esse índice cai (65%), enquanto se evidencia mais a argumentação pessoal (28%, *versus* 7% entre quem defende). A diferença é real: do lado de quem questiona as vítimas, delibera-se menos e opina-se de modo mais agressivo do que do lado de quem as defende.

Estudar comentários é algo que sempre provoca reações de medo nas pessoas. Ao longo destes dois anos de pesquisa, ouvi centenas de vezes derivações da frase “nossa, você deve ler cada coisa”. De fato: analisar mais de seis mil comentários faz com que você no mínimo entre em contato com visões de mundo das mais diversas, algumas com opiniões bastante controversas. Porém concluo essa pesquisa discordando em grande parte desse pressuposto. Os resultados foram uma surpresa positiva.

Parto dessa opinião geral para explicar um ponto que a pesquisa não abarca: a visibilidade dos comentários. Como trabalhei com uma amostragem aleatória, todos os comentários tiveram, na prática, o mesmo peso. No entanto, no Facebook essa lógica é bastante diferente: são mais visíveis os comentários que têm mais reações e mais comentários, independentemente do conteúdo. Ou seja: é o engajamento que leva o comentário para o “topo”. De um lado, isso vale para dar visibilidade a uma opinião quando outros usuários da plataforma concordam com ela e a endossam reagindo positivamente ao comentário. Isso funciona também para o outro lado: quando um comentário polêmico leva a diversas reações contrárias, também ganha destaque.

O pulo do gato está no fato de que as respostas a esse comentário não ficam visíveis em um primeiro momento. Ou seja: quando vai “se dar uma olhada” nos comentários, dificilmente o usuário lerá todo o conteúdo já publicado, e entrará em contato primeiro com o que já está em destaque. Houve publicações selecionadas nesta pesquisa que passaram dos milhares de comentários raspados. Ler tudo não é algo muito viável de se fazer.

Naturalmente, isso pode levar a conclusões equivocadas sobre o debate. É como se a discussão fosse um iceberg: a ponta do iceberg, mais visível, não representa toda a massa oculta embaixo d'água. As opiniões controversas ganham força, mas é difícil ter uma noção concreta de quantos reagem a elas e como o fazem.

Um dos trunfos desta pesquisa é não passar por esse viés interpretativo. Entrei em contato direto apenas com os comentários selecionados aleatoriamente, e tendo esse ponto de partida a impressão – assim como os resultados que a comprovam – foi bem diferente.

Empiricamente, foi possível notar ao longo da análise uma repetição da marcação de determinados nomes enquanto resposta automática criada pelo Facebook, mostrando que o comentário inicial publicado por essas pessoas – geralmente questionando as vítimas ou confrontando feministas – gerou uma onda de engajamento, provocando respostas indignadas que contestavam essa opinião.

Por isso, quando se olha os comentários através do Facebook, é possível deduzir que comentários como esses causam a impressão de que o debate será pautado por esse tipo de opinião – quando, na realidade, as réplicas, menos visíveis, são muito mais numerosas, como confirmado por esta pesquisa: a defesa das vítimas é mais numerosa e mais responsiva que o questionamento das vítimas e que o confronto com as feministas.

Este é, afinal, o resultado que mais me causou surpresa, justamente por quebrar essa impressão negativa que se tem dos comentários. O impacto das hashtags de mobilizações feministas é real, e está permeado ao longo das conversações em ambos os lados do debate.

Nos últimos meses desta pesquisa, tanto João de Deus como Harvey Weinstein – o produtor de cinema de Hollywood acusado por centenas de atrizes de assédio sexual, cujas denúncias provocaram o movimento mundial #MeToo – foram condenados por seus crimes. São histórias paralelas muito similares em realidades muito diferentes, que denotam a força do patriarcado junto a figuras de poder. Mas também são casos muito simbólicos de vítimas que conquistaram justiça através da união. O “mexeu com uma, mexeu com todas” se mostra presente dentro e fora do ambiente online.

Esta pesquisa trouxe esse resultado favorável aos movimentos feministas, mas não conseguiu abarcar toda a complexidade envolvida no objeto. O contexto no qual João de Deus se insere, com uma mística e uma espiritualidade inerentes à sua

pessoa, marcaram presença nos comentários, criando uma intersecção que discute o caso a partir da experiência religiosa. Com o foco da pesquisa no âmbito do gênero, não foi possível analisar essa parcela em toda a sua integridade.

Uma possibilidade para ampliar essa perspectiva seria comparar as opiniões dos que acusam e dos que defendem a religião, buscando compreender suas particularidades: quais são os exemplos citados, de quais religiões se fala, como a narração atravessa essas experiências. Outra ideia é comparar casos de violência sexual de líderes de religiões diferentes, buscando divergências no posicionamento dos comentários em religiões com diversos níveis de aceitação na sociedade.

Outro dado que escapa à pesquisa é o perfil de quem comenta. Com a crescente proteção à privacidade dos usuários por parte do Facebook, os programas de raspagem de comentários ficaram mais limitados. Por isso, não é possível verificar o gênero ou a faixa etária de quem comenta – o que poderia resultar em cruzamentos interessantes: quem defende as vítimas são predominantemente mulheres? Quem confronta com as feministas são em sua maioria homens? Quem está mais propenso a justificar suas opiniões? São informações que poderiam complementar os resultados apresentados, mas infelizmente não foi possível obtê-los.

Ainda nas limitações da pesquisa, tenho consciência de que, enquanto pesquisadora branca, parto de uma perspectiva de feminismo que tende a ser mainstream. Tentei explicitar que os feminismos têm interseccionalidades com suas próprias lutas e histórias. Infelizmente, não foi possível abarcar toda essa complexidade na pesquisa – seria difícil desenhar um recorte que pudesse abranger todos eles. Em momento nenhum foi intenção invisibilizá-los, pelo contrário: os movimentos feministas contemporâneos têm nas interseccionalidades uma de suas principais características e ganham força através delas. Com o foco desta pesquisa voltado para crimes sexuais com base em um caso específico que não tratou de pautas como raça, classe e orientação sexual, não foi possível abarcar esses vieses. Futuros trabalhos poderiam tratar de questões específicas dessas interseccionalidades, observando especificidades e procurando entender como as pautas se cruzam nas opiniões sobre outras temáticas.

Por fim, é importante lembrar que, por mais que o cenário dos movimentos feministas tenha se expandido nos últimos anos e que a condenação de João de Deus seja um exemplo de que é possível fazer com que as vítimas sejam ouvidas mesmo com acusações contrárias a figuras de grande poder, é inegável que o *backlash* tenha

um notável potencial em um cenário político extremamente conservador – afinal, o próprio *establishment* se coloca com esse posicionamento. Nos últimos vinte anos, novos direitos das mulheres foram garantidos na legislação, mas a todo momento são atacados e questionados. O aborto, proibido no Brasil, ainda está longe de ser descriminalizado.

As conquistas das mulheres são frágeis. Como já alertava Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.

Mulheres ainda morrem por serem mulheres, assédio sexual é um problema diário, ainda se paga salários desiguais para homens e mulheres, mulheres ainda não ocupam cargos de liderança o suficiente, mulheres ainda morrem por abortos ilegais. Muitos dos nossos direitos ainda estão distantes da realidade, e nós vamos continuar lutando.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Pesquisa de opinião pública. São Paulo, 2010.

ALVAREZ, S. E. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, n. 43, p. 13–56, 2014.

ALVES, J. E. D. *et al.* Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. In: E. A. Blay; L. Avelar (Orgs.); **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**, 2017. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

AVELAR, L. **Mulher e Política: O mito da igualdade**. Social Democracia Brasileira, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARROS, S. A. R. **Deliberação Pública Online: Esferas Conversacionais ao Redor de Conteúdos de Três Jornais Brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, p. 198, 2013.

BARSTED, L. **Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993**. Estudos Feministas, n. Especial, p. 38–54, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, v.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENNETT, S.; FLICKINGER, R.; RHINE, S. **Political Talk over here, over there, over time**. British Journal of political Science, 30, pp. 99-119, 2000.

BIROLI, F. **Direito ao aborto e respeito à vida das mulheres**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Direito-ao-aborto-e-respeito-a-vida-das-mulheres/5/35084>>. Acesso em: 19/7/2019.

_____. **A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil. São Paulo: Contexto, 2017, p. 117-146.

_____. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1o ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, E. A. Como as mulheres se construíram como agentes políticas e democráticas: o caso brasileiro. In: E. A. Blay; L. Avelar (Orgs.); **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**, 2017. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

BOGADO, M. Rua. In: Heloisa Buarque de Hollanda (Org.); **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**, 2018. São Paulo: Companhia das Letras.

BRITO, P. C. DE S. **Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p. 1–11, 2017.

BUCHER, T.; HELMOND, A. **The Affordances of Social Media Platforms**. In: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (Eds.). *The SAGE Handbook of Social Media*. London: SAGE Publications Ltd, 2018.

CAMPOS, C. H. **Feminicídio no Brasil: uma análise crítico-feminista**. *Sistema Penal & Violência*, v. 7, n. 1, p. 103–115, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/20275/13455>>.

CAMPOS, C. H.; CARVALHO, S. de C. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: _____. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CARVALHO, F. C.; CERVI, E. U. **Redes sociais online e democracia monitorada: sobre comentários monitores a instituições brasileiras no Facebook**. *ANIMUS (SANTA MARIA. ONLINE)*, v. 18, p. 86-103, 2019.

CAVICHIOLO, A. **Lei n. 12015/2009: as consequências jurídicas da nova redação do artigo 213 do Código Penal brasileiro**. *Boletim Científico*, n. 28, 2008.

CERQUEIRA, D.; *et al.* **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/lpea, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/atlas-da-violencia-2018-ipea-fbsp-2018/>. Acesso em 10 de março de 2019.

CHAGAS, V.; *et al.* **Political memes and the politics of memes: A methodological proposal for content analysis of online political memes**. *FIRST MONDAY (ONLINE)*, v. 24, p. 1, 2019.

COLEMAN, S.; MOSS, G. **Under construction: the field of online deliberation research**. *Journal of Technology & Politics*, New York, vol. 9, n° 1, p. 1-15, 2012.

CORTÊS, I. R. A trilha legislativa da mulher. In: C. B. Pinsky; J. M. Pedro (Orgs.); **Nova História das Mulheres no Brasil**. p.261–283, 2012. São Paulo: Contexto.

COSTA, A. A. A. **Para além do feminismo no Brasil**. *Revista Gênero*, v. 5, n. 2, p. 1–20, 2005.

_____. **O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar**, 2009. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>>.

COSTA, C. Rede. In: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COULOURIS, D. G. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. Revista Estudos Feministas, vol. 10, n.1, 2002.

DRYZEK, J. Theory, Evidence and the Tasks of Deliberation. In: ROSENBERG, S.W. (Org.). **Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern?** New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ELLISON, N. B.; BOYD, D. Sociality through social network sites. In: DUTTON, W. H. (ed.). **The Oxford Handbook of Internet Studies**. Oxford, UK: Oxford University Press, p. 151-172, 2013.

ERCAN, S. A.; HENDRIKS, C. M.; BOSWELL, J. **Studying public deliberation after the systemic turn: The crucial role for interpretive research**. Policy and politics, v. 45, n. 2, p. 195–212, 2017.

ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO. **O que é a violação sexual mediante fraude ou estelionato sexual?** Disponível em: <<https://ebradi.jusbrasil.com.br/artigos/481511205/o-que-e-a-violacao-sexual-mediante-fraude-ou-estelionato-sexual>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FACURI, C. O. *et al.* **Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo**. Caderno de Saúde Pública. São Paulo, 2013.

FARROW, R. **Operação abafa: predadores sexuais e a indústria do silêncio**. São Paulo: Todavia, 2020.

FELITTI, C. **A casa: a história da seita de João de Deus**. São Paulo: Todavia, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo, 2019.

GASTIL, J. **By popular demand**. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. **Political communication and deliberation**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2008.

GOMES, W. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteiras: estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil**. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433–448, 2014.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. **Democracy and disagreement**. Cambridge, MA: Belknap Press, 1998.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2 v, 1997.

HAUBER, G.; MAIA, R. C. M. **DISCUSSÃO POLÍTICA ONLINE: emoção e deliberação sobre a redução da maioria penal em duas plataformas distintas**. *Anais do 27o Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, p. 1–26, Porto Alegre, 2019.

HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JANSSEN, D.; KIES, R. **Online forums and deliberative democracy: hypotheses, variables and methodologies**. Conference Empirical approaches to deliberative politics. EUI, Florence, 2004.

JENSEN, J. L. **Public Spheres on the Internet: Anarchic or Government-Sponsored – A Comparison**. *Scandinavian Political Studies*, vol. 26, n° 4, 2003.

KANTOR, J.; TWOHEY, M. **Ela disse: os bastidores da reportagem que impulsionou o #MeToo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KARLSSON, M. **Understanding Divergent Patterns of Political Discussion in Online Forums — Evidence From the European Citizens' Consultation**. *Journal of Information Technology & Politics*, pp. 64–81, 2012.

KIES, R. **Promises and limits of web-deliberation**. Nova York: PalgraveMcMillan, 2010.

KIM, J.; KIM, E. J. **Theorizing dialogic deliberation: everyday political talk as communicative action and dialogue**. *Communication Theory*, 18, pp. 51-70, 2008.

LAGE, L.; NADER, M. B. Da legitimação à condenação social. In: C. B. Pinsky; J. M. Pedro (Orgs.); **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LEMOS, A. Nova esfera Conversacional. In: MARQUES, Â. *et al.* (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: EPapers, 2009. p. 9-30.

MAIA, R. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia: Problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

MAIA, R. *et al.* **Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação**. *Opinião Pública*, v. 21, n. 2, p. 490–513, 2015.

MANSBRIDGE, J. "Deliberative democracy" or "democratic deliberation"? In: ROSENBERG, S. (org.). **Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?** Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2007.

_____. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. IN: MARQUES, Angela C. S. (org). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARQUES, A. C. S. **Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online.** Revista Brasileira de Ciência Política, 6, pp. 19-40, 2011.

MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. **Everyday conversation in the deliberative process: an analysis of communicative exchanges in discussion groups and their contributions to civic and political socialization.** Journal of Communication, 60, pp. 611–635, 2010.

MARQUES, A. C. S.; MARTINO L. M. S. **A politização da conversação cotidiana e suas relações com processos deliberativos.** In: Anais do 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte: ABCP, 2016.

MARQUES, F. P. J. **Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil.** Opinião Pública, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, 2006.

MELLO, A. R. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil.** Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MELO, R. **Repensando a esfera pública: esboço de uma teoria crítica da democracia.** Revista Lua Nova, São Paulo, 94, p. 11-39, 2015.

MENDONÇA, R. F.; SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R. **Deliberação on-line no Brasil: entre iniciativas de democracia digital e redes sociais de conversação.** Salvador: EDUFBA, 2016.

MIGUEL, L. F. **Consenso e conflito na teoria democrática.** Revista Lua Nova, São Paulo, 92, p. 13-43, 2014.

MOUFFE, C. **On the political.** London: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, G. M.; RODRIGUES, T. M. **A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual: Uma análise acerca das modificações trazidas ao crime de estupro.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 88, 2011.

PAGE, B. I. **Who deliberates?** Chicago: University of Chicago Press, 2006.

PASINATO, W. **Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?** Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 2, p. 216–232, 2010.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, J. M. Corpo, Prazer e Trabalho. In: C. B. Pinsky; Joana M. Pedro (Orgs.); **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PRADO, M. L.; FRANCO, S. S. Participação feminina no debate público brasileiro. In: C. B. Pinsky; J. M. Pedro (Orgs.); **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

RECUERO, R. **Elementos para a análise da conversação na comunicação mediada pelo computador**. Verso & Reverso, v. 22, n. 51, 2008.

REIS, J. S. **Feminismo por hashtags- as potencialidades e riscos tecidos pela rede**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, p. 1–13, 2017.

RIBEIRO, L.; O'DWYER, B.; HEILBORN, M. L. **Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças**: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 83-99, 2018.

RICHARDS JR., R. C.; GASTIL, J. Deliberation. In: **International encyclopedia of political communication**. Wisley, 3 v., 2015.

RIOS, F. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras. In: E. A. Blay; L. Avelar (Orgs.); **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

RIZZOTTO, C. **Racionalidade versus histórias de vida**: uma análise das estratégias comunicacionais deliberativas em debates polêmicos e polarizados. [Projeto de pesquisa]. Processo no. 427677/2018-1. Chamada MCTIC/CNPq n.o 28/2018. 2018.

RIZZOTTO, C. C.; BELIN, L. L. **DEBATE ALÉM DA FRONTEIRA**: características deliberativas da conversação de brasileiros sobre a [não] descriminalização do aborto na Argentina. In: Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política. Brasília: Compólitica, 2019.

RIZZOTTO, C. C.; FERRACIOLI, P.; BRAGA, L. **Como elxs discutem questões de gênero? Análise do potencial deliberativo de discussões online sobre feminismo**. In: Contemporanea, Salvador, v.15, n. 1, p. 352-377, jan-abr, 2017.

RIZZOTTO, C. C.; SARAIVA, A. **Violência de gênero em debate**: uma análise das conversações sobre a lei do feminicídio na fanpage do Senado Federal. In: Texto, n. 49, p. 249-269, 2020.

RIZZOTTO, C. C.; SARAIVA, A. S.; NASCIMENTO, L. **#ELENÃO**: conversação política em rede e trama discursiva do movimento contra Bolsonaro no Twitter. Anais do 27º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAMPAIO, R.C. **Quão deliberativas são discussões na rede?**: um modelo de apreensão da deliberação online. *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 20, p. 121-139, 2012.

SAMPAIO, R. C.; BARROS, S. A. R.; MORAIS, R. **Como avaliar a deliberação online?**: um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 470–489, 2012.

SANTOS, J. A. **“O que o feminismo tem a ver com o dia da mulher?”**: ressignificações do discurso sobre movimentos feministas por meio da interatividade em comentários de notícias no site de rede social Facebook. 131 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Linguagens) – Universidade Tuiuti do Paraná, 2018.

SARAIVA, A. S. **Não é por amor**: o enquadramento noticioso de feminicídios na Tribuna do Paraná, Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SCHUDSON, M. **Why conversation is not the soul of democracy**. *Critical Studies in Mass Communication*, 14, p. 297-309, 2007.

SENADO FEDERAL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil**. Brasília, 2016.

SHIELDS, C. M.; EDWARDS, M. M. **Dialogue is not just talk**: A new ground for educational leadership. New York: Peter Lang, 2005.

SILVEIRA, S. A. Esfera Pública Interconetada, blogosfera e redes sociais. In: MARQUES, Â. *et al.* (Org.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. p. 9-30.

SINDERSKI, R. M. **Maioridade penal em pauta**: as conversações políticas sobre a redução da idade penal na fanpage do Senado Federal entre 2015 e 2017. In: III Workshop Comunicação e Comportamento Político, Mídia e Opinião Pública, 2019, Curitiba. *Anais do Workshop Comunicação e Comportamento Político, Mídia e Opinião Pública*. Curitiba: CPOP, 2019. v. 3. p. 15-28.

SOIHET, R. **A conquista do espaço público**. In: C. B. Pinsky; J. M. Pedro (Orgs.); *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

STROMER-GALLEY, J. **Measuring deliberation's content**: a coding scheme. *Journal of Public Deliberation*, Vol. 3, Iss. 1, Art. 12, 2007.

VERGARA, C. **Corpo transgressão**: a violência traduzida nas performances do Coletivo Coiote, Bloco Livre Reciclato e Black Blocs. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 105–123, 2015.

VIEIRA, M. B.; SILVA, F. C. **Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº10. Brasília, 2013, p. 151-194.

VIGARELLO, G; MAGALHÃES, L. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX.** Jorge Zahar, 1998.

WRIGHT, S. **From “third place” to “third space”:** everyday political talk in non-political online spaces. Javnost - The Public, 19 (3), pp. 5-20, 2012.

WRIGHT, S.; STREET, J. **Democracy, deliberation and design:** the case of online discussion forums. New Media & Society, Thousand Oaks, vol. 9, nº 5, p. 849-869, 2007.

YOUNG, I. **Inclusion and Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Comunicação e o outro:** Além da democracia deliberativa. In: Souza, J. (org.). Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

_____. **Desafios ativistas à democracia deliberativa.** Revista Brasileira de Ciência Política, 13, 2014.

APÊNDICE 1 – POSTAGENS DA FANPAGE O GLOBO

Postagens da fanpage O Globo				
Data da busca: 17/03/2019				
Texto do post	Título da matéria	Data da postagem	Incluído?	Nº de comentários raspados
Em novas buscas, também foram encontradas pedras preciosas; https://glo.bo/2rLbf3M	Polícia Civil volta a apreender dinheiro em residência de João de Deus	12/21/2018	Não	
Médium é considerado foragido da Justiça. https://glo.bo/2rAYMzv #JornalOGlobo	João de Deus retirou R\$ 35 milhões de contas bancárias após primeiras denúncias, dizem investigadores	12/15/2018	Não	
Policiais fazem buscas em Abadiânia e Anápolis para cumprir o mandado contra o médium. https://glo.bo/2EuxiUI #JornalOGlobo	Justiça de Goiás decreta prisão de João de Deus	12/14/2018	Sim	1722
Hoje, com essa coisa feminista, um homem não pode nem paquerar uma mulher. É um absurdo o que estão falando, não vejo consistência', afirma Édna Gomes, que trabalha há seis anos diretamente com o médium. https://glo.bo/2EqwZdl	Assessora de João de Deus diz que ele 'chora várias vezes' e que vítimas parecem 'treinadas para falar'	12/11/2018	Sim	2198
#URGENTE https://glo.bo/2rFBdW9 #JornalOGlobo	João de Deus é interrogado na delegacia, nega acusações e será levado para presídio (Chamada no Facebook: João de Deus se entrega à polícia)	12/16/2018	Sim	847
Não há perdão. Não há mais o que silenciar. Dói, e dói muito, perder a fé em algo, desabafou a atriz Bárbara Paz. Já a apresentadora Xuxa se desculpou por ter falado bem do médium e se disse envergonhada. https://glo.bo/2rHZWcy #JornalOGlobo	Artistas que já se consultaram com João de Deus falam sobre acusações de assédio	12/17/2018	Não	
Mais de 330 denúncias já foram recebidas. https://glo.bo/2EmcOMU #JornalOGlobo	Se relatos se confirmarem, caso João de Deus será maior escândalo sexual do país, diz promotor	12/14/2018	Sim	1562
Encorajada pelas denúncias de outras mulheres, uma carioca de 41 anos decidiu dar seu relato. https://glo.bo/2C0WmAk #JornalOGlobo	Como pode um monstro fazer milagres?', questiona mais uma vítima de João de Deus	12/10/2018	Sim	579

João Teixeira de Faria tem 11 filhos, cada um com uma mulher diferente. https://glo.bo/2E7C9Kw #JornalOGlobo	Conheça a trajetória de João de Deus, médium acusado de abuso sexual por 12 mulheres	12/08/2018	Não	
Médium João Teixeira de Farias será convocado para prestar depoimento. https://glo.bo/2EonAmL #JornalOGlobo	MP estuda interditar centro espírita de João de Deus (Chamada no Facebook: Após denúncias de abuso sexual, MP estuda interditar centro espírita de João de Deus)	12/10/2018	Sim	106
Seguidores do médium João de Deus fazem manifestação pelas ruas de Abadiânia, Goiás		12/13/2018	Não	
Termo guru foi usado usado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni. https://glo.bo/2LOoREu #JornalOGlobo	Helena nega ser guru de Bolsonaro: 'último já foi até em cana, o João de Deus'	01/03/2019	Não	
Exames não mostram alterações que indicassem necessidade de internação. https://glo.bo/2sas2gX #JornalOGlobo	MP apresenta parecer contrário à transferência de João de Deus para hospital	01/04/2019	Não	
Médium deixou a prisão para ser internado após uma equipe médica detectar um sangramento em sua urina durante visita de rotina. https://glo.bo/2C4CZ7Z #JornalOGlobo	De volta à prisão, João de Deus 'não apresentou queixa' sobre saúde, diz juíza	01/04/2019	Não	
Advogado do médium disse que Zahira Lieneke Mous 'era prostituta' e tinha 'passado de extorsão', o que a moça classifica como declarações 'falsas e absurdas'. https://glo.bo/2skcx5O	Depois de denunciar João de Deus por abuso sexual, holandesa se prepara para processá-lo por calúnia	01/09/2019	Sim	125
Médium retornou ao complexo prisional à 0h23 desta quinta-feira; denúncia do MP contra ele será analisada a partir de 7 de janeiro, quando termina o recesso judiciário. https://glo.bo/2s9CiGe #JornalOGlobo	João de Deus recebe alta de hospital e volta à prisão, após apresentar sangramento na urina	01/03/2019	Não	
Denúncia foi baseada no relato de quatro mulheres. https://glo.bo/2CePX3s #JornalOGlobo	João de Deus vira réu por violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável	01/09/2019	Sim	28
Sumiço de fiéis abala o berço do centro espiritual comandado pelo médium João Teixeira de Faria; lojas e restaurantes estão à beira da falência: https://glo.bo/2s9Fd1v #JornalOGlobo	Após denúncias de abuso sexual e prisão de João de Deus, Abadiânia vira 'cidade-fantasma'	01/05/2019	Não	

Médicos detectaram sangramento em médium, preso há duas semanas: https://glo.bo/2R1mDr8 #JornalOGlobo	João de Deus é internado após sangramento	01/02/2019	Não	
Presidente do STF também quer saber, em 48h, se prisão onde médium está detido oferece assistência médica adequada. https://glo.bo/2BWm4Vf #JornalOGlobo	Toffoli determina que juiz informe estado de saúde de João de Deus	01/03/2019	Não	
JOÃO DE DEUS: em sua primeira aparição após denúncias de abuso sexual de várias mulheres, o médium foi recebido por centenas de fiéis ao chegar ao Centro espiritual Casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, Goiás, nesta quarta-feira. Após cercarem o médium, seguidores agrediram e xingaram jornalistas enquanto tentavam impedir que fossem feitas imagens. Saiba mais: https://glo.bo/2C6xS8y #JornalOGlobo	Sou inocente', diz João de Deus, em centro espiritual pela primeira vez depois de denúncias; veja o vídeo	12/12/2018	Sim	
Apresentadora americana esteve em Abadiânia (GO) para entrevistar o médium, que tem fãs internacionais como Bill Clinton e Naomi Campbell. https://glo.bo/2Eb32gL #JornalOGlobo	João de Deus chamou atenção até de Oprah Winfrey	12/08/2018	Não	
De certa forma, senti alívio, porque assim vi que eu não estava louca. Tinha outras mulheres que sofreram que nem eu, disse a mineira de 32 anos, após acompanhar o noticiário. https://glo.bo/2E81bZW #JornalOGlobo	Mais uma mulher acusa João de Deus de abuso e diz que médium lhe ofereceu mesada	12/08/2018	Sim	582
Médium está preso desde domingo. https://glo.bo/2rOYm8W	João de Deus é indiciado pela Polícia Civil (Chamada no Facebook: João de Deus é indiciado por violação sexual mediante fraude)	12/20/2018	Sim	83
Apresentadora, que tinha elogiado médium no passado e chegou a divulgar documentário sobre ele, pede desculpas e diz se sentir "na obrigação de dizer" que está "envergonhada". https://glo.bo/2Cbp3dM #JornalOGlobo	Me enganei feio', diz Xuxa sobre João de Deus	12/13/2018	Não	

De acordo com relatos, os abusos ocorriam em uma sala reservada apenas em momentos de atendimento individualizado. https://glo.bo/2CeTUGB	Funcionários de João de Deus tinham conhecimento de abusos', diz MP de São Paulo	12/14/2018	Sim	616
"Eu tenho 50 pessoas para acabar com você. (...) Eu vou acabar com você", relata o médium, sobre o conteúdo da ameaça que teria recebido https://glo.bo/2Bod37g #JornalOGlobo	João de Deus diz que recebeu telefonema de ameaça antes de denúncias virem à tona	12/17/2018	a priNãocípio sim	535
Dinheiro será usado para indenizar vítimas, caso médium seja considerado culpado pelos crimes. https://glo.bo/2BL7jVj #JornalOGlobo	Justiça bloqueia R\$ 50 milhões em contas de João de Deus	12/28/2018	Sim	271
Em novas buscas, também foram encontradas pedras preciosas; https://glo.bo/2rLbf3M	Polícia Civil volta a apreender dinheiro em residência de João de Deus	12/21/2018	Não	
Doze mulheres fizeram denúncias, que mostram que havia um padrão no assédio dentro do 'hospital espiritual', na cidade de Abadiânia, em Goiás. https://glo.bo/2BXSZdq	João de Deus é acusado de abuso sexual: leia na íntegra relatos de seis mulheres	12/08/2018	Sim	1478
Polícia faz buscas em Abadiânia e Anápolis para cumprir o mandado contra o médium. https://glo.bo/2EuxiUI #JornalOGlobo	Justiça de Goiás decreta prisão de João de Deus	12/14/2018	Sim	1722
Bom dia. A capa do #JornalOGlobo deste domingo traz como destaques as denúncias contra o médium João de Deus, o déficit previdenciário, as mesadas de Cabral, o desdobramento do caso do assessor de Flávio Bolsonaro, além de dicas de como aproveitar o verão no Rio. Aproveite o dia!		12/09/2018	Não	
De alfaiate do Exército a líder espiritual de fama internacional. https://glo.bo/2CcaCX7 #JornalOGlobo	João de Deus: milionário após garimpo, aficionado por 'carrões' e curandeiro desde os 16 anos	12/13/2018	Não	
Acusado de abuso sexual, líder religioso teve prisão decretada e é procurado pela polícia em Goiás. https://glo.bo/2EwNFjw #JornalOGlobo	Mulher de João de Deus vai a festa de Natal, e amigo diz que médium está 'presente espiritualmente'	12/15/2018	Sim	241
Acusado por mais de 300 mulheres, médium se entregou à polícia neste domingo. https://glo.bo/2Bv2sqW #JornalOGlobo	Entenda o caso João de Deus, das primeiras denúncias à prisão	12/18/2018	Sim	37

Investigadores do caso acreditam que alta quantia pode ser usada para bancar fuga do médium do país. https://glo.bo/2QB4JLA #JornalOGlobo	João de Deus: saques de R\$ 35 milhões são rastreados pelo Coaf	12/16/2018	Não	
Eu saí mais cedo do trabalho para assistir com minha mãe a uma reprise do 'Programa do Bial' e ela olhava e, sem saber que eu já tinha sido abusada, me dizia: 'Acho que isso não vai dar em nada, isso já prescreveu', conta a gaúcha de 36 anos. https://glo.bo/2L4Sp07 #JornalOGlobo	Quando ele me colocou no corredor, achei que fosse morrer', diz 15ª mulher a acusar João de Deus de abuso sexual	12/09/2018	Sim	822
O processo traz depoimentos de três homens presos por tráfico e furto. https://glo.bo/2LsEzVP #JornalOGlobo	João de Deus foi acusado de tortura e tráfico de drogas em 1996, diz revista	12/21/2018	Não	
Segundo as vítimas, os abusos ocorriam desde a década de 1980, inclusive contra crianças e adolescentes. Uma mulher, de Minas Gerais, diz ter sido violentada pelo menos dez vezes quando tinha apenas 11 anos. https://glo.bo/2EoSQSG #JornalOGlobo	Mulher diz ter sido violentada por João de Deus aos 11 anos	12/10/2018	Sim	788
Para a mulher do médium, 'pessoas com problemas psicológicos armaram um circo contra ele'. https://glo.bo/2C96alw #JornalOGlobo	Eu acredito na inocência dele', diz mulher de João de Deus	12/12/2018	Não	
Médium diz que não entregava receitas, mas fiéis recebiam de suas mãos papéis com rubricas que deveriam ser entregues na farmácia. https://glo.bo/2rltnv8 #JornalOGlobo	João de Deus coloca responsabilidade nos espíritos em depoimento à polícia e se contradiz	12/20/2018	Não	
Suspeito de abuso sexual, médium foi levado do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia sob forte escolta. https://glo.bo/2rSa6HC #JornalOGlobo	João de Deus diz em depoimento que não se lembra das mulheres que o acusam de abuso sexual	12/26/2018	Sim	913
Relatos de abuso vêm de 12 estados, de todas as regiões do país. https://glo.bo/2CaCefd #JornalOGlobo	MP de Goiás já recebeu 330 denúncias contra João de Deus	12/13/2018	Sim	84

Na decisão que nega o pedido de liberdade de João de Deus, juiz revela detalhes sobre as operações financeiras realizadas pelo médium dias após surgirem as denúncias de abuso sexual. https://glo.bo/2QlpXYf #JornalOGlobo	Em decisão, juiz relata que João de Deus tem cheque de ordem de pagamento de R\$ 35 milhões	12/19/2018	Não	
Segundo caseiro do médium, ele teria sido visto pela última vez em casa na última sexta-feira. https://glo.bo/2EfdSSZ #JornalOGlobo	Vizinhos relatam 'sumiço' de João de Deus após denúncias de abuso sexual	12/10/2018	Sim	186
Além de vítimas de norte a sul do Brasil, foram recebidos relatos de abusos de outros seis países. https://glo.bo/2LtwGQ1 #JornalOGlobo	Denúncias contra João de Deus passam de 500, diz Ministério Público	12/17/2018	Sim	913
Médium permaneceu na casa, lotada de fiéis, por poucos minutos; advogado voluntário disse temer por sua segurança. https://glo.bo/2C6xS8y #JornalOGlobo	Sou inocente', diz João de Deus, em centro espiritual pela primeira vez depois de denúncias; veja o vídeo	12/12/2018	Sim	513
Médium é considerado foragido da Justiça. https://glo.bo/2rAYMzv #JornalOGlobo	João de Deus retirou R\$ 35 milhões de contas bancárias após primeiras denúncias, dizem investigadores	12/15/2018	Não	
Jovem, à época menor de idade, teria sido uma das vítimas. https://glo.bo/2EmXKzp #JornalOGlobo	João de Deus foi proibido de atender em templo no Rio Grande do Sul, por causa de relatos de abusos	12/10/2018	Sim	220
Todas as mulheres ouvidas pelo GLOBO descreveram o local de forma similar: uma pequena sala, nos fundos da Casa, onde se realizavam "cirurgias espirituais". https://glo.bo/2rMp0iC #JornalOGlobo	Porta azul feita de ferro dá acesso à 'sala de abusos sexuais' de João de Deus, dizem mulheres	12/19/2018	Sim	200
Prisão do médium foi ordenada pela Justiça nesta sexta-feira. https://glo.bo/2CecY7Q	Polícia de Goiás diz que ainda não conseguiu prender João de Deus	12/14/2018	Sim	174
Documentário sobre líder espiritual também foi removido de plataformas digitais. https://glo.bo/2C9IR2t #JornalOGlobo	Espero que a justiça seja feita', diz Oprah sobre caso João de Deus	12/12/2018	Não	
Na época do caso, vítima foi desencorajada pela própria mãe a fazer denúncia: "a gente não vai poder provar". https://glo.bo/2C4HxfP #JornalOGlobo	Jovem paranaense faz nova denúncia de abuso contra João de Deus	12/11/2018	Sim	301

Sentimentos se dividem em apoio e desconfiança. https://glo.bo/2E7ZtYG #JornalOGlobo	Acusações contra João de Deus assustam moradores de Abadiânia	12/09/2018	Não	
Médium chegou a centro espiritual por volta das 9h30; ele era aguardado por centenas de fiéis que chegavam desde madrugada. https://glo.bo/2C7PSzm #JornalOGlobo	Sou inocente', diz João de Deus, em centro espiritual pela primeira vez depois de denúncias; veja o vídeo (Chamada do Facebook: João de Deus faz primeiro atendimento após denúncias de abuso sexual)	12/12/2018	Sim	980
Mesmo após uma série de denúncias de abuso sexual contra João de Deus, uma fila com centenas de fiéis se formou desde pelo menos as 6h desta quarta-feira na Casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, interior de Goiás, em busca de atendimento do médium. https://glo.bo/2Erf40 #JornalOGlobo	Fiéis formam fila em centro espiritual de Goiás à espera de João de Deus	12/12/2018	Sim	
Médium foi detido após acusações de abuso sexual. https://glo.bo/2QMmlnW	Preso desde domingo, João de Deus é alvo de novo mandado por posse ilegal de arma	12/21/2018	Sim	
Veículos como BBC (Inglaterra), Al Jazeera (Catar) e La Vanguardia (Espanha) noticiaram as acusações https://glo.bo/2L4hFnv #JornalOGlobo	Denúncias contra João de Deus repercutem na imprensa internacional	12/09/2018	Não	
Haverá uma nova frente de investigações com os depoimentos dados ao GLOBO e à TV Globo. https://glo.bo/2E8twzs #JornalOGlobo	MP de Goiás vai abrir novas investigações para apurar denúncias de abuso sexual contra João de Deus	12/09/2018	Sim	423
Companhia das Letras afirmou ter sido surpreendida pelas acusações contra o médium. https://glo.bo/2Eeq7yR #JornalOGlobo	Após denúncias, editora suspende venda de livro sobre João de Deus	12/10/2018	Não	
Investigadores vasculharam a Casa de Dom Inácio de Loyola, em Abadiânia, onde acreditam que centenas de mulheres tenham sofrido abusos sexuais. https://glo.bo/2rNatTT #JornalOGlobo	Polícia Civil apreende armas e dinheiro em casas de João de Deus	12/19/2018	Não	
Abadiânia acorda, nesta quinta-feira, apreensiva com possibilidade de a Justiça decretar a qualquer momento a prisão do maior ícone do município. https://glo.bo/2Etf9qa #JornalOGlobo	Se João for preso, a cidade vai chorar', diz braço direito do médium João de Deus	12/13/2018	Não	

Autoridades já tinham apreendido armas e dinheiro no local, mas voltaram após denúncias sobre quantias escondidas. https://glo.bo/2rOyhXo #JornalOGlobo	Polícia encontra mais de R\$ 1 milhão em dinheiro e pedras em endereços ligados a João de Deus	12/22/2018	Não	
Um email — denuncias@mpgo.mp.br — foi criado exclusivamente para receber casos de assédio. https://glo.bo/2Edmrx #JornalOGlobo	MP de Goiás recebeu, nas últimas horas, 40 denúncias de abuso sexual contra João de Deus	12/10/2018	Sim	335
Em um dos processos, o médium já foi inclusive ouvido pelos policiais. https://glo.bo/2L8GRsN #JornalOGlobo	Polícia tem quatro inquéritos abertos contra João de Deus, dois em estágio avançado	12/10/2018	Sim	134
Já são dezenas de acusações de assédio sexual contra o médium. https://glo.bo/2L78DpD #JornalOGlobo	Entenda o caso João de Deus, das primeiras denúncias à prisão	12/11/2018	Sim	76
Processo irá correr em segredo de Justiça. https://glo.bo/2C7asQu #JornalOGlobo via Lauro Jardim	MP de Goiás pede prisão de João de Deus	12/12/2018	Sim	195
Acusado de abuso sexual por centenas de mulheres, médium será considerado foragido caso não se apresente à Justiça às 14h deste sábado. https://glo.bo/2Cg2K6Z #JornalOGlobo	Advogado diz que João de Deus vai se entregar, mas 'talvez não dentro do prazo'	12/15/2018	Sim	260
Dalva Teixeira, de 49 anos, afirmou à revista 'Veja' que o pai 'é um monstro'. https://glo.bo/2Le74Gs #JornalOGlobo	Filha de João de Deus diz que foi abusada dos 10 aos 14 anos de idade	12/13/2018	Sim	260
Acusado de abuso sexual por mais de 500 mulheres, médium está preso preventivamente. https://glo.bo/2QDJHfm #JornalOGlobo	Polícia de Goiás mostra armas e dinheiro apreendido com João de Deus	12/19/2018	Não	
Depois de ter pedido de habeas corpus negado no mesmo dia pelo STJ, defesa recorre à instância máxima. https://glo.bo/2rO0bma	Defesa de João de Deus recorre ao STF (Chamada no Facebook: Defesa de João de Deus entra com pedido de liberdade no STF)	12/20/2018	Sim	93
Defesa também afirmou que ele não pretende prestar esclarecimentos à sociedade e aos seguidores: "Ainda é cedo para entrevistas". https://glo.bo/2Eazi3k #JornalOGlobo	João de Deus nega 'prática imprópria' em atendimentos, diz advogado	12/10/2018	Sim	67

<p>Chefe da Polícia Civil de Goiás diz que apresentação do médium está confirmada, mas que não há acerto ainda sobre horário e local da rendição. https://glo.bo/2Ew96Bd #JornalOGlobo</p>	<p>João de Deus está foragido, diz Ministério Público de Goiás</p>	12/15/2018	Sim	102
<p>Hoje com 41 anos, paraense relata caso que aconteceu quando tinha 22. https://glo.bo/2Ef0vIL #JornalOGlobo</p>	<p>Por muito tempo achei que pudesse ser um mau espírito nele', diz mais uma mulher a acusar João de Deus</p>	12/10/2018	Sim	185
<p>Duas mulheres contaram ao GLOBO sobre abusos sexuais que sofreram pelas mãos do médium. https://glo.bo/2E6vVdT #JornalOGlobo</p>	<p>Exclusivo: 'Sei que isso seria considerado assédio, eu não sou louco', disse João de Deus segundo relato de vítima</p>	12/08/2018	Sim	597
<p>Se não conseguimos uma justiça plena para nós mesmas, porque já sofremos a violência, conseguimos para outras, porque elas não serão violentadas., diz Vana Lopes. https://glo.bo/2rDGPjG #JornalOGlobo</p>	<p>Mulheres abusadas por Roger Abdelmassih dão apoio às que acusam João de Deus</p>	12/16/2018	Sim	329
<p>Médium também negou ter patrimônio 'de milhões', disse ter renda de R\$ 60 mil, mas não soube quantificar quantas casas tem, nem quantos veículos. https://glo.bo/2r1X2nK #JornalOGlobo</p>	<p>Em depoimento, João de Deus diz ter renda de R\$ 60 mil com fazendas e nega 'milhões' ('Muitas vezes é o atendido quem tranca a porta', diz João de Deus em depoimento)</p>	12/18/2018	Sim	109
<p>Segundo Silvia Chakian, o episódio, "assim como o de Roger Abdelmassih, mostra como uma mulher relatando sozinha não é sequer ouvida". https://glo.bo/2BYHF0s #JornalOGlobo</p>	<p>Se exigir provas físicas, você sempre vai ter impunidade do abusador', afirma promotora sobre caso João de Deus</p>	12/08/2018	Sim	77
<p>Dezenas de mulheres acusam médium de abuso sexual na Casa de Dom Inácio de Loyola. https://glo.bo/2C48UqA #JornalOGlobo</p>	<p>Começou a orar o Pai Nosso e colocou minha mão no pênis dele', diz ex-guia de centro de João de Deus</p>	12/11/2018	Sim	983
<p>Hoje com 24 anos, jovem só se encorajou a contar seu caso, inclusive para a própria mãe, após a série de denúncias vir a público nos últimos dias. https://glo.bo/2EnJXc9 #JornalOGlobo</p>	<p>Sempre achei que era só comigo', diz mulher que lembra abuso de João de Deus aos 17 anos</p>	12/11/2018	Sim	106
<p>Médium está preso desde domingo (16). https://glo.bo/2rFllmK #JornalOGlobo</p>	<p>Tribunal nega pedido de liberdade de João de Deus</p>	12/18/2018	Sim	70
<p>Investigadores vão visualizar e analisar o que foi narrado pelas vítimas. https://glo.bo/2BsKlwi #JornalOGlobo</p>	<p>Polícia fará buscas no centro espiritual de João de Deus, diz delegada</p>	12/17/2018	Sim	81

<p>O MP avalia que a Polícia Civil está sendo muito branda. Discorda de considerar os atos do médium como "posse sexual mediante fraude". https://glo.bo/2rJljco #JornalOGlobo Via Lauro Jardim</p>	<p>MP e polícia divergem sobre que crimes atribuir a João de Deus</p>	<p>12/18/2018</p>	<p>Sim</p>	<p>105</p>
<p>Na Casa Dom Inácio de Loyola, onde ele ficou por poucos minutos, o líder espiritual acusado de abuso afirmou que quer cumprir a lei brasileira. https://glo.bo/2Eullc0 #JornalOGlobo</p>	<p>João de Deus ainda está vivo', disse o médium a fiéis em Abadiânia; veja o vídeo</p>	<p>12/12/2018</p>	<p>Não</p>	
<p>Elas são moradoras de dez estados diferentes; duas são do exterior — uma mora nos EUA, outra na Suíça. https://glo.bo/2EqPoqO #JornalOGlobo</p>	<p>MP de Goiás fez 206 atendimentos a mulheres que se apresentaram como vítimas de João de Deus</p>	<p>12/11/2018</p>	<p>Sim</p>	<p>42</p>

APÊNDICE 2 – POSTAGENS DA FANPAGE ESTADÃO

Postagens da fanpage Estadão				
Data da busca: 17/03/2019				
Texto do post	Título da matéria	Data da postagem	Incluído?	Nº de comentários raspados
Programa 'Conversa com Bial' exibiu relatos semelhantes de mulheres que alegam ter sofrido abusos #estadão	Mulheres acusam médium João de Deus de abuso sexual	12/08/2018	Sim	1073
Força-tarefa deverá realizar uma avaliação de processos arquivados contra o líder religioso por falta de prova #estadão	MP monta força-tarefa nacional para investigar João de Deus e cogita fechar casa	12/10/2018	Sim	157
Promotora diz ter encaminhado denúncias no 1º semestre #estadão	Ministério Público e Polícia investigam João de Deus por abusos	10/12/2018	Sim	78
Com apenas 17 mil moradores, cidade tem economia centrada em João de Deus #estadão	Sem turismo espiritual, Abadiânia teme colapso	12/11/2018	Sim	
Número quase dobrou em menos de 24 horas; Ministérios Públicos de outros Estados também colhem relatos #Estadão	MP de Goiás recebe 78 denúncias de mulheres contra João de Deus	11/12/2018	Sim	880
Médium fez uma visita tumultuada de menos de 10 minutos na casa Dom Inácio de Loyola e também declarou: "João de Deus ainda está vivo" #Estadão	João de Deus aparece pela 1ª vez em Abadiânia após denúncias de abuso e diz ser inocente ('Estou nas mãos da lei brasileira', diz João de Deus em 1ª aparição após denúncias)	12/12/2018	Sim	446
Medida foi tomada cinco dias depois de virem à tona denúncias de abusos sexuais; mais de 200 mulheres prestaram denúncias contra o médium em dois dias #Estadão	MP de Goiás pede prisão preventiva do médium João de Deus	12/12/2018	Sim	853
Médium fez uma visita de menos de 10 minutos na casa Dom Inácio de Loyola #estadão	João de Deus aparece pela 1ª vez em Abadiânia após denúncias de abuso e diz ser inocente	12/12/2018	Sim	228
Apresentadora americana se pronunciou sobre o caso e retirou de sua página na internet vídeo em que entrevista médium #Estadão	Oprah sobre João de Deus: 'Tenho empatia pelas mulheres e espero que justiça seja feita'	12/12/2018	Não	
STF homologa pedido de desistência de habeas corpus para João de Deus #estadão	STF homologa pedido de desistência de habeas corpus para João de Deus	12/12/2018	Sim	11
Cantora pediu desculpas por já ter divulgado documentário de médium: 'Tive um carinho muito especial por ele' (via Emais Estadão) #Estadão	Me enganei!, diz Xuxa sobre João de Deus após denúncias de abuso	12/13/2018	Não	

Mais de 300 mulheres fizeram denúncias contra o médium no Ministério Público; ele é acusado de abuso sexual #Estadão	Advogado diz que João de Deus vai se entregar à polícia (chamada no Facebook: Justiça decreta prisão preventiva do médium João de Deus)	12/14/2018	Sim	601
Com festas e ações de caridade, influência de religioso em cidade goiana chega até a política	Seu João', o líder oculto de Abadiânia	12/14/2018	Não	
O líder espiritual é suspeito de ter abusado sexualmente de mulheres e foi incluído na lista de procurados da Interpol #estadão	Defesa de João de Deus só deve apresentar habeas corpus na segunda	12/15/2018	Sim	63
Prisão preventiva do médium havia sido autorizada no fim da manhã da sexta #estadão	URGENTE: João de Deus é considerado foragido e entra na lista da Interpol	12/15/2018	Sim	948
Após pedido de prisão de João de Deus, Natal para crianças de Abadiânia tem clima de tensão http://bit.ly/2CfTz6u #estadão	Após pedido de prisão de João de Deus, Natal para crianças de Abadiânia tem clima de tensão	15/12/2018	Não	0
Ministério Público reuniu pelo menos 335 denúncias de mulheres que dizem ter sido abusadas sexualmente pelo médium #Estadão	Mulher de João de Deus aparece e pede orações para que 'verdade prevaleça'	15/12/2018	Sim	638
Defesa diz que 'não concorda' com ordem de prisão, mas afirma que João de Deus vai se entregar http://bit.ly/2ElruMo #estadão	Defesa diz que 'não concorda' com ordem de prisão, mas afirma que João de Deus vai se entregar	15/12/2018	Sim	50
Investigação sobre João de Deus se concentra em 15 casos, diz delegado http://bit.ly/2LjLi4i #Estadão	Investigação sobre João de Deus se concentra em 15 casos, diz delegado	12/16/2018	Sim	76
João de Deus será encaminhado para Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia http://bit.ly/2Lpbjpi (via Fausto Macedo) #Estadão	Depoimentos reforçam 'padrão de ação' de João de Deus, diz delegado	12/16/2018	Sim	62
João de Deus é levado para a polícia de Goiânia http://bit.ly/2LkNeJN (via Fausto Macedo) #Estadão	João de Deus é levado para prisão após interrogatório sobre casos de abuso sexual	12/16/2018	Sim	34
Casa Dom Inácio de Loyola, onde João de Deus faz os atendimentos normalmente, permaneceu aberta até o horário do almoço #Estadão	À espera de prisão de João de Deus, Abadiânia tem centro espiritual 'esvaziado'	12/16/2018	Não	
Com prisão decretada por suspeita de abuso sexual contra mais de 300 mulheres, líder religioso se apresentou ao delegado geral de Goiás na tarde deste domingo em Abadiânia (via Fausto Macedo) #Estadão	João de Deus se entrega à polícia e é preso (Chamada no Facebook: Acusado de abusos sexuais, João de Deus se entrega à polícia em Abadiânia)	12/16/2018	Sim	86

Simone Tebet (MDB- MS) defendeu, no Twitter, a aprovação de uma PEC para que acabar com prazo para denúncia, hoje de 20 anos #Estadao	Após 'caso João de Deus', líder do MDB defende que crime de estupro seja imprescritível	12/16/2018	Sim	275
O criminalista Alberto Toron, que representa o médium João de Deus, negou movimentações suspeitas na conta e aplicações financeiras e afirmou que o líder espiritual não planejava deixar o País (via Fausto Macedo) #Estadao	Defesa diz que João de Deus só 'baixou aplicações', mas não ia fugir	12/16/2018	Sim	108
Funcionários de João de Deus são suspeitos de conivência http://bit.ly/2Eo5EYI #estadao	Funcionários de médium são suspeitos de conivência	16/12/2018	Sim	154
Médium João de Deus chegou no fim da tarde de domingo, 16, à Delegacia Estadual de Investigação Criminal (DEIC), onde prestou depoimento; líder espiritual foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia (via Fausto Macedo) #Estadao	João de Deus é levado para prisão após interrogatório sobre casos de abuso sexual	12/17/2018	Sim	88
Para seguidores, as 'entidades' continuam se manifestando, mesmo sem a "presença física" de João de Deus #Estadao	Sem presença de João de Deus, centro espiritual continuará?	12/17/2018	Não	
Argumento do advogado faz referência ao depoimento de Zahira Leeneke Maus ao programa Conversa com Bial, da TV Globo; segundo a defesa, a vítima teria um passado ligado à prostituição e extorsão #Estadao	Defesa de João de Deus usa 'passado' das vítimas para questionar 'crédito' dos depoimentos	12/17/2018	Sim	971
Após mais de quatro horas de depoimento, médium não admitiu crime em nenhum dos casos investigados inicialmente; líder espiritual pode ser enquadrado pelo crime de 'violência sexual mediante fraude' (via Fausto Macedo) #Estadao	Delegado diz que João de Deus usava a fé para cometer abusos sexuais	12/17/2018	Sim	577
Fatos inusitados causaram desconforto em policiais que colheram depoimento do médium em delegacia de Goiânia #Estadao	Depoimento de João de Deus tem curto-circuito, falha no computador e até policial atropelado	12/17/2018	Não	
Depoimento do médium durou mais de três horas e resultou em sete páginas (via Metrôpole Estadao) #Estadao	Em depoimento, João de Deus nega acusações de abuso sexual (Chamada no Facebook: João de Deus apresenta duas versões para cada denúncia e nega crimes)	12/17/2018	Sim	221

Médium está preso no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia desde o último domingo (via Metrôpole Estadão) #Estadão	Justiça de Goiás nega habeas corpus para João de Deus	12/18/2018	Sim	52
Dinheiro foi encontrado no fundo falso de um guarda-roupa e em diferentes moedas, como francos suíços, dólares americanos e canadenses, pesos argentinos e euros; uma das armas encontradas tinha numeração raspada #Estadão	Polícia acha R\$ 405 mil em dinheiro e 5 armas na casa de João de Deus	12/19/2018	Não	
A decisão foi tomada pelo ministro Nefi Cordeiro, que indeferiu liminarmente o pedido de revogação da prisão preventiva do líder religioso #Estadão	STJ rejeita pedido de habeas corpus para o médium João de Deus	12/19/2018	Sim	125
Inquéritos que apuram 15 casos de abuso sexual devem ser concluídos até a próxima sexta-feira #Estadão	João de Deus selecionava vítimas e fazia abuso parecer parte do ritual, diz polícia	12/19/2018	Sim	230
Investigadores acharam cinco armas espalhadas pelo quarto de João de Deus, em um de seus endereços na cidade de Abadiânia (via Metrôpole Estadão) #Estadão	Polícia Civil abre novo inquérito contra João de Deus por posse ilegal de arma de fogo	12/20/2018	Não	
Ação foi distribuída para Gilmar Mendes (via Metrôpole Estadão) #estadão	Defesa de João de Deus recorre ao STF após pedido de liberdade negado	12/20/2018	Sim	117
Pena prevista para este delito é de dois a seis anos de cadeia, em regime fechado (via Metrôpole Estadão) #estadão	Polícia indícia João de Deus por crime de violação sexual mediante fraude	20/12/2018	Sim	119
Pena prevista para este delito é de dois a seis anos de cadeia, em regime fechado (via Metrôpole Estadão) #estadão	Polícia indícia João de Deus por crime de violação sexual mediante fraude	20/12/2018	Sim	119
Apresentadora contou ter chorado de decepção após denúncias; ela havia se programado para visitar o médium, acusado de abuso sexual, em 2019 (via Emais Estadão) #estadão	Ana Furtado planejava visitar João de Deus após câncer de mama	23/12/2018	Não	
Apesar de possuir alvará para manipular e comercializar remédios fitoterápicos, a farmácia estava realizando produção em escala industrial sem ter uma autorização específica para isso #Estadão	Farmácia da casa de João de Deus é interdita	12/24/2018	Não	
Preso desde o dia 16, médium depôs durante uma hora meia no MP-Go nesta quarta-feira (via Fausto Macedo) #estadão	João de Deus diz que 'não se lembra' das mulheres que o acusam	12/26/2018	Sim	204

Investigações demonstram que há indícios que ela tinha conhecimento das armas e dinheiro, diz delegado #Estadao	Mulher de João de Deus pode ser indiciada como coautora de crimes	12/26/2018	Sim	64
Líder espiritual continuará preso por acusações de abuso sexual contra mulheres durante atendimento; decisão atinge somente caso envolvendo posse ilegal de armas (via Fausto Macedo) #estadao	Juiz revoga uma das prisões preventivas de João de Deus	12/27/2018	Sim	52
(via Fausto Macedo) #estadao	Raquel Dodge pede a Toffoli que não dê habeas para João de Deus	12/27/2018	Sim	35
Leia na Coluna do Estadão #estadao	Supremo pode proibir João de Deus de atuar	12/27/2018	Não	
Boato foi enviado ao WhatsApp do Estadão Verifica via (11) 99263-7900 #estadao	Boato foi enviado ao WhatsApp do Estadão Verifica via (11) 99263-7900 #estadao	27/12/2018	Não	
Denúncia do Ministério Público reuniu quatro casos de mulheres que seriam vítimas do médium; segundo a promotoria, João de Deus pode ser alvo de novas denúncias #Estadao	É um quadro de horror', diz promotora que denunciou João de Deus	12/28/2018	Sim	52
Documento com 19 depoimentos de mulheres foi protocolado na tarde desta sexta-feira, 28, no Ministério Público de Goiás #estadao	João de Deus é denunciado por violação sexual e estupro de vulnerável	12/28/2018	Sim	64
Leila Maria de Oliveira, da 50ª Promotoria de Justiça de Goiânia, apresentou embargos de declaração contra liberdade do médium (via Fausto Macedo) #estadao	Promotoria recorre de revogação de uma das ordens de prisão de João de Deus	12/29/2018	Sim	32
Com queixa de tontura e dor no estômago, médium deu entrada na tarde desta quarta-feira, 2, na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas de Aparecida de Goiânia #estadao	João de Deus passa mal na cadeia e é levado para exames	01/02/2019	Não	
Após médium passar mal, presidente do Supremo, Dias Toffoli, pediu à Justiça de Goiás informações sobre as condições da unidade prisional onde acusado está detido (via Metrópole Estadão) #estadão	STF dá 48 horas para juiz informar sobre assistência médica a João de Deus	01/04/2019	Não	
O presidente do STF, o ministro Dias Toffoli, pediu um parecer após a defesa alegar fragilidades na saúde do médium; ele está preso desde 16 de dezembro, após acusações de abuso sexual (via Metrópole Estadão) #estadão	PGR reitera posição contrária à prisão domiciliar de João de Deus	01/05/2019	Não	

(via Fausto Macedo) #estadão	João de Deus vira réu por estupro e violência sexual com fraude	01/09/2019	Sim	48
Polícia encontra mala com R\$ 1,2 milhão em propriedade ligada a João de Deus. Pedras, revólver e algema também foram apreendidos. Saiba detalhes http://bit.ly/2Sfas6B (via Metrópole Estádio) #estádio Ver menos	Polícia encontra mala com R\$ 1,2 milhão em uma das propriedades ligadas a João de Deus	12/22/2018	Não	